

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

GRACIELA CAROLINE GREGOLIN

**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE SOBRE
A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.947/2009 E SEU CARÁTER SUSTENTÁVEL NO
SUDOESTE DO PARANÁ**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2016

GRACIELA CAROLINE GREGOLIN

**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE SOBRE
A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.947/2009 E SEU CARÁTER SUSTENTÁVEL NO
SUDOESTE DO PARANÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Profº. Dr. Wilson João Zonin

Profª. Drª. Rozane Marcia Triches

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

G819a

Gregolin, Graciela Caroline

Alimentação escolar e agricultura familiar: uma análise sobre a implementação da Lei 11.947/2009 e seu caráter sustentável no Sudoeste do Paraná./Graciela Caroline Gregolin. Marechal Cândido Rondon, 2016.

185 p.

Orientador: Prof. Dr. Wilson João Zonin

Coorientadora: Prof.^a Dr^a Rozane Marcia Triches

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2016

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Rural Sustentável

1. Alimentos – Aquisição pública. 2. Desenvolvimento. 3. Segurança alimentar e nutricional. I. Zonin, Wilson João. II. Triches, Rozane Marcia. III. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. IV. Título.

CDD 21.ed. 371.716

338.1

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Bejio – CRB 9ª/965

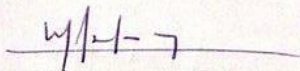
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL

GRACIELA CAROLINE GREGOLIN

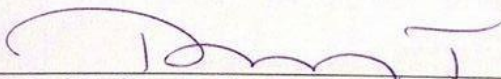
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE SOBRE
A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.947/2009 E SEU CARÁTER SUSTENTÁVEL NO
SUDOESTE DO PARANÁ

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - mestrado, Área de Concentração "Desenvolvimento Rural Sustentável", para a obtenção do título de "Mestra em Desenvolvimento Rural Sustentável", **aprovada** pela seguinte Banca Examinadora:

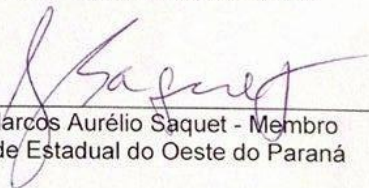
Marechal Cândido Rondon, PR, 04 de março de 2016.



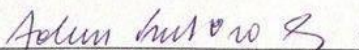
Prof. Dr. Wilson João Zonin – Membro-Presidente
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Prof.ª Dr.ª Rozane Márcia Triches - Membro
Universidade Federal da Fronteira Sul



Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Prof. Dr. Adilson Francelino Alves - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

*Ao meu namorado e amigo Willian.
Seu afeto, dedicação e companheirismo foram essenciais nessa jornada.
A você, o meu amor e minha sincera e incontável gratidão!*

AGRADECIMENTOS

Em princípio a Deus,
fonte inesgotável de sabedoria, discernimento e inspiração.

A minha família,
pelo apoio, motivação e orações constantes. Em especial a minha mãe Ana Salete, exemplo de fé e determinação; a minha irmã Priscila Maria e meu cunhado Airton Carlos, pelo incansável encorajamento; ao Marcos Roberto, pela parceria e experiências compartilhadas como irmãos e colegas; e ao meu pai Pedro, pelo incentivo.

Ao professor Wilson João Zonin,
pela confiança depositada, por acreditar na minha capacidade e no meu projeto de trabalho, e sobretudo, pelos ensinamentos, apoio e convivência fraterna.

À professora Rozane Marcia Triches,
pelo aceite em me co-orientar e compartilhar comigo as suas experiências e conhecimentos, e, principalmente, pela pronta disposição a cada momento em que necessitei de seu direcionamento.

A todos os participantes da pesquisa,
sem os quais a concretização deste trabalho não seria possível. Especialmente às nutricionistas Bruna, Francieli e Joelen, as quais foram a ponte entre mim e os demais entrevistados.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná e a todos os professores,
em especial, aos professores Marcos Aurélio Saquet e Adilson Francelino Alves, pelas fundamentais contribuições na construção deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),
por subsidiar-me durante o curso, e deste modo possibilitar que me dedicasse integralmente a minha formação e ao desenvolvimento da pesquisa.

Ao professor Marcel Moreira Brito,
pelo fundamental auxílio no tratamento estatístico dos dados.

À estimada Lizete,
que prontamente, com solicitude e alegria, sempre prestou assistência e apoio quando precisei.

A Faculdade de Pato Branco – FADEP,
em nome das professoras Flavia Gnoatto e Gisele Regina Parsianello, que, possibilitaram, através do estágio docência, colocar em prática o conhecimento construído durante a realização do mestrado.

Aos amigos,
aos bons e velhos, e àqueles que conheci ao longo do curso. A todos, sem distinção, que torceram por mim.

É necessário voltar a sentir que precisamos uns dos outros, que temos uma responsabilidade para com os outros e o mundo, que vale a pena ser bons e honestos.

(Papa Francisco em Carta Encíclica Laudato Si'
Sobre o Cuidado da Casa Comum, 2015)

LISTA DE SÍMBOLOS

ABESO – Associação Brasileira para Estudos da Obesidade
AE – Alimentação Escolar
AF – Agricultura Familiar
AMSOP – Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CAE – Conselho Alimentação Escolar
CFR – Casa Familiar Rural
CME – Campanha de Merenda Escolar
CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil
CMMA – Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNSAN – Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOPAFI – Cooperativa da Agricultura Familiar de Francisco Beltrão
COOPERVIN – Cooperativa Regional dos Viticultores do Sudoeste do Paraná
DAP – Declaração de Aptidão Física ao PRONAF
DF – Distrito Federal
DHAA – Direto Humano da Alimentação Adequada
DS – Desenvolvimento Sustentável
EAN – Educação Alimentar e Nutricional
EE – Entidade Executora
EJA – Ensino de Jovens e Adultos
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENDEF – Estuda Nacional de Despesa Familiar
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOFA – Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças
GGETESPA – Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humana Municipal
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

NF – Não Familiar

OMS – Organização Mundial da Saúde

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAE – Programa de Alimentação Escolar

PAHO – Organização Pan-Americana da Saúde

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAN – Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNSN – Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição

PNUMA – Programa Nacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente

POF – Pesquisa de Orçamento Familiar

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RT – Responsável Técnico

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAF – Seguro da Agricultura Familiar

SMA – Secretaria Municipal de Agricultura

SME – Secretaria Municipal de Educação

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

RESUMO

GREGOLIN, Graciela Caroline, M.Sc., Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marçó – 2016. **Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: uma análise sobre a implementação da Lei 11.947/2009 e seu caráter sustentável no Sudoeste do Paraná.** Orientador: Prof^o. Dr. Wilson João Zonin; Co-orientadora: Prof^a. Dra. Rozane Marcia Triches.

O presente estudo teve como objetivo fundamental averiguar a participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, no Sudoeste do Paraná, abrangendo a rede de ensino municipal, no ano letivo de 2013, em atenção à Lei 11.947/2009, a qual exige, entre outras prerrogativas, que 30% do recurso federal transferido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE aos municípios, Estados e DF, seja investido em gêneros alimentícios da agricultura familiar, promovendo Segurança Alimentar e Nutricional e desenvolvimento sustentável. Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica, a qual culmina na relação existente entre desenvolvimento, sustentabilidade e alimentação, enfatizando, nesse contexto, a importância do Programa Nacional de Alimentação. No que tange à metodologia, realizou-se um estudo de caso de caráter exploratório e qualitativo, o qual se dividiu em duas fases. A priori, realizou-se uma investigação geral sobre a execução do PNAE nos municípios do Sudoeste do Paraná; sendo que, nessa fase, dos 42 municípios que compõem o Sudoeste, 24 (57%) efetivamente participaram da pesquisa. Nessa etapa, o sujeito da pesquisa foi o nutricionista Responsável Técnico (RT) pela alimentação escolar municipal. Posteriormente, considerando o município com maior percentual de aquisição da agricultura familiar (Francisco Beltrão) e um município com aquisição inferior a 30% (Pato Branco), realizou-se a segunda etapa da pesquisa, a qual incidiu na realização de entrevistas com os atores envolvidos no PNAE, buscando identificar, de modo mais intenso, as potencialidades e fragilidades de cada município. Assim sendo, verificou-se que 13 municípios do Sudoeste do Paraná atingiram o percentual de aquisição em 2013, ao passo que 11 municípios não atingiram tal quantitativo. Destarte, as dificuldades mais evidentes no Sudoeste do Paraná referem-se à pouca diversidade, qualidade e quantidade de produtos, ao baixo número de agricultores familiares participantes do programa e à assistência técnica insuficiente. Portanto, pode-se perceber que, apesar da relevância da política pública em estudo, para a garantia da alimentação saudável e adequada aos escolares, bem como ao desenvolvimento sustentável - através da inclusão da agricultura familiar - a operacionalização do PNAE, em parcela significativa dos municípios, não é efetiva. Por fim, em relação aos municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão, observou-se que o apoio consolidado do poder público, a organização da agricultura familiar, bem como a diversificação e agroindustrialização dos alimentos podem ser fatores determinantes na execução da política.

Palavras-chave: Aquisições públicas de alimentos. Desenvolvimento. Segurança Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT

GREGOLIN, Graciela Caroline, M.Sc., Unioeste – State University of West Paraná, March – 2016. **School Meal and Family Farming: an analysis about the implementation of Law 11.947/2009 and its sustainable character in Paraná Southwester.** Masterminds: Dr. Wilson João Zonin and Dra. Rozane Marcia Triches.

This study had the main objective investigate the participation of family farming in the National School Meal Program – NSMP, in Paraná Southwestern, at the local's schools, during the year 2013, considering that the Law 11.947/2009 requires that 30% of money transferred by the National Fund for Education Development - NFED to municipalities, states and the Capital, have to be invested in foodstuffs of family farming, promoting food and nutrition security, and - in this way - the sustainable development. First of all, it was carried out a literature research, which showed the relationship between development, sustainability and food, emphasizing the importance of the National Food Program. About the methodology, it was a case study with an exploratory view, and a quantitative and qualitative character, divided into two stages. In the first stage, there was a large research about the NSMP in the municipalities of Paraná Southwest; having noticed that, from the 42 municipalities in the Southwest, only 24 (57%) actually participated. At that time, the investigated was the Technical Manager of Nutrition (TMN) by the municipal school feeding. Posteriorly, after discovering who was the municipality with the highest percentage of purchases of family farming (Francisco Beltrão), and a municipality with acquisition of less than 30% (Pato Branco); the studied went ahead to the second stage of the research, interviewing all the stakeholders related to the NSMP, trying to identify the strengths and weaknesses of each municipality. Thus, it was found that 13 municipalities of the Paraná Southwest reached the percentage of acquisition in 2013, while 11 municipalities have not reached the required amount. Therefore, the most obvious difficulties in Paraná Southwest are: little diversity, quality and quantity of products, low number of family farmers within the program, and insufficient technical assistance. Despite the relevance of public policy studied, as to a healthy eating as to promote sustainable development, implementation of PNAE - unfortunately - it has not been effective. Finally, about the cities Pato Branco and Francisco Beltrão, it was observed that the support from the Government, the organization of family farming, the diversification of food along with agribusiness, may be determining factors in the implementation of these public policy.

Key-words: Public procurement of food. Development. Food and Nutritional Security.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Municípios do Sudoeste do Paraná que participaram da pesquisa	18
Figura 2. Participação dos municípios nas duas fases da pesquisa.....	20
Figura 3. Entrevistados no município de Francisco Beltrão.....	23
Figura 4. Entrevistados no município de Pato Branco	23
Figura 5. Ilustração do Território Sudoeste do Paraná	26
Figura 6. Distribuição da população urbana e rural no Brasil de 1960-2010	49
Figura 7. Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade na população com 20 anos de idade ou mais, por sexo no Brasil (1974-1975, 1989, 2002-2003 e 2008-2009)	56
Figura 8. Evolução de indicadores antropométricos na população de 5 a 9 anos de idade por sexo no Brasil (1974-1975, 1989 e 2008-2009).....	57
Figura 9. Evolução de indicadores antropométricos na população de 10 a 19 anos de idade por sexo no Brasil (1974-1975, 1989, 2002-2003 e 2008-2009).....	57
Figura 10. Distribuição (%) dos domicílios particulares por situação do domicílio e segurança alimentar na Brasil (2009 – 2013)	58
Figura 11. Amostras de alimentos* com e sem resíduo de agrotóxicos segundo o PARA (2010)	59
Figura 12. Ações implantadas pelo programa Fome Zero.....	66
Figura 13. Histórico da porcentagem média de aquisição de agricultura familiar dos municípios que atenderam e não atenderam a legislação	87
Figura 14. Motivos relatados pela não aquisição de produtos orgânicos	89
Figura 15. Modo de realizar o levantamento da produção local no ano de 2013	95
Figura 16. Setores envolvidos na elaboração da lista de produtos	96
Figura 17. Setores envolvidos na elaboração da chamada pública.....	97
Figura 18. Setores envolvidos na divulgação da chamada pública	97
Figura 19. Setores envolvidos no julgamento das propostas	98
Figura 20. Setores envolvidos na elaboração do contrato.....	98
Figura 21. Setores Envolvidos na elaboração do cardápio	99
Figura 22. Setores envolvidos no transporte e recebimento dos produtos da agricultura familiar	100
Figura 23. Setores envolvidos no acompanhamento do cronograma de entrega dos produtos da agricultura familiar	100
Figura 24. Percentual de aquisição da agricultura familiar para o PNAE nos municípios de Pato e Branco e Francisco Beltrão (2010-2014)	113
Figura 25. Divisão de Alimentação Escolar de Pato Branco	116
Figura 26. Unidade de manipulação de alimentos.....	119
Figura 27. Produção de alface orgânica no município de Pato Branco	119
Figura 28. Lanche da tarde com produtos da agricultura familiar na Escola Municipal do Bairro Planalto	120
Figura 29. Cozinha da Escola Municipal do Bairro Planalto	121
Figura 30. Feira do produtor no município de Pato Branco	132
Figura 31. Produtos da COOPAFI dispostos na sede da cooperativa para posterior distribuição nas escolas (alface, beterraba e mandioca).....	135
Figura 32. Veículo da COOPAFI para transporte dos produtos.....	135
Figura 33. Mel e bolacha produzidos pela COOPAFI.....	135
Figura 34. Hortelã produzida pelo Coletivo de Mulheres Agricultoras	136
Figura 35. Cozinha da Escola Municipal Basílio Tiecher (escola do campo).....	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Porcentagem de abrangência do estudo por microrregiões geográficas do Sudoeste do Paraná.....	18
Tabela 2. Escola urbana e rural e número de alunos	22
Tabela 3. Estabelecimentos da agricultura familiar (AF) e não familiar (NF) por microrregiões do Sudoeste do Paraná	27
Tabela 4. Área (ha) da agricultura familiar e não familiar por microrregiões do Sudoeste do Paraná.....	27
Tabela 5. Número de Declaração de Aptidão ao PRONAF ativa (DAP) e de Estabelecimento da Agricultura Familiar (EAF) por município no Sudoeste do Paraná.....	28
Tabela 6. Assentamentos Rurais por município no Sudoeste do Paraná	28
Tabela 7. Clientela atendida pelo PNAE no ano de 2013*.....	29
Tabela 8. Ranking IDHM de 2010 nos municípios do Sudoeste do Paraná	30
Tabela 9. Participação média relativa (%) de alimentos e grupos de alimentos no total de calorias diárias determinado pela aquisição alimentar domiciliar por grandes regiões* do Brasil (2002/2003)	53
Tabela 10. Alimentos e grupos de alimentos com aumento na participação relativa (%) no total de calorias diárias determinado pela aquisição alimentar domiciliar nas áreas metropolitanas* do Brasil entre 1974-2004.....	53
Tabela 11. Alimentos e grupos de alimentos com redução na participação relativa (%) no total de calorias diárias determinado pela aquisição alimentar domiciliar nas áreas metropolitanas* do Brasil entre 1974-2004.....	54
Tabela 12. Amostras insatisfatórias por alimento segundo o PARA (2010).....	60
Tabela 13. Recursos financeiros repassados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar e número de alunos beneficiados de 1995 a 2015	78
Tabela 14. Porcentagem de recurso investido na aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar por município/ano no Sudoeste do Paraná (2011-2014)	85
Tabela 15. Porcentagem de recurso investido na aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar no ano de 2013	87
Tabela 16. Número de agricultores familiares que efetivamente forneceram para o PNAE em 2013 por grupo de municípios	92
Tabela 17. Porcentagem média de agricultores que efetivamente comercializaram para o PNAE por grupo de municípios	92
Tabela 18. Relação de porcentagem de agricultores envolvidos e porcentagem da aquisição por município no ano de 2013	93
Tabela 19. Número de municípios que realizaram o levantamento da produção local por grupo de municípios	95
Tabela 20. Grau de importância e conhecimento sobre a Lei na percepção dos nutricionistas	102
Tabela 21. Porcentagem de compra da agricultura familiar em relação ao número de agricultores e de escolares no ano de 2013.....	110
Tabela 22. Recurso transferido pelo FNDE, recurso investido pelos municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão (2010-2014)	114

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	METODOLOGIA.....	14
2.1	DESCRIÇÃO DA PESQUISA	14
2.1.1	Construindo um panorama geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Sudoeste do Paraná	16
2.1.2	Compreendendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios reveladores	19
2.1.2.1	Delimitação dos sujeitos entrevistados	22
2.1.2.2	A realização das entrevistas	24
2.1.2.3	Análise e interpretação dos dados.....	24
2.1.2.4	A construção da Matriz FOFA	25
2.2	CENÁRIO DA PESQUISA	25
3	À LUZ DA CONCEPÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	31
3.1	A MULTIDIMENSIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	34
3.1.1	A dimensão social	34
3.1.2	A dimensão cultural.....	35
3.1.3	A dimensão ambiental.....	37
3.1.4	A dimensão territorial	38
3.1.5	A dimensão econômica.....	40
3.1.6	A dimensão política.....	41
3.2	O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PRÁTICA DA INCLUSÃO JUSTA	43
4	INTERFACE ENTRE DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E ALIMENTAÇÃO	46
4.1.1	As múltiplas implicações do sistema agroalimentar predominante no Brasil.....	47
4.2	O DEBATE SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM RECORTE HISTÓRICO NO CENÁRIO INTERNACIONAL E BRASILEIRO	61
4.3	AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA: UMA ALTERNATIVA PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	68

5	O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) COMO ESTRATÉGIA DE “SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL”	74
5.1	A TRAJETÓRIA DE UMA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ALIMENTAR PARA UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	74
5.2	LEI 11.947/2009: UMA PROPOSTA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SUSTENTÁVEL	79
6	DA TEORIA À PRÁTICA: A AQUISIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO SUDOESTE DO PARANÁ	84
6.1	A DIMENSÃO ECONÔMICA	84
6.2	A DIMENSÃO AMBIENTAL	88
6.3	A DIMENSÃO SOCIAL	91
6.4	A DIMENSÃO POLÍTICA	94
6.5	DIFICULDADES E FACILIDADES NA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA VISÃO DOS NUTRICIONISTAS	107
7	A INTERAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE PATO BRANCO E FRANCISCO BELTRÃO	113
7.1	PATO BRANCO	115
7.1.1	Gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar	116
7.1.2	A inserção dos produtos da agricultura familiar nas escolas	119
7.1.3	A relação entre os atores envolvidos na dinâmica da alimentação escolar e agricultura familiar	122
7.1.4	A visão dos atores sobre importância da lei 11.947/2009 para a agricultura familiar e para alimentação escolar	125
7.1.5	Compreensão dos atores acerca de alimento saudável e desenvolvimento sustentável	128
7.1.6	Fatores positivos e negativos na execução do PNAE no município de Pato Branco	129
7.2	FRANCISCO BELTRÃO	133
7.2.1	Gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar	134
7.2.2	A inserção dos produtos da agricultura familiar nas escolas	138

7.2.3 A relação entre os atores envolvidos na dinâmica da alimentação escolar e agricultura familiar.....	141
7.2.4 A visão dos atores sobre a importância da lei 11.947/2009 para a agricultura familiar e para alimentação escolar	144
7.2.5 Compreensão dos atores acerca de alimento saudável e desenvolvimento sustentável	147
7.2.6 Fatores positivos e negativos na execução do PNAE no município de Francisco Beltrão.....	149
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS.....	156
APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE PESQUISA APLICADO AOS 42 MUNICÍPIOS	167
APÊNDICE B - CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	169
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA NUTRICIONISTA	170
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTOR PÚBLICO	171
APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA ASSISTÊNCIA TÉCNICA	172
APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA MERENDEIRAS	173
APÊNDICE G - ROTEIRO DE ENTREVISTA PRODUTORES.....	174
APÊNDICE H - ROTEIRO DE ENTREVISTA COOPERATIVA.....	175
APÊNDICE I - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS PRODUTORES.....	176
APÊNDICE J - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	177
APÊNDICE K – POPULAÇÃO URBANA E RURAL POR MUNICÍPIOS NO SUDOESTE DO PARANÁ	178
APÊNDICE L – SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO	179
APÊNDICE M – FEIRA DO PRODUTOR NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO....	180
APÊNDICE N – ESCOLA RURAL DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO .	181
ANEXO A - APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS	182
ANEXO B - NOTA EXPLICATIVA DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO REFERENTE AOS DADOS DE AQUISIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	184

ANEXO C - CONTROLE DE RECEBIMENTO E CHECK LIST DOS PRODUTOS DA	
AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO	185

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado na década de 1955 como uma das primeiras iniciativas para amenizar a fome e a desnutrição que, na época, acometiam parcela significativa da população de todo o país (BRASIL, 2015^b). Atualmente, além de ser uma das mais exemplares políticas públicas na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), no Brasil e no mundo, também visa favorecer o desenvolvimento sustentável. O programa almeja, fundamentalmente, a alimentação saudável e adequada aos escolares através do apoio à agricultura familiar (AF) e a agroecologia, cuja concretização promove a inclusão social, a valorização da cultura e o resgate dos hábitos alimentares locais.

Tal ação está admitida na Lei da Alimentação Escolar, homologada em 2009, a qual exige que no mínimo 30% dos recursos provenientes do governo federal sejam utilizados para compra de produtos oriundos da agricultura familiar, priorizando assentamentos rurais e comunidades tradicionais - indígenas e quilombolas - e preferencialmente orgânicos e/ou agroecológicos.

A agricultura familiar no Brasil é responsável por parcela significativa da produção de alimentos básicos do país, os quais - muitas vezes - representam a cultura e os costumes de cada localidade. Segundo dados do Censo Agropecuário (2006) a AF admite 87% da produção de mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 30% do trigo, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos.

Todavia, embora se reconheça a importância social, ambiental, cultural e também econômica da AF, ainda são manifestas as dificuldades vivenciadas pelos produtores, tais como, falta de mão de obra, de canais de comercialização e tecnologias para produção.

Nesse sentido, o apoio aos agricultores familiares, de modo a incentivar a produção de alimentos sustentáveis, é fundamental, tanto pela possibilidade de melhorar a qualidade e a diversidade de produtos na alimentação escolar, como também, pela capacidade de incremento de renda e ocupação aos agricultores familiares, através da garantia de um importante canal de comercialização de seus produtos durante todo o ano letivo. Além de que, permite resgatar a cultura e os hábitos alimentares da região, através do fornecimento de alimentos frescos e/ou com processamento mínimo, sazonais e com menor teor de agroquímicos, ou

isentos desses, no caso dos orgânicos/agroecológicos, possibilitando uma conexão entre o campo e a cidade.

Essa inter-relação, alimentação escolar e agricultura familiar, promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e apoio à agricultura familiar, é o principal diferencial do programa, o qual concretiza a ideia de uma política de alimentação escolar sustentável.

O termo sustentável está além da ideia de crescimento econômico, a sustentabilidade é compreendida como um processo contínuo e multidimensional, o qual integra as dimensões social, ambiental, cultural, política e econômica. Nesse aspecto, o desenvolvimento sustentável, está relacionado à promoção da qualidade de vida de forma integral, plena e duradoura para todos os indivíduos.

No entanto, apesar da importância da Lei 11.947/2009 para a aprimoramento da alimentação escolar e como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar, vários municípios e estados brasileiros não conseguiram atingir o percentual mínimo de 30% da AF para a AE em 2010, como é o caso de 23,3% dos municípios e estados da região Oeste, 27,5% da região Nordeste, 21,5% da região Norte, 26,3% da região Sudoeste e 10,9% da região Sul (SARAIVA et. al, 2013).

Pode-se mencionar ainda o estudo realizado no Território Centro-Sul do Paraná entre 2010 e 2013, o qual apontou que, considerando os 12 municípios que compõe o território, o percentual investido na aquisição de produtos da agricultura familiar nesses 04 anos foi de 21,6% do valor total repassado pelo FNDE. Além disso, dos 12 municípios, somente 05 atenderam os 30% exigidos em lei, ao passo que 04 alcançaram 20 a 29%, 01 município alcançou 10 a 19% e 02 municípios menos de 10% (GREGOLIN, et. al., 2015).

O Território Sudoeste do Paraná, também caracterizou certa irregularidade na execução do PNAE. No ano de 2011, constatou-se que dos 42 municípios que integram o território, segundo relato dos gestores, 28 municípios adquiriram 30% ou mais de produtos da agricultura familiar para a Alimentação Escolar (AE), todavia, 07 municípios não atingiram a porcentagem mínima exigida na lei e 01 município não adquiriu tais produtos (GREGOLIN et. al. 2012).

Os números supracitados presumem a existência de dificuldades para a aquisição de gêneros alimentícios da AF para o PNAE, e consequentemente a execução da política de modo sustentável.

Segundo Sambuichi et. al. (2014), entre os desafios do programa estão a dificuldade de organização dos agricultores para atender a nova demanda, o despreparo dos mesmos para lidar com questões burocráticas, a falta de capacitação dos agricultores para atender às exigências sanitárias e de regularidade de fornecimento, bem com a dificuldade de logística dos produtos, ou seja, casos em que nem os agricultores conseguem realizar as entregas e nem tampouco o município ou estado possui um centro para recebimento dos produtos.

Além disso, cita-se gargalos no que se refere à adaptação das merendeiras e das escolas que passaram a não receber mais produtos industrializados e prontos para o consumo e a necessidade de controle social a partir da concretização do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) atuante.

Entretanto, é importante frisar que não pode-se responsabilizar somente os agricultores familiares pela não implementação da política, nem tampouco eximir o poder o público de sua responsabilidade de articular ações intersetoriais, bem como incentivar e apoiar o agricultor familiar.

Na visão de BACCARIN et al., 2011 para superar as dificuldades de gestão e êxito do PNAE, o caminho mais adequado talvez seja o de integrar distintos setores e atores das mais diversas áreas do conhecimento. Do mesmo modo, Saraiva et. al (2013) infere a necessidade de implementar, de maneira consolidada, estratégias de distintos setores públicos e da sociedade civil organizada para a concretização da compra da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Todavia, embora as fragilidades observadas na execução do PNAE, os mercados institucionais alimentares detém força para provocar mudanças no que tange à sustentabilidade, visto que, através das compras públicas, o Estado pode utilizar o poder do mercado para instigar padrões de produção mais sustentáveis, fundamentalmente, no aspecto social e ambiental. Ademais, é preciso frisar que apesar das limitações observadas, a agricultura familiar, quando apoiada por políticas públicas apropriadas, tem potencial suficiente para fornecer alimentos bem como, para assumir papel central na garantia da segurança alimentar (SAMBUICHI et. al., 2014).

Diante das considerações acerca dos êxitos proporcionados pelo PNAE, tanto aos escolares como aos agricultores, em contrapartida dos desafios que ainda são encontrados, surgiram alguns questionamentos a respeito do efetivo papel

dessa política pública na promoção da SAN, no apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento local sustentável em uma perspectiva pluridimensional.

Neste aspecto, indaga-se: qual o percentual de compra da agricultura familiar por meio do PNAE no Sudoeste do Paraná? Quantos agricultores acessaram a chamada pública do PNAE e efetivaram a comercialização de sua produção? Quais os envolvidos no processo de compra de produtos da agricultura familiar? Quais os gargalos para executar a compra de alimentos da agricultura familiar? Quais fatores favorecem esse processo? Qual a relação do nutricionista responsável pela alimentação escolar com a temática da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável? O que faz municípios próximos e com características semelhantes apresentarem desempenho distinto na compra da agricultura familiar?

Para tanto pretendeu-se averiguar a participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na região Sudoeste do Paraná no ano de 2013. Mais especificamente, diagnosticar o percentual de compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar nos municípios do Sudoeste do Paraná em 2013; verificar o número de agricultores que efetivamente comercializaram para o PNAE em 2013; investigar quais os setores envolvidos no processo de compra de produtos da agricultura familiar no território em estudo; compreender a percepção dos atores envolvidos sobre a importância da Lei 11.947/2009 e da agricultura familiar para a alimentação escolar, bem como compreender o entendimento dos mesmos sobre alimentação saudável e desenvolvimento sustentável; e por fim, avaliar indicadores de fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças nos processos que envolvem a alimentação escolar nos municípios de maior e menor aquisição em 2013.

Evidencia-se que este projeto de pesquisa, o qual fundamentou a realização do presente trabalho, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. O processo de submissão iniciou-se no mês de setembro de 2014, com a aprovação em março de 2015 (ANEXO A), entretanto foram realizadas as alterações e sugestões inferidas pelos avaliadores, visando a máxima credibilidade e ética no tocante a realização da pesquisa, especialmente no que diz respeito aos sujeitos envolvidos.

Assim sendo, este trabalho está dividido em sete seções. Inicialmente, elucida-se a operacionalização do estudo, explanando o caráter científico da

pesquisa, abordando os métodos e ferramentas utilizados para o alcance do objetivo proposto.

Seguidamente, partindo do referencial metodológico para o referencial teórico, considerando que o elemento central do estudo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, surge no contexto atual como uma política pública de promoção do desenvolvimento sustentável, dicorre-se sobre a sustentabilidade como prática multidimensional, culminando na realização do desenvolvimento incluyente. Tal explanação é fundamental para subsidiar a posterior discussão concernente à compreensão dos atores envolvidos no PNAE sobre desenvolvimento sustentável, pois se entende que o sucesso da política requer conhecimento dos agentes acerca dos objetivos e diretrizes da política.

Em um terceiro momento, considera-se a interface entre desenvolvimento, sustentabilidade e alimentação. Nesta sessão, elencam-se as principais consequências do modelo de desenvolvimento agrícola adotado no Brasil, e neste prisma, a ascensão da discussão de Segurança Alimentar e Nutricional, voltada não só para o fornecimento de alimento, mas à garantia de uma alimentação saudável e adequada, incluindo o papel essencial da agricultura familiar e da agroecologia, no que tange à promoção da sustentabilidade ambiental, social, cultural, bem como na promoção da saúde.

Finaliza-se o referencial teórico apresentando a trajetória do PNAE, partindo de uma política de assistência alimentar até a sua configuração atual, uma estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, a qual traz em seu âmago a inclusão da agricultura familiar nesse processo.

Assim, posteriormente dedica-se a explicar os resultados encontrados. Deste modo, na sessão de número 6 apresenta-se um panorama geral da execução do PNAE no Sudoeste do Paraná; e na sessão de número 7, evidencia-se dois municípios, Francisco Beltrão e Pato Branco, relatando de modo mais exaustivo a execução da política em cada um deles, com intuito de compreender as especificidades e divergências que resultam em uma melhor ou pior atuação, no que se refere à compra da agricultura familiar para a alimentação escolar, e consequentemente a execução da política de forma sustentável.

Em última instância constam as considerações finais do estudo, as quais não ficam restritas unicamente aos dados aqui encontrados, mas buscando-se,

sobretudo, apontar caminhos e possibilidades para o constante aprimoramento da política pública.

2 METODOLOGIA

2.1 DESCRIÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa constitui-se em um estudo de caso de caráter exploratório, descritivo e qualiquantitativo.

O estudo de caso, para Yin (2010), é útil quando o cenário estudado é amplo e complexo e não pode ser pesquisado exteriormente ao contexto onde ocorre de maneira natural. O autor afirma ainda que pode ser uma modalidade de investigação mista, em que se combinam elementos qualitativos e quantitativos, de forma a proporcionar uma melhor compreensão sobre o caso estudado.

De modo consoante, Minayo e Sanches (1993, p. 247) argumentam que “[...] do ponto de vista metodológico, não há contradição, assim como não há continuidade, entre investigação quantitativa e qualitativa. Ambas são de natureza diferente”, contudo,

[...] é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (MINAYO; SANCHES; 1993, p. 247).

Nesse enfoque, Goode e Hatt (1972) asseguram que a pesquisa moderna não deve pautar-se na separação entre estudos qualitativos e quantitativos, ou entre ponto de vista estatístico e não estatístico, rejeitando assim, esta falsa dicotomia, o que corrobora com a abordagem desta pesquisa.

De tal modo, o estudo foi desenvolvido em duas etapas. A primeira fase, de caráter essencialmente exploratório, teve por objetivo coletar informações abrangentes, de cunho qualiquantitativo, para subsidiar a realização da fase posterior. Tal definição se justifica, pois de acordo com Gil (2008),

Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados. (GIL, 2008, p. 27)

No caso concreto, a investigação exploratória inicial possibilitou uma visão genérica da compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, por meio do PNAE, nos 42 municípios da região Sudoeste do Paraná. Nesse sentido, os dados obtidos foram os critérios empregados para definição dos 02 municípios pesquisados na fase seguinte.

A segunda etapa versou sobre a natureza exploratória-descritiva e fundamentalmente qualitativa da pesquisa. Em pesquisas de caráter exploratório-descritivo, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), tem-se como objetivo primordial compreender determinado fenômeno. Desse modo, objetivou-se não somente conhecer os resultados da execução do PNAE, como na fase inicial, mas pretendeu-se compreender a origem dos mesmos e quiçá relacioná-los no universo delimitado (02 municípios).

Contudo, embora os dados obtidos na segunda fase tenham sido prioritariamente qualitativos, considerando a não dissociação de dados qualitativos quantitativos (Goode e Hatt, 1972; Minayo e Sanches, 1993) foram averiguados no decorrer da etapa alguns dados quantitativos essenciais para atingir o objetivo inicialmente proposto.

Por fim, ressalta-se que “as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.” (GIL, 2008, p. 28).

Infere-se ainda que foi desenvolvida uma investigação teórica preliminar, no intuito de verificar o estado da arte do tema que se pretendia estudar, levantando-se estudos e bibliografias acerca do objeto a ser apreciado dentro de um prisma científico. Diante disso, a pesquisa bibliográfica baseou-se em palavras-chave referentes ao tema proposto, leia-se: “alimentação escolar”, “alimentação saudável”, “agricultura familiar”, “desenvolvimento”, “desenvolvimento local”, “política pública”, “PNAE”, “Segurança Alimentar e Nutricional” e “sustentabilidade”. A ferramenta de busca foram as diversas bases de dados disponíveis, tais como, *DirectScience*, *Google Scholar*, *Scielo*, *Scopus*, entre outras. Além de livros, legislações (leis, decretos, resoluções, normativas, etc.) e demais publicações que permitiram construir conhecimento satisfatório para a discussão e conclusão da presente pesquisa.

Outrossim, no decorrer do estudo, além dos dados primários - oriundos dos questionários iniciais e das entrevistas, os quais serão detalhados no decorrer do

texto - e da pesquisa bibliográfica exploratória, averiguou-se dados secundários (população, número de agricultores, recursos do FNDE, etc.), provenientes, principalmente, de base de dados como IBGE, IPARDES, MDA, FNDE, entre outras.

Sendo assim, elucidada a natureza metodológica do estudo, descreve-se a seguir sobre os procedimentos e instrumentos empregados nas duas fases da pesquisa.

2.1.1 Construindo um panorama geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Sudoeste do Paraná

A presente etapa iniciou-se no segundo semestre de 2014, com a realização de contato telefônico com o nutricionista responsável técnico pela alimentação escolar de cada município do Sudoeste do Paraná, momento em que a pesquisadora apresentou-se, explanou a justificativa, a relevância e o objetivo do estudo, bem como salientou o caráter científico do mesmo. Dos 42 municípios que compõe o Sudoeste do Paraná, obteve-se contato com 40 nutricionistas, isto, pois uma encontrava-se em licença maternidade e a outra em férias (ulteriores tentativas foram realizadas, mas não logrou-se êxito nos contatos).

Na sequência, procedeu-se a coleta de dados inicial por meio de um questionário *on-line*, composto por questões objetivas, abertas e semiabertas (Apêndice A), sobre a execução do PNAE no ano 2013 - ano letivo anterior à realização desta primeira etapa, encaminhado ao nutricionista responsável técnico pela alimentação escolar dos 40 municípios contatados, juntamente com a carta de apresentação do estudo (Apêndice B).

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 201) o questionário é composto por “uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”, assim, comumente, é enviado e devolvido por correio. Desse modo, o que caracteriza um questionário é que este é autoadministrado - principal distinção entre o formulário e o roteiro de entrevistas (GOODE; HATT, 1972).

No presente estudo, o questionário foi elaborado, enviado e devolvido através da plataforma *on-line Google docs*. Evidencia-se que o questionário foi remetido ao endereço eletrônico que os nutricionistas informaram no contato inicial.

A escolha do instrumento levou em consideração que, conforme Goode e Hatt (1979), o questionário é um instrumento muito útil, especialmente, quando os informantes estão geograficamente dispersos, tal como sucedeu nesta fase.

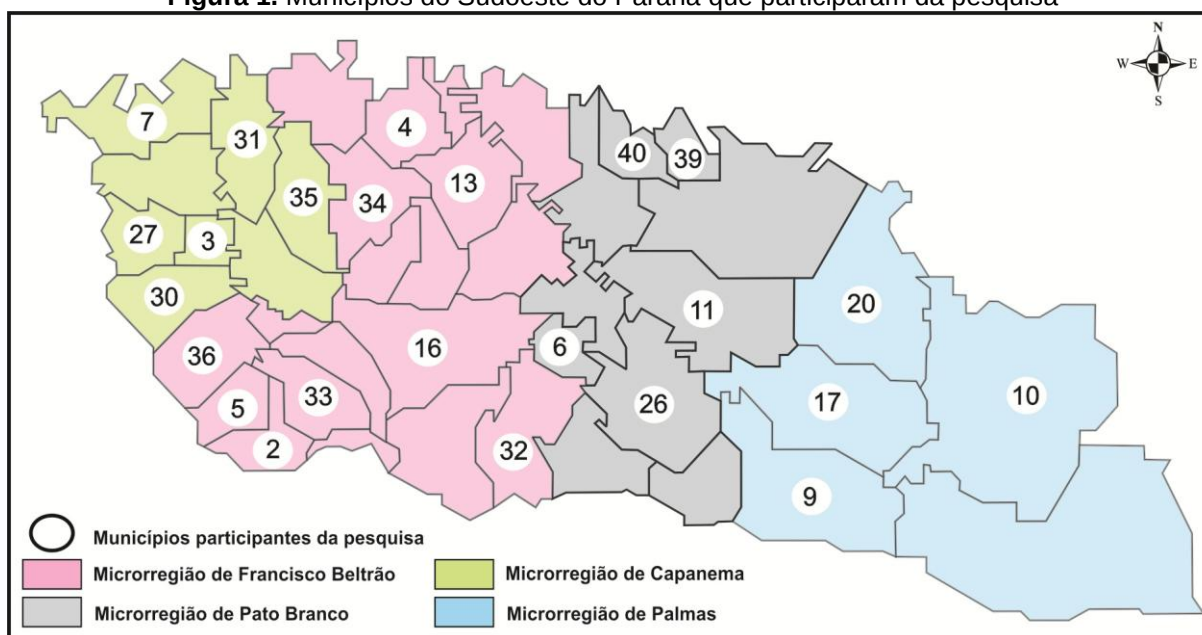
Vale ressaltar que o instrumento de coleta de dados foi pré-testado em outra população, mas com os mesmos atores (nutricionistas); tal procedimento visou avaliar se o questionário estava adequado ao objetivo do estudo e compreensível ao inquerido, e diante disso foi possível ajustar possíveis equívocos. Nesse sentido, o pré-teste garantiu a fidedignidade, validade e operacionalidade do questionário (MARCONI; LAKATOS, 2003).

No decorrer do estudo, realizaram-se sucessivos contatos com os nutricionistas, via e-mail e telefone, pretendendo otimizar o retorno do questionário, bem como esclarecer algumas informações. Cabe evidenciar a dificuldade vivenciada em obter contato com os nutricionistas, a indisposição e insegurança de alguns quanto ao fornecimento de informações, bem como a falta de conhecimento de parte dos nutricionistas sobre a execução do programa.

De tal modo, dos 40 questionários enviados (haja vista que não obteve-se contato com 02 municípios), 24 foram respondidos, ou seja, 57% do universo total de 42 municípios (figura 1). Evidencia-se que “em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 2001); em comparação, no presente estudo obteve-se um retorno significativo dos questionários enviados, atingindo um percentual representativo do Sudoeste do Paraná.

Ademais, visando aferir o alcance do estudo para além da porcentagem correspondente ao universo total, tomou-se o cuidado de verificar se os 24 municípios que retornaram o questionário representavam as 04 microrregiões geográficas que compõem o Sudoeste do Paraná – Capanema, Francisco Beltrão, Palmas e Pato Branco (IPARDES, 2012¹). Nessa análise, conforme a tabela 1, também observou-se um indicativo satisfatório quanto a abrangência da amostra.

¹ A Lei Estadual nº 15.825/08 de 28/04/2008, exclui os municípios de Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Mangueirinha e Palmas da Região Centro-Sul e inclui na Região Sudoeste do Estado do Paraná, para todos os efeitos estatísticos de órgãos públicos do Estado (IPARDES, 2015).

Figura 1. Municípios do Sudoeste do Paraná que participaram da pesquisa

(2) Barracão; (3) Bela Vista da Caroba; (4) Boa Esperança do Iguaçu; (5) Bom Jesus do Sul; (6) Bom Sucesso do Sul; (7) Capanema; (9) Clevelândia; (10) Coronel Domingos Soares; (11) Coronel Vivida; (13) Dois Vizinhos; (16) Francisco Beltrão; (17) Honório Serpa; (20) Manguaçu; (26) Pato Branco; (27) Pérola d'Oeste; (30) Pranchita; (31) Realeza; (32) Renascença; (33) Salgado Filho; (34) Salto do Lontra; (35) Santa Izabel do Oeste; (36) Santo Antônio do Sudoeste; (39) Saudade do Iguaçu; (40) Sulina.

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Tabela 1. Porcentagem de abrangência do estudo por microrregiões geográficas do Sudoeste do Paraná

Microrregiões	Total de Municípios	n ¹	% ²
Capanema	8	6	75%
Francisco Beltrão	19	9	47%
Palmas	5	4	80%
Pato Branco	10	5	50%
Total	42	24	57%

¹ número de municípios que retornaram o questionário

² abrangência do estudo por microrregião

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Após o retorno dos questionários, os dados foram selecionados, codificados e tabulados. Marconi e Lakatos (2003) definem, sumamente; seleção, como o exame detalhado e crítico dos dados, objetivando detectar possíveis erros ou falhas; codificação, como a transformação dos dados qualitativos em quantitativos para facilitar a tabulação e apresentação dos dados; e tabulação, como a apresentação gráfica dos dados (gráficos, quadros, tabelas). Na sequência, realizou-se, a análise e interpretação dos dados.

A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. (GIL, 2008, p. 156)

Todavia, o autor ressalta que, embora esses processos sejam conceitualmente distintos, estão intrinsecamente relacionados, bem como que em estudos de caso não se pode determinar rigidez nas etapas de análise e interpretação dos dados. Vale frisar que os dados exclusivamente qualitativos², como os referentes à compreensão dos informantes acerca de conceitos, foram de imediato analisados e interpretados.

Para a análise e interpretação utilizou-se o *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 20. Assim, considerando a porcentagem de compra da agricultura familiar, dividiram-se os municípios em dois grupos: Grupo 1 que “não atendeu os 30%” e Grupo 2 que “atendeu os 30%”. Posteriormente, em ambos o grupos, avaliou-se quatro dimensões de variáveis: I) dimensão econômica: percentual de compra; II) dimensão ambiental: aquisição de orgânicos; III) dimensão social: número e percentual de agricultores envolvidos; IV) dimensão política: percepção do nutricionistas e setores envolvidos no processo de compra da agricultura familiar para alimentação escolar. Por fim, foi empregado análise de média e tabulação cruzada dos dados, e muniu-se de recursos gráficos (tabelas, quadros, gráficos) para apresentação dos resultados.

A partir deste diagnóstico inicial, o qual possibilitou conhecer a execução do PNAE em cada município participante da pesquisa, bem como uma visão geral deste programa no Sudoeste do Paraná, realizou-se a segunda etapa da coleta de dados.

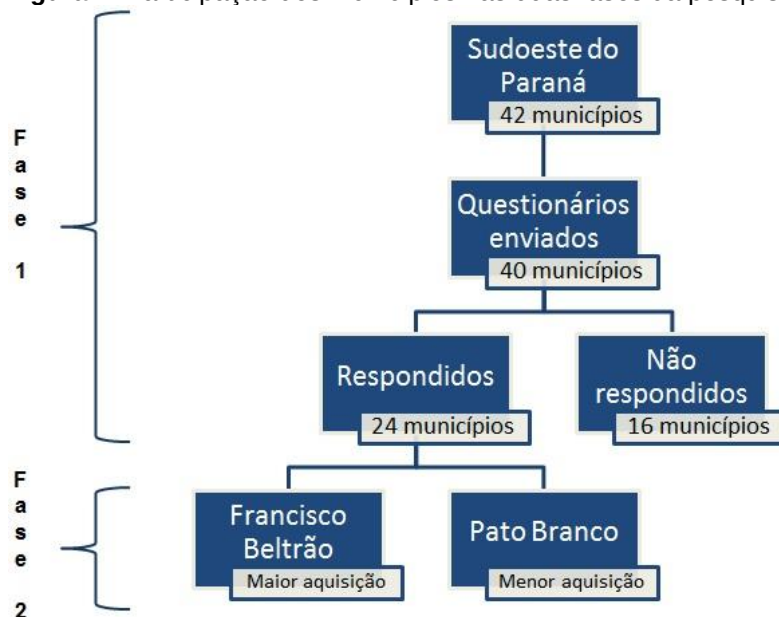
2.1.2 Compreendendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios reveladores

Esta fase do estudo foi realizada em 02 dos 24 municípios que retornaram o questionário preliminar (figura 2). O critério utilizado para delimitar os 02 municípios foi a maior e a menor porcentagem de aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar no ano de 2013, com recursos provenientes do FNDE (sem a contrapartida municipal). Os valores de compra foram retirados do site do

² Questão 4, 5, 18, 19 do APÊNDICE A.

FNDE, os quais estão disponíveis para consulta pública (FNDE, 2015). Evidencia-se que, conforme nota publicada pelo FNDE (Anexo B), os presentes dados são extraídos do Sistema de Gestão de Contas – SigPC – Contas Online do FNDE, em funcionamento a partir de 2011 e, por serem preliminares, são passíveis de modificações.

Figura 2. Participação dos municípios nas duas fases da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Assim, optou-se pelos municípios de Francisco Beltrão e Pato Branco, ambos sedes de suas respectivas microrregiões, com, entre outros aspectos - população, alocação de recursos do FNDE, localização, número de alunos e de agricultores familiares - semelhantes, situação esta que instigou a pesquisadora em compreender as distintas ações e estratégias na execução do PNAE em cada município, buscando identificar as limites e potencialidades de cada gestão.

Com efeito, esta fase consistiu na realização de entrevistas com os principais envolvidos na execução do PNAE, os quais foram identificados a partir do diagnóstico inicial: nutricionistas; gestores públicos; assistência técnica municipal (na pessoa do extensionista rural); agricultores familiares e entidades representativas; e merendeiras (conforme item 2.1.2.1).

A priori, fez-se contato telefônico com os nutricionistas de cada município, ocasião em que a pesquisadora elucidou o teor da segunda fase da pesquisa, bem como inferiu a relevância e o objetivo da mesma. Assim sendo, após o aceite em

participar dessa etapa do estudo agendaram-se as entrevistas, cujas datas e locais foram definidos pelos entrevistados. Salienta-se que a escolha dos agricultores familiares, dos extensionistas rurais e das merendeiras, foi por indicação do nutricionista, levando em consideração a acessibilidade, disponibilidade, bem como envolvimento desses com o PNAE. Além disso, em ambos os municípios, os nutricionistas foram a ponte entre pesquisadora e entrevistados, visto que auxiliaram, especialmente, no contato e agendamento das entrevistas.

Segundo Gil (2008, p. 109) a entrevista consiste em uma relação social entre pesquisador e entrevistado, “é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (Selltiz et al., 1967 *Apud* Gil, 2008, p. 109)

Para realizar as entrevistas, muniu-se de um roteiro semiestruturado, específico para cada grupo de entrevistados (Apêndices C, D, E, F, G, H e I). Diferentemente do questionário - o qual é autoadministrado e a sua aplicação não exige a presença do pesquisador - o formulário é preenchido pelo próprio entrevistador/pesquisador, e destina-se à coleta de dados pela observação e/ou por interrogatório face a face com o inquerido (Nogueira, 1977; Selltiz, 1974).

Ademais, de acordo com Triviños (1987) a entrevista semiestruturada, refere-se a determinados questionamentos baseados em teorias e hipóteses que interessem ao estudo, nesse sentido “ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade a espontaneidade necessárias, enriquecendo a pesquisa”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146)

Evidencia-se que os formulários das entrevistas também foram previamente testados. O pré-teste foi realizado em um dos 24 municípios que retornaram o questionário inicial, nessa ocasião entrevistou-se os mesmos atores definidos para a presente etapa (agricultores familiares, gestores públicos, assistência técnica, nutricionista e merendeira). Tal procedimento, além de possibilitar a aferição do instrumento de coleta de dados, foi de suma importância para a pesquisa,

proporcionando maior segurança e precisão para a condução das entrevistas posteriores.

2.1.2.1 Delimitação dos sujeitos entrevistados

No que tange aos grupos de entrevistados que necessitou delimitação, no caso das merendeiras e dos agricultores, considerando a indicação dos nutricionistas e os aspectos mencionados anteriormente (acessibilidade, disponibilidade, e envolvimento com o programa), prosseguiu-se da seguinte forma: para a seleção das merendeiras, delimitou-se uma escola urbana e uma escola rural (tabela 2) em cada município, ponderando, além dos critérios supracitados, o maior número de alunos, buscando atingir, embora indiretamente, maior representatividade no que tange aos consumidores finais dos produtos da agricultura familiar.

Tabela 2. Escola urbana e rural e número de alunos

Município	Escola rural	Nº alunos	Escola urbana	Nº alunos
Pato Branco	Escola Municipal Passo da Ilha	52	Escola Municipal do Bairro Planalto	464
Francisco Beltrão	Escola Basílio Tiecher	280	Escola Madre Boa Ventura	583

Fonte: FNDE (2013) Org. pela autora

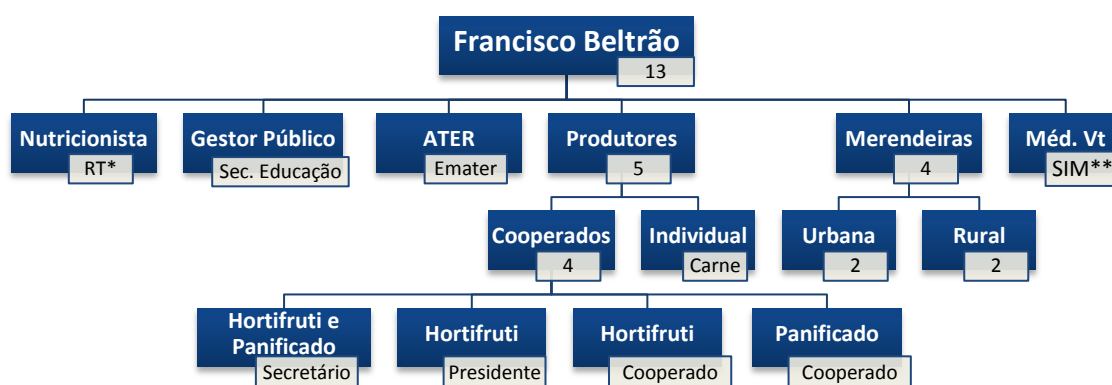
Conquanto, a delimitação dos agricultores familiares foi através da ferramenta de amostragem por saturação, a qual é conceitualmente definida como a interrupção da coleta de dados quando as informações obtidas, no julgamento do pesquisador, passam a apresentar determinada redundância ou repetição, considerando irrelevante prosseguir com a coleta de dados (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008). Desta forma, compreende-se, sucintamente, que nessa abordagem, a amostragem é obtida a posteriori.

No presente estudo, em ambos os municípios, foi observado que, além dos dados se tornarem repetidos entre os agricultores, esses eram ainda semelhantes aos dados fornecidos pelos demais sujeitos. Deste modo, entendeu-se que informações fornecidas por novos participantes não acrescentariam, significativamente, para o alcance do objetivo da pesquisa e na reflexão teórica baseada nos dados que estavam sendo coletados.

Vale evidenciar que, não há precisão ou técnica para a definição do ponto de saturação dos dados, isto, pois está diretamente relacionado ao objetivo e ao nível de profundidade do estudo, bem como à homogeneidade da população pesquisada (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008).

Para uma melhor compreensão pode-se observar a figura 3 e 4, as quais apresentam, detalhadamente, quais e quantos foram os sujeitos entrevistados em ambos os municípios.

Figura 3. Entrevistados no município de Francisco Beltrão

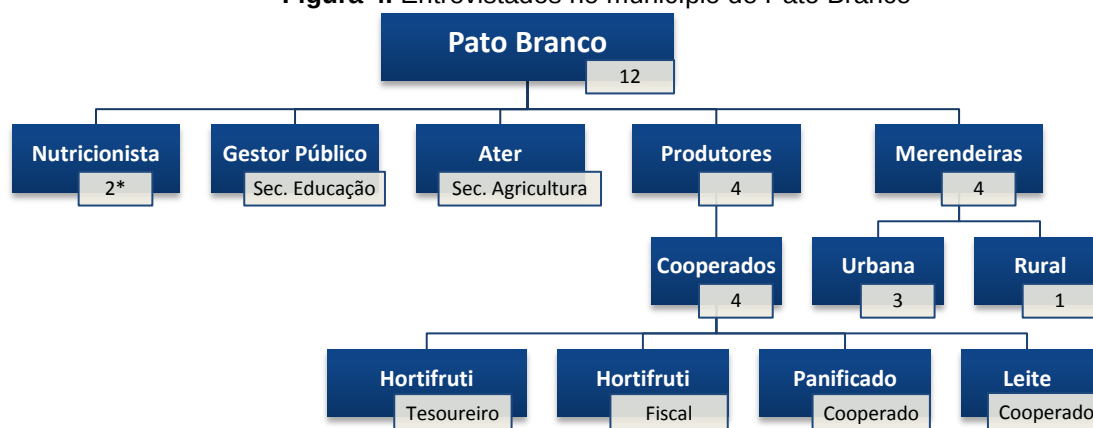


*Responsável Técnico pela Alimentação Escolar

**Médico Veterinário do Serviço de Inspeção Municipal

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Figura 4. Entrevistados no município de Pato Branco



*Chefe da Divisão de Alimentação Escolar e Responsável Técnico

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Por fim, ressalta-se que, em relação aos gestores públicos - embora diversas tentativas - não se obteve contato com o Secretário de Agricultura em ambos os municípios. Desta forma, no município de Francisco Beltrão, entrevistou-se o Médico Veterinário do Serviço de Inspeção Municipal, o qual trabalhava

internamente na Secretaria e tinha condições de fornecer as informações necessárias ao estudo. E, no município de Pato Branco, consideraram-se as informações da Agrônoma Extensionista de ATER, a qual também era vinculada a Secretaria de Agricultura.

2.1.2.2 A realização das entrevistas

As entrevistas com os nutricionistas, gestores públicos, extensionistas, e agricultores foram individuais, e realizadas, comumente, no local de trabalho de cada sujeito, como departamento de alimentação escolar, prefeitura, Emater, cooperativa e feira do produtor. Contudo, as entrevistas com as merendeiras, tendo em vista que eram mais de uma por escola - exceto na escola rural de Pato Branco - e em função de não haver uma hierarquização de funções entre elas (ex.: cozinheira, auxiliar de cozinha...), mas que todas desempenhavam todas as funções, optou-se por, no intervalo disponível das atividades, entrevistá-las em conjunto.

Desse modo, em todas as entrevistas, primeiramente fez-se uma breve contextualização da pesquisa - procurou-se deixar o entrevistado à vontade - prosseguindo com a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice J), e após a aprovação e assinatura, deu-se início a entrevista. O registro das respostas foi por meio de gravação de voz e anotações, com póstuma transcrição, a qual garantiu a fidedignidade dos dados.

2.1.2.3 Análise e interpretação dos dados

Ciente da natureza metodológica do estudo, no tocante à análise e interpretação dos dados coletados, por se tratar de dados qualitativos, tais procedimentos ocorreram concomitantemente, tendo em vista que, conforme Gil (2008), na abordagem qualitativa, estas duas etapas estão intrinsecamente relacionadas e são realizadas a partir do conhecimento prévio do pesquisador, dispensando-se ferramentas estatísticas.

Desse modo, primeiramente, ouviu-se o áudio de todas as entrevistas, sendo que foram transcritas as informações consideradas mais relevantes para a compreensão do fenômeno estudado. Nesse sentido, dividiu-se a análise/interpretação e redação dos dados em temáticas centrais: a) execução do

PNAE e participação dos atores envolvidos; b) entendimento dos atores acerca de alimento saudável e desenvolvimento sustentável; c) visão dos atores sobre as potencialidades e fragilidades na execução do PNAE.

2.1.2.4 A construção da Matriz FOFA

No que se refere à avaliação de indicadores de Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, a partir dos relatos dos entrevistados sobre os “fatores que dificultavam” e “os fatores que favoreciam” a execução do PNAE, bem como das constatações do pesquisador no momento da análise de todas as questões e entrevistas, construiu-se a matriz FOFA (quadro 1), a qual segundo Kummer (2007) é uma ferramenta aplicada para a análise de comunidades ou organizações, que possibilita identificar as fortalezas e fraquezas, provenientes do meio interno, e as oportunidades e ameaças que correspondem ao meio externo, ou seja, a forma como o local em estudo se relaciona com o meio o qual está inserido.

Quadro 1. Matriz FOFA

FATORES INTERNOS	FORTALEZAS <i>(potencializadas, usadas e maximizadas)</i>	FRAQUEZAS <i>(eliminadas ou compensadas)</i>
FATORES EXTERNOS	OPORTUNIDADES <i>(aproveitadas)</i>	AMEAÇAS <i>(evitadas ou seus efeitos devem ser minimizados)</i>

Fonte: Adaptado de GREGOLIN et al. (2014)

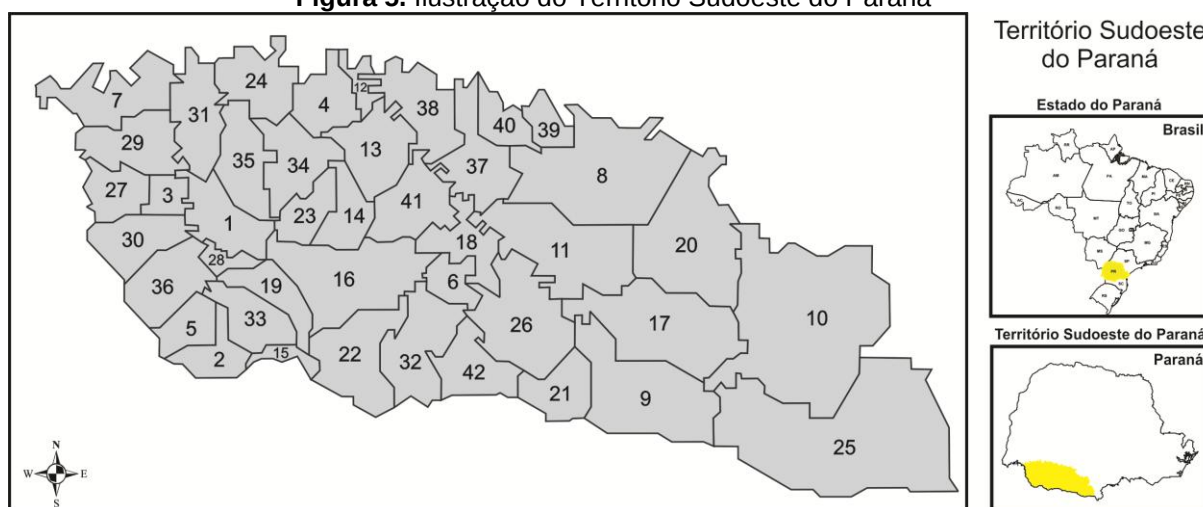
2.2 CENÁRIO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em um cenário heterogêneo, formado por 42 municípios, divididos em 04 microrregiões, os quais compõem o Território Sudoeste do Paraná (Figura 5).

Segundo dados do Ipardes (2012 e 2015), as 04 microrregiões e os 42 municípios que compõe o Território Sudoeste do Paraná são: a) Microrregião de Capanema: Ampére, Bela Vista da Caroba, Capanema, Pérola d'Oeste, Planalto, Pranchita, Realeza, Santa Izabel do Oeste; b) Microrregião de Francisco Beltrão:

Barracão, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pinhal de São Bento, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santo Antônio do Sudoeste, São Jorge d'Oeste, Verê; c) Microrregião de Palmas: Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Manguieirinha, Palmas; d) Microrregião de Pato Branco: Bom Sucesso do Sul, Chopinzinho, Coronel Vivida, Itapejara d'Oeste, Mariópolis, Pato Branco, São João, Saudade do Iguaçu, Sulina, Vitorino.

Figura 5. Ilustração do Território Sudoeste do Paraná



(1) Ampére; (2) Barracão; (3) Bela Vista da Caroba; (4) Boa Esperança do Iguaçu; (5) Bom Jesus do Sul; (6) Bom Sucesso do Sul; (7) Capanema; (8) Chopinzinho; (9) Clevelândia; (10) Coronel Domingos Soares; (11) Coronel Vivida; (12) Cruzeiro do Iguaçu; (13) Dois Vizinhos; (14) Enéas Marques; (15) Flor da Serra do Sul; (16) Francisco Beltrão; (17) Honório Serpa; (18) Itapejara d'Oeste; (19) Manfrinópolis; (20) Manguieirinha; (21) Mariópolis; (22) Marmeleiro; (23) Nova Esperança do Sudoeste; (24) Nova Prata do Iguaçu; (25) Palmas; (26) Pato Branco; (27) Pérola d'Oeste; (28) Pinhal de São Bento; (29) Planalto; (30) Pranchita; (31) Realeza; (32) Renascença; (33) Salgado Filho; (34) Salto do Lontra; (35) Santa Izabel do Oeste; (36) Santo Antônio do Sudoeste; (37) São João; (38) São Jorge d'Oeste; (39) Saudade do Iguaçu; (40) Sulina; (41) Verê; (42) Vitorino.

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

No que concerne à população residente na área rural e urbana do Sudoeste do Paraná, infere-se que há uma exponencial diferenciação entre os municípios, isto, pois a porcentagem de população rural varia de 5,91% a 79,15% (Apêndice K). Evidencia-se que os municípios mais urbanizados são Pato Branco (94,09%) e Palmas (92,79%), posto que os municípios com maior percentual de população rural são Manfrinópolis (79,15%), Coronel Domingos Soares (75,78%), Bom Jesus do Sul (75,48%) e Bela Vista da Caroba (73,61%) (IBGE, 2010).

Em relação ao número de agricultores familiares e não familiares na região em estudo, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, o território possui 43.778 (88%) estabelecimentos da agricultura familiar - dentre estes, inclui-se famílias assentadas, pescadores, terras indígenas e quilombolas – e 6.156 (12%) não familiares. Outrossim, evidencia-se que a área compreendida pela agricultura familiar é de 643.276 ha (46%), posto que pela agricultura não familiar é de 745.545 ha (54%).

Considerando o número de agricultores familiares e não familiares, observa-se que a microrregião de Capanema é a que possui maior porcentagem de agricultores familiares, 92% (tabela 3). E no que diz respeito à área ocupada pela agricultura familiar, enfatiza-se a microrregião de Palmas, a qual apresenta apenas 18% de ocupação pela AF e 82% pela agricultura não familiar (tabela 4).

Tabela 3. Estabelecimentos da agricultura familiar (AF) e não familiar (NF) por microrregiões do Sudoeste do Paraná

Microrregiões	AF	NF	TOTAL	%AF	%NF
Capanema	11 241	944	12.185	92%	8%
Francisco Beltrão	19 591	2.609	22.200	88%	12%
Pato Branco	8 699	1.395	10.094	86%	14%
Palmas	4 247	1.208	5.455	78%	22%

Fonte: IBGE (2006) Org. pelo autor

Tabela 4. Área (ha) da agricultura familiar e não familiar por microrregiões do Sudoeste do Paraná

Microrregiões	AF	NF	TOTAL	%AF	%NF
Capanema	143.549	63.918	207.467	69%	31%
Francisco Beltrão	277.987	190.590	468.577	59%	41%
Pato Branco	145.080	151.513	296.593	49%	51%
Palmas	76.660	339.524	416.184	18%	82%

Fonte: IBGE (2006) Org. pela autora

Além disso, segundo dados do MDA³ totalizam-se, aproximadamente, 36.725 Declarações de Aptidão ao PRONAF - DAP's Física – ativas (Tabela 5). Evidencia-se que, o número de DAP's foi elemento imprescindível para este estudo, pois é o documento principal que permite aos agricultores familiares acessarem a chamada pública do PNAE, contudo frisa-se que este número não é estático, e pode sofrer variações no decorrer dos dias/meses.

³ Acesso à Plataforma de DAP's física do MDA:
<http://smap14.mda.gov.br/dap/extrato/pf/PesquisaMunicipio.aspx>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

Tabela 5. Número de Declaração de Aptidão ao PRONAF ativa (DAP) e de Estabelecimento da Agricultura Familiar (EAF) por município no Sudoeste do Paraná

Município	Nº DAP*	Nº EAF	Município	Nº DAP	Nº EAF
Ampére	1047	1229	Marmeleiro	1148	1215
Barracão	508	666	Nova Esperança do Sudoeste	848	969
Bela Vista da Caroba	546	823	Nova Prata do Iguaçu	1092	1197
Boa Esperança do Iguaçu	475	528	Palmas	290	435
Bom Jesus do Sul	613	703	Pato Branco	754	859
Bom Sucesso do Sul	452	397	Pérola D'Oeste	904	1401
Capanema	1569	2193	Pinhal de São Bento	450	353
Chopinzinho	1557	1659	Planalto	1441	2247
Clevelândia	413	593	Pranchita	763	644
Coronel Domingos Soares	377	901	Realeza	953	1371
Coronel Vivida	1259	1554	Renascença	547	777
Cruzeiro do Iguaçu	338	416	Salgado Filho	471	618
Dois Vizinhos	1750	1616	Salto do Lontra	1156	1557
Enéas Marques	927	844	Santa Izabel do Oeste	830	1333
Flor da Serra do Sul	774	640	Santo Antônio do Sudoeste	1348	1894
Francisco Beltrão	2766	2805	São João	1098	1269
Honório Serpa	639	710	São Jorge D'Oeste	1131	962
Itapejara D'Oeste	948	885	Saudade do Iguaçu	442	627
Manfrinópolis	416	643	Sulina (PR)	467	603
Mangueirinha	1254	1608	Verê	1155	1188
Mariópolis	426	386	Vitorino	383	460

*Pessoa física

Fonte: MDA (2015) e IBGE (2006) Org. pela autora

Dados do INCRA apontam que no Sudoeste do Paraná, 11 municípios possuem Assentamentos Rurais, são eles: Barracão, Francisco Beltrão, Marmeleiro, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Mangueirinha, Palmas, Chopinzinho e Saudade do Iguaçu, totalizando aproximadamente 2829 famílias. Ressalta-se que a maior concentração de famílias assentadas está na microrregião de Palmas (61%), sendo esta uma característica evidente nessa microrregião, pois todos os municípios possuem assentamentos (Tabela 6).

Tabela 6. Assentamentos Rurais por município no Sudoeste do Paraná

Microrregião	Municípios	Famílias Assentadas
Francisco Beltrão	Marmeleiro	475
	Francisco Beltrão	133
	Renascença	214
	Barracão	14
	Total	836
Pato Branco	Saudade do Iguaçu	168
	Chopinzinho	87
	Total	255
Palmas	Palmas	194
	Honório Serpa	389
	Mangueirinha	628
	Coronel Domingos Soares	317
	Clevelândia	210
	Total	1738
TOTAL SUDOESTE		2829

Fonte: INCRA (2015) Org. pela autora

Em relação ao número de escolares - beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar - o Sudoeste do Paraná engloba um número aproximado de 63.000 alunos da creche ao EJA, sendo que os municípios com maior número de escolares são, respectivamente, Francisco Beltrão, Pato Branco, Palmas e Dois Vizinhos (Tabela 7). Além disso, infere-se a presença de comunidades tradicionais no Sudoeste do Paraná, como é o caso dos municípios de Clevelândia, com 84 alunos indígenas, e de Palmas, com 412 escolares de quilombolas (FNDE, 2013).

Tabela 7. Clientela atendida pelo PNAE no ano de 2013*

Município	Nº escolares	Município	Nº escolares	Município	Nº escolares
Ampére	1896	Flor da Serra do Sul	546	Planalto	1135
Barracão	1118	Francisco Beltrão	8791	Pranchita	608
Bela Vista da Caroba	479	Honório Serpa	663	Realeza	1638
Boa Esperança do Iguaçu	354	Itapejara D'Oeste	1127	Renascença	788
Bom Jesus do Sul	394	Manfrinópolis	319	Salgado Filho	509
Bom Sucesso do Sul	324	Mangueirinha	1883	Salto do Lontra	1505
Capanema	1925	Mariópolis	783	Santa Izabel do Oeste	1275
Chopinzinho	2404	Marmeleiro	1311	Santo Antônio do Sudoeste	2233
Clevelândia	1721	Nova Esperança do Sudoeste	510	São João	1048
Coronel Domingos Soares	1052	Nova Prata do Iguaçu	1123	São Jorge D'Oeste	945
Coronel Vivida	2071	Palmas	5579	Saudade do Iguaçu	737
Cruzeiro do Iguaçu	616	Pato Branco	7281	Sulina	362
Dois Vizinhos	3964	Pérola D'Oeste	641	Verê	806
Enéas Marques	665	Pinhal de São Bento	437	Vitorino	677

*Inclui alunos da creche, pré-escola, ensino fundamental e EJA.

Fonte: FNDE (2013) Org. pela autora

Um importante indicador para citar é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o qual avalia o desenvolvimento dos municípios em uma perspectiva pluridimensional, nesse sentido observa-se que no Sudoeste do Paraná tal indicador varia de 0,600 (médio) a 0,782 (alto), sendo que o IDHM do Paraná é de 0,749 (Tabela 8). Salienta-se que o IDHM é mensurado a partir de três dimensões - renda, longevidade e educação -, as quais permitem estimar o desenvolvimento de modo global e humano, e não apenas centrado no aspecto econômico – como o PIB, por exemplo – assim, tal índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo do 1, maior o índice de desenvolvimento humano daquela população.

Desse modo, refere-se que no Sudoeste do Paraná, existem variações significativas do IDHM entre os municípios, como exemplo cita-se que no município

de Pato Branco (1º no ranking) o IDHM “Educação” é de 0,728, considerado alto, conquanto no município de Coronel Domingos Soares (42º no ranking) é de 0,447 considerado muito baixo. Tais constatações e comparações “estimula formuladores e implementadores de políticas públicas no nível municipal a priorizar a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões” (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2015).

Tabela 8. Ranking IDHM de 2010 nos municípios do Sudoeste do Paraná

Município	IDHM	Município	IDHM	Município	IDHM
1º Pato Branco	0.782	15º Marmeleiro	0.722	29º Mariópolis	0.698
2º Francisco Beltrão	0.774	16º Verê	0.720	30º Bom Jesus do Sul	0.697
3º Dois Vizinhos	0.767	17º Salto do Lontra	0.718	31º Santa Izabel do Oeste	0.696
4º Pranchita	0.752	18º Nova Prata do Iguaçu	0.716	32º Pinhal de São Bento	0.695
5º Enéas Marques	0.752	19º Nova Esperança do Sudoeste	0.714	33º Clevelândia	0.694
6º Bom Sucesso do Sul	0.742	20º Ampére	0.709	34º Sulina	0.693
7º Chopinzinho	0.740	21º Cruzeiro do Iguaçu	0.709	35º Manguaçu	0.688
8º Renascença	0.733	22º Barracão	0.706	36º Honório Serpa	0.683
9º Itapejara D'Oeste	0.731	23º Capanema	0.706	37º Flor da Serra do Sul	0.682
10º São João	0.727	24º Planalto	0.706	38º Bela Vista da Caroba	0.681
11º Pérola D'Oeste	0.726	25º Vitorino	0.702	39º Santo Antônio do Sudoeste	0.671
12º Coronel Vivida	0.723	26º Boa Esperança do Iguaçu	0.700	40º Palmas	0.660
13º Realeza	0.722	27º Salgado Filho	0.700	41º Marfrigópolis	0.645
14º São Jorge D'Oeste	0.722	28º Saudade do Iguaçu	0.699	42º Coronel Domingos Soares	0.600

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013) Org. pela autora

De modo geral, pode-se inferir que o Sudoeste do Paraná é constituído, essencialmente, pela agricultura familiar, a qual está presente em todos os municípios que o compõe. Tal característica sugere um potencial favorável para implementação do PNAE no território, sobretudo, para o alcance dos 30% exigidos em Lei. Todavia, observou-se que nem todos os agricultores familiares possuem DAP's ativas, essa informação é relevante considerando que a DAP é indispensável para a participação no PNAE. Além disso, cita-se o número significativo de escolares, especialmente em Pato Branco e Francisco Beltrão, bem como a variação do IDHM entre os municípios.

Assim sendo, com conhecimento sumário da região em estudo, especialmente no que tange aos aspectos essenciais à presente pesquisa, compreende-se que, embora estejam inclusos no mesmo território, as especificidades e distinções são evidentes entre os municípios, o que por sua vez caracteriza a heterogeneidade do cenário em estudo.

3 À LUZ DA CONCEPÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As elementares discussões acerca de uma inovada compreensão de desenvolvimento ocorreram na década de 1970, em vista da percepção de que o modelo de crescimento dominante, praticado na maior parte das sociedades mundiais, apresentava-se limitado (BOFF, 2012).

Nessa época incorporou-se, de modo imperioso, aos debates sobre o desenvolvimento, o aspecto ambiental, o qual, embora já tivesse sido abordado por alguns autores, até então era negligenciado pelas organizações internacionais. Por conseguinte, originou-se o termo ecodesenvolvimento, desdobrando-se na atual denominação de desenvolvimento sustentável (SACHS, 2008).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, 1972, ocorrida em Estocolmo, colocou a dimensão do meio ambiente na agenda internacional. Ela foi precedida pelo encontro Founex, de 1971, implementado pelos organizadores da Conferência de Estocolmo para discutir pela primeira vez, as dependências entre o desenvolvimento e o meio ambiente [...] (SACHS, 2009, p. 48).

Dos resultados obtidos nessa primeira iniciativa, a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) foi o mais significativo. Posteriormente, em 1984 realizou-se outra conferência de caráter decisivo, a qual originou a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com o lema “Uma agenda global para a mudança” (BOFF, 2012).

À vista disso, em 1987, definiu-se o conceito mais amplamente divulgado de desenvolvimento sustentável, a saber, o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das gerações vindouras e sem esgotar os recursos naturais para o futuro (CMMAD, 1988 - Relatório De Brundtland).

No entendimento de Sachs (2008) tal perspectiva,

[...] é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Ela nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço, o que desarruma a caixa de ferramentas do economista convencional. (SACHS, 2008, p.15)

Compreende-se então que a atenção conferida, inicialmente, somente à problemática ambiental suscitou outra visão de desenvolvimento, a qual agrega,

além do ambiente, outros três elementos, a ética, o aspecto social e a viabilidade econômica (SACHS, 2008).

Outros espaços de diálogo sobre o tema foram a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) no Rio de Janeiro, também conhecida como Cúpula da Terra, a Rio+5 (1997), a Cúpula da Terra sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento (2002) em Joanesburgo, e recentemente a Rio+20 realizada em 2012.

Tais eventos, bem como as publicações e relatórios construídos a partir desses, a exemplo da Declaração de Cocoyoc, a Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial, a Carta da Terra, a Agenda 21 e as Metas do Milênio geraram uma maior consciência na população, e segundo Boff (2012) inclusive para os céticos.

Não obstante, vale fazer um parêntese, pois em tempos que o ambiente e a civilização padecem, além de consciência e reflexão sobre tema, é imprescindível adotar práticas que verdadeiramente promovam um desenvolvimento sustentável e duradouro. Freitas (2011) corrobora tal argumento:

Para tanto, a sustentabilidade não pode ser considerada tema de ocasião, mas prova viva e robusta de racionalidade dialógica, superior e aberta. O culto manipulador e desenfreado do ego consumista, com os seus fetiches tirânicos ou servis, está dramaticamente em xeque. Só não vê quem não quer. (FREITAS, 2011, p. 30)

Nesse sentido, uma concepção oportuna sobre o desenvolvimento deve ultrapassar a visão meramente econômica. Sen (2010, p. 28) salienta que “sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele.”.

A abordagem de Sen (2010), no tocante às liberdades humanas, influencia de modo expressivo os debates concernentes ao desenvolvimento. O autor apresenta a perspectiva do desenvolvimento como promotor das liberdades subjetivas dos indivíduos, as quais envolvem o atendimento concreto de todos os direitos humanos - incluem-se aqui direitos políticos e civis, econômicos e sociais.

Na visão do autor, as liberdades substantivas consistem nas capacidades elementares dos indivíduos - relacionadas aos direitos básicos - como, por exemplo, ter acesso contínuo e permanente ao alimento; ter condições de evitar a subnutrição, a morbidez e a morte prematura; ou ainda liberdades associadas à

alfabetização em todos os níveis, à garantia de participação política e a liberdade de expressão, etc., bem como aquelas que os próprios indivíduos desejam e julgam conducentes.

De tal modo, o caminho do desenvolvimento perpassa pela igualdade, equidade e solidariedade, proposições indispensáveis para se distinguir o aspecto econômico (positivo) do desenvolvimento, da economia reducionista (SACHS, 2008).

Em suma, considera-se que o crescimento econômico como objetivo em si mesmo, de fato, não é sinônimo de desenvolvimento, nem tampouco é o objetivo primordial do mesmo. Ou seja, o anseio pelos resultados financeiros deve vir acompanhado de outras premissas, as quais, em termos estatísticos e numéricos, não podem ser mensuradas (esse talvez seja um dos complexos dilemas a ser superado na atual conjuntura holística de desenvolvimento).

Outrossim, Leff (2010) infere que para se alcançar o desenvolvimento com bases sustentáveis, é necessário um processo de desconstrução da ideologia e da racionalidade do modelo atual de produção, para então abrir caminhos a uma sociedade edificada na produtividade ecológica, na diversidade cultural, na democracia e na diferença.

Ademais, segundo Freitas (2011):

Para sair da rotina insana, a presente sociedade do conhecimento terá de se tornar uma sociedade do autoconhecimento. Somente assim experimentará chances objetivas de fazer frente à gravidade dessas múltiplas crises que interagem entre si. Crise do aquecimento global, do ar irrespirável, da desigualdade brutal de renda, da favelização incontida, da tributação regressiva e indireta, da escassez de democracia participativa, das doenças facilmente evitáveis, da falta de paternidade consciente, do stress hídrico, da queimada criminosa, assim por diante. (FREITAS, 2011, p. 27)

Por deveras, evidencia-se o papel da sociedade, como parte integrante e ativa, na concretização do desenvolvimento, pois se torna explícito que as sequelas causadas pelo modelo injusto e insustentável de “progresso” extrapolam a esfera ambiental, de modo a atingirem aspectos mais profundos da sociedade, os quais somente uma civilização autêntica e autônoma poderá superar.

Destarte, merece a designação de desenvolvimento sustentável, aquele que concomitantemente, e em mesmo nível; promove o crescimento econômico, confere responsabilidade socioambiental, valoriza a cultura e as tradições em todos os espaços, bem como torna a sociedade mais equitativa e justa.

3.1 A MULTIDIMENSIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Diante dos conceitos e reflexões supracitados, no que tange às transformações e avanços ocorridos sobre a compreensão de desenvolvimento, é manifesto a múltipla dimensão do desenvolvimento sustentável para a reconstrução e transformação da sociedade contemporânea.

Assim sendo, discorre-se sobre os critérios e os caminhos para alcançar a sustentabilidade apresentados por Sachs (2009). O autor apresenta, metodicamente, as seguintes dimensões da sustentabilidade: social, cultural, ecológica/ambiental, territorial, econômica e política.

Teoricamente, ao se reconhecer a amplitude de cada uma delas, buscou-se abordá-las individualmente, para não incorrer de minimizá-las ou de olvidar pontos de intersecção com o presente estudo. Contudo, tomando nota de que na prática, as dimensões não se apresentam isoladamente, é inevitável que em determinados momentos sejam tratadas de maneira híbrida, podendo mesclar aspectos de duas ou mais dimensões.

3.1.1 A dimensão social

Os gargalos que precisam ser superados na presente esfera são, mormente, a desigualdade social, a má distribuição de renda, a escassez de trabalho e a falta de acesso a recursos e serviços públicos (SACHS, 2009).

Nesse cenário, a fome, cuja incidência põe em risco e assola parcela significativa da população, surge como uma das principais consequências de um modelo míope e desumano de desenvolvimento e passa a figurar de modo imperativo nas pautas sócio-políticas.

No presente contexto, fazendo jus ao pioneirismo nesse tema, vale mencionar, que até a década de 1930 a fome era abordada, unicamente, sob o aspecto fisiológico, contudo Josué de Castro (1952) apresenta essa como uma problemática de origem social e política.

Para o autor, a fome estava intrinsecamente atrelada à desigualdade social e à concentração de renda, o que por sua vez, submetia o povo à marginalização. Para tanto, ressaltava a necessidade de políticas públicas voltadas à produção e ao acesso de alimentos.

O olhar naturalista de Josué de Castro não é apenas um patrimônio da história das ciências sociais brasileiras, materializado num de seus livros mais brilhantes, *Geografia da Fome*. Muito mais que isso, ele ajuda a enfrentar o mais importante desafio do pensamento contemporâneo: como transformar os padrões de produção e consumo tornando-os compatíveis com preceitos básicos de ética e equidade e, sobretudo, com a urgência de uma nova relação entre sociedade e natureza. Esse desafio vai muito além da formulação dos problemas alimentares e refere-se ao próprio cerne do processo de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2008, p. 2708).

Passados quase um século, apesar dos avanços ocorridos, a sociedade ainda depara-se com um cenário inquietante, visto que, embora o desenvolvimento capitalista tenha se mostrado eficiente e progressivo na sua capacidade de acumulação de riquezas, de inovação e de exacerbação do consumo - e seja, illogicamente, admirado e apoiado por muitos - as mazelas sociais acarretadas são do mesmo modo progressivas e, sobretudo, árduas de reparar.

Nesse sentido, de acordo com Freitas (2011):

Precisamente, na dimensão social da sustentabilidade, avultam os direitos fundamentais sociais, com os correspondentes programas relacionados à saúde, à educação e à segurança (serviços públicos por excelência), que precisam obrigatoriamente ser universalizados com eficiência e eficácia, sob pena de o modelo de gestão (pública e privada) ser autofágico, ou seja insustentável (FREITAS, 2011, p. 56).

Tal menção reforça a responsabilidade do Estado em promover e garantir a estabilidade social e os direitos humanos plenos; contudo, as políticas públicas já concebidas, bem como as vindouras, não devem cair na insuficiência ou na inércia, isso posto, salienta-se a necessidade de uma articulação política intersetorial e eficiente.

3.1.2 A dimensão cultural

A cultura, na sua capacidade de unir as pessoas, cada qual com sua especificidade, em um ideal coletivo comum, figura-se como um forte elo social na promoção do novo paradigma de desenvolvimento.

La cultura popular local simboliza al hombre y su entorno, un tipo de conciencia y de materialidad social. Su valorización permite fortalecer la individualidad y la autoestima frente al mundo y da sentido a las comunidades humanas, en la búsqueda del desarrollo de la propia creatividad y conforme con sus valores. O sea, la mejor ayuda para la liberación de un Pueblo es la que se dirige a la conservación y recuperación

de su identidad y de su cultura, porque las culturas autónomas tienen potencialidades capaces de revitalizar las sociedades (MARTÍN, 2002, p. 07).

Nesse sentido, a cultura direciona os indivíduos em suas decisões e ações, das quais estimam realizar, conforme seus valores, e desse modo contribui para revitalização das sociedades, reforçando a individualidade e a autoestima das comunidades.

Contudo, a cultura das nações, na sua diversidade natural e legítima - tanto em âmbito macro, como na esfera local - está sendo substancialmente minimizada perante a abordagem unidimensional e reducionista do desenvolvimento econômico.

Diante desse fato, SEN (2010, p. 310) alerta que “no caso da cultura, porém, as tradições perdidas podem fazer muita falta. A extinção de antigos modos de vida pode causar angústia e um profundo sentimento de perda”, contudo, o autor ressalta que diante do binômio tradição e modernização, a sociedade em suas diversas frações, e não apenas a fatia privilegiada, tem o direito de escolher o que deseja preservar e o que consente desaparecer.

Nessa racionalidade, evidencia-se que a avalanche tecnológica, não substitui e nem tampouco serve de consolo para as sociedades que se sentem abaladas culturalmente - se não disseminadas - como os defensores da modernização desenfreada comumente alardeiam. Aliás, grande parte dos produtos do desenvolvimento tecnológico está disponível a uma parcela ínfima da população, ou seja, essa justificativa de fato não condiz.

Por ocasião, observa-se que a expansão dos potentes meios de comunicação transacionais, bem como das tecnologias de informação e comunicação, e, por conseguinte, o estreitamento da relação espaço-tempo tem ocasionado um processo de homogeneização cultural (HALL, 1997), ou de modo mais simplista, a denominada globalização.

Além disso, a ascensão e a presunção do caráter universal da ciência no decorrer do tempo, também desconsideram a cultura e contribuem expressivamente para o processo de homogeneização cultural.

A valorização dos saberes locais desloca a supremacia do conhecimento científico, da relação objetiva do conhecimento e sua pretensão de universalidade, para os saberes arraigados nas condições ecológicas do desenvolvimento das culturas, nas formas culturais de habitar um território e no sentido existencial do ser cultural (LEFF, 2010, p. 97).

A reflexão supracitada aponta outra importante perspectiva na presente discussão, no momento em que insere a interface entre ecologia e o desenvolvimento cultural, ou seja, nesse pensamento a cultura é sobretudo uma coevolução da relação homem-natureza.

Além disso, é oportuno ressaltar o papel da cultura na construção da própria identidade e da compreensão do homem como um ator social (HALL, 1997). No contexto do desenvolvimento, infere-se que um ser autêntico, atuará como parte integrante e ativa, haja vista que possui elementos suficientemente consolidados para interagir nesse processo; em contrapartida, um indivíduo alheio a si mesmo, o qual não criou sua própria identidade, será meramente um beneficiário passivo do “desenvolvimento”.

Diante disso, segundo Sachs (2009), está o desafio de conciliar a inovação e a tradição; e construir um planejamento nacional, interno, integrado e autoconfiante de desenvolvimento, o qual, simultaneamente, esteja aberto à interação mundial.

Com propriedade Sen (2010) assegura que:

Na verdade, é possível afirmar que há mais inter-relações e mais influências culturais mútuas no mundo do que normalmente reconhecem aqueles que se alarmam com a perspectiva da subversão cultural. Os que receiam pelas culturas frequentemente veem nelas grande fragilidade e tendem a subestimar nosso poder de aprender coisas de outros lugares sem sermos assoberbados pela experiência. A retórica da “tradição nacional” pode contribuir para ocultar a história de influências externas de tradições diferentes (SEN, 2010, p. 311).

Por fim, entende-se que há espaço ao “novo” e às relações internacionais, bem como admite-se o papel desses na promoção do desenvolvimento íntegro e perene, ou seja, há que se desmistificar a ideia (errônea) de que o desenvolvimento sustentável é concebido acerca de bases obsoletas e intransigentes, no que se refere à modernização e interação com o mundo. Contudo, a inovação e a abertura ao mundo, não podem (e não devem) sobrepor o saber popular, as tradições, os costumes e a identidade de um povo.

3.1.3 A dimensão ambiental

O colapso ambiental, vivenciado presentemente, nos mais diversos níveis (crise hídrica, poluição do ar urbano, erosão dos solos, perda da biodiversidade, variações climáticas, aquecimento global, etc.), é por deveras, produto do

desenvolvimento econômico mecanicista, o qual, na perspectiva de um desenvolvimento pluridimensional, mostra-se insatisfatório.

Outrossim, vale evidenciar que a ciência, na pretensão de tornar o mundo objetivo, material e controlável, falhou drasticamente, de tal modo que os resultados são os desastres ecológicos e a degradação ambiental, os quais manifestam-se na insegurança social, no desequilíbrio ecológico e no aquecimento global (LEFF, 2010).

Assim sendo, compreende-se que a dimensão ambiental, como precursora das discussões concernentes à sustentabilidade, carrega em seu âmago as demais nuances do desenvolvimento sustentável. Nessa conjuntura, para conferir a devida atenção ao meio ambiente, há que se ponderar uma nova forma de integrar o meio em que se vive, e usufruir dos serviços e bens que a natureza nos proporciona.

A transição para a sustentabilidade não é o desenvolvimento de uma história natural ou o desdobramento de uma essência ecológica do mundo, mas a abertura para uma alternativa social; e isso impõe desmontar a racionalidade econômica instrumental orientada para a gestão dos serviços e o risco ecológico, para construir uma racionalidade ambiental fundada nos potenciais ecológicos; nas identidades, nos saberes e nas racionalidades que dão lugar à criação do outro, da diversidade e da diferença para além das tendências dominantes, objetivadas na realidade que se encerra sobre si mesma em um suposto fim da história (LEFF, 76).

O argumento anterior, ao incorporar a reflexão de uma “racionalidade ambiental”, faz menção à amplitude do aspecto ambiental na concretização da sustentabilidade, pois, resumidamente, expressa a ideia de que o presente critério é composto pela diversidade ecológica, bem como pela diversidade sociocultural humana, haja vista que ambas estão inseridas em um meio comum. Além disso, evidencia que, é imprescindível, simultaneamente, preservá-las e valorizá-las, perante o aspecto econômico.

Por derradeiro, conforme Sachs (2009, p. 32), se houver a consciência de que qualquer atividade econômica está fundamentalmente consolidada no meio ambiente, não haverá como prejudicá-lo, nem tampouco depredar sua diversidade.

3.1.4 A dimensão territorial

A dimensão territorial tem sido escopo de inúmeras políticas e estratégias de desenvolvimento, contudo, segundo Leroy (1997), a abordagem voltada unicamente

à escala geográfica, na busca de uma melhor facilidade de articulação e de acompanhamento dos resultados, é uma visão deturpada do que, legitimamente, significa desenvolvimento territorial, e de fato, ainda é produto do modelo de desenvolvimento unívoco, restrito ao capital.

Entretanto, conforme Saquet (2007), um território é caracterizado como uma pluralidade de sujeitos e atividades que se relacionam entre si com o lugar e com o tempo. “O território é condição de processos de desenvolvimento. É natureza e sociedade, manifestando-se de forma específica e em diferentes lugares.” (SAQUET, 2007, p. 113).

Nesse sentido, o território extrapola a noção de limites geográficos; é, sobretudo, um processo dinâmico e complexo, fundamentado pela interação e organização de diversos elementos, sendo esses, materiais e imateriais.

Valendo-se de tal reflexão, é compreensível que o desenvolvimento, voltado à dimensão local, deva pautar-se na observação de cada elemento que compõe o território, e, especialmente, como se dão as suas inter-relações. Ou seja, o espaço, as pessoas que nele vivem, as suas origens, a cultura (individual e coletiva), e o tempo (pretérito e atual), devem ser considerados em suas distintas condições.

Outrossim, ressalta-se que ao se mencionar o termo “local”, está se referindo à gama de inter-relações cotidianas dos sujeitos, que constroem sua identidade sobre uma base territorial, a qual é entendida como o espaço das representações e das práticas humanas, e local onde se encontram os desafios e as potencialidades do desenvolvimento (MARTÍN, 1999).

Nesse sentido, as estratégias apresentadas por Sachs (2009) no que tange à dimensão territorial, referem-se, entre outras, principalmente à necessidade de equilíbrio entre o espaço urbano e rural.

No Brasil, o conceito oficial de rural e urbano está relacionado a um critério político-administrativo, em que o urbano trata-se de “áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas” e o rural “abrange toda a área situada fora desses limites” (IBGE, 2001, p. 64). Deste modo, o espaço rural torna-se alheio às suas funções e características, sendo visualizado somente a partir de carências (MARQUES, 2002), configurando-se apenas o “resto do urbano”.

Além disso, a distinção teórica existente entre campo-cidade e rural-urbano, é apontada por BIAZZO (2008) quando o mesmo infere que “campo e cidade são

formas concretas, materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem”, enquanto urbano e rural “são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade”. (Biazzo, 2008, p. 144). No entanto, não é possível compreendê-los de forma dissociada, haja vista que não existem isoladamente (LOPES e HENRIQUE, 2010).

Diante desse arcabouço de considerações, conceitos e elementos em constante transformação, compreende-se que a dimensão territorial é extremamente complexa e ampla. Desse modo, configura-se como um grande desafio à gestão pública no que tange ao planejamento, elaboração e execução de políticas, estratégias e ações, que tenham como objetivo o desenvolvimento local sustentável e pluridimensional, e por conseguinte, reaproxime o espaço rural e urbano, os quais, embora compreendam significações e características distintas, não devem ser considerados como oposição, e sim híbridos e complementares, haja vista que ambos se correlacionam e coexistem de tal forma que não há um sem o outro.

3.1.5 A dimensão econômica

Inicialmente, no que se refere à relação do desenvolvimento e da economia, vale citar a seguinte reflexão de Sachs (2004, p. 367): “Em vez de tratá-lo como um apêndice do planejamento econômico, devemos inverter esta relação: o econômico é apenas uma das dimensões, por importante que seja, do desenvolvimento”.

A economia considera e avalia o desenvolvimento a partir de parâmetros e dados estatísticos, tais como crescimento econômico, criação de mercados e competitividade; entretanto, como já mencionado, o desenvolvimento não se reduz a esses aspectos; “a qualidade de vida, a inclusão social, o respeito à cultura e à identidade locais fazem parte do verdadeiro desenvolvimento” (PERISSATO, 2009, p. 111).

Contemplando os argumentos dispostos até então, é evidente que a economia não é primazia na promoção do desenvolvimento sustentável, contudo admite-se o papel da mesma nesse processo. Todavia, é necessário desconstruir a concepção de desenvolvimento, reconhecida pelo setor econômico, e reelaborá-lo na perspectiva da sustentabilidade.

Na prática, Sachs (2009) discorre sobre a necessidade de um desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, o qual promova segurança

alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável condição de autonomia na pesquisa científica e tecnológica, e inclusão soberana na economia internacional.

Tais ações são significativamente importantes para conceder a todos os setores da sociedade, sem distinção de qualquer natureza, determinado grau de autossuficiência, de modo que a mesma não necessite submeter-se a imposições exógenas arbitrárias em busca da sua sobrevivência econômica e social.

Consoante com o presente contexto, Freitas (2011) infere que:

Dimensão econômica, no sentido de que se faz essencial saber praticar a pertinente ponderação, o adequado “*trade-off*” entre eficiência e equidade, ou seja, indispensável escolher e praticar as grandes e pequenas políticas econômicas sustentáveis. O consumo e a produção precisam ser reestruturados, completamente, segundo essa diretriz (FREITAS, 2011, p. 62).

Nesse viés, compreende-se que a eficácia econômica (maior crescimento) deve estar acompanhada de igualdade social (melhor distribuição de renda). Outrossim, a economia baseada na sustentabilidade advém, prioritariamente, de uma mudança no padrão de produção e de consumo - inclui-se aqui a participação e intervenção de toda sociedade - pois redireciona as práticas e decisões no setor econômico.

Ademais, para Sen (2010) um planejamento econômico consolidado, o qual combata a globalização do comércio e das economias, é determinante para evitar prejuízos na dimensão cultural, haja vista que a mesma está substancialmente ameaçada devido à modernização tecnológica e científica, a qual confere às forças externas uma vantagem economicamente competitiva.

Por fim, é manifesto que o desenvolvimento econômico não deveria voltar-se unicamente aos aspectos financeiros, o qual coloca em vantagem uma estreita parcela da população, deixando grande parte desassistida. Ao contrário, é imprescindível utilizar o potencial econômico, tecnológico e científico disponível, em prol de toda a comunidade, e não apenas para financiar os interesses da minoria.

3.1.6 A dimensão política

Finalmente, o aspecto político envolve uma gama de estratégias e ações de cunho governamental, tais como, a promoção da democracia, como meio de

apropriação dos direitos humanos; um razoável grau de coesão social; e, essencialmente, a capacidade de articulação do Estado na implementação de um projeto nacional (SACHS, 2009).

Um projeto nacional que resulte de um planejamento estratégico, flexível, onde não são os objetivos quantitativos que dominam. Planejamento contextual, onde não se atua diretamente sobre o objetivo, e sim cria-se condições que empurram os atores para determinadas direções. Planejamento negociado, onde o Estado, os empresários, os trabalhadores e a sociedade civil sentam à mesa. Planejamento pactuado, onde se chega à contratualização dos objetivos e das obrigações dos diferentes parceiros. O aprimoramento dos métodos de planejamento do desenvolvimento é uma das grandes tarefas das ciências sociais. (SACHS, 2004, p. 367).

Desse modo, confere-se à dimensão política um papel central na realização do desenvolvimento pluridimensional, pois a partir de uma articulação política intersetorial flexível, porém íntegra e bem direcionada, a qual envolva toda a sociedade e, democraticamente conceda voz aos atores sociais do desenvolvimento, emergem as ações que atendem em plenitude aos aspectos social, cultural, ambiental, territorial e econômico.

Além disso, no entendimento de Freitas (2011, p. 63) “a busca da sustentabilidade é um direito e encontrá-la é um dever constitucional inalienável e intangível de reconhecimento da liberdade de cada cidadão [...]”, ou seja, desfrutar da sustentabilidade traduz-se como garantia de qualidade de vida e apropriação dos direitos humanos (bem-estar, saúde, alimentação, educação, serviços públicos, etc.), de tal modo que promovê-la é responsabilidade do Estado, mediante políticas públicas que possibilite a todos(as) alcançar uma vida digna e segura.

Outrossim, a abordagem política voltada à democracia e participação social, permite reconhecer os valores socioculturais, os quais podem direcionar os anseios e decisões que as pessoas adotam, e por certo satisfazem-se ao realizar (SEN, 2010).

Nessa perspectiva, a atuação do poder público - as políticas e programas voltados à promoção do desenvolvimento sustentável - cuja gênese está fundamentada na valorização do capital social e humano, certamente, obtém maior sucesso, no sentido de que a colaboração dos indivíduos na construção das mesmas os faz sentirem-se parte do todo, pois as ações e atividades propostas não serão impositivas, e sim construídas de maneira participativa e democrática.

Assim, diante de tais ponderações, reforça-se a multidimensionalidade do desenvolvimento sustentável, bem como, conforme citado no início da presente seção, fica evidente a permeabilidade das dimensões, de modo que todas elas são, concomitantemente, causa e efeito na dialética da sustentabilidade.

3.2 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PRÁTICA DA INCLUSÃO JUSTA

Com efeito, as discussões realizadas até então convergem em um ponto fundamental para a construção de uma nova concepção de desenvolvimento: a realização da inclusão justa. Ou ainda, para não desvincular-se do termo, confere-se a reflexão sobre o “desenvolvimento includente” (SACHS, 2008).

A maneira natural de definir o desenvolvimento includente é por oposição ao padrão de crescimento perverso, conhecido como já se mencionou, na bibliografia latino-americana como “excludente” (do mercado do consumo) e “concentrador” (de renda e riqueza). (SACHS, 2008, p. 28)

O desenvolvimento includente demanda - mormente - a democracia, a qual proporciona melhores condições para a discussão dos temas de interesse público, por conseguinte, o acesso a políticas públicas, voltados à compensação das desigualdades e o acesso a serviços públicos, tais como educação, proteção à saúde e moradia (SACHS, 2008).

Em tempos pretéritos, a Declaração da Rio 92, no intuito de promover uma parceria global para a promoção do desenvolvimento sustentável, já trazia a ideia de inclusão ao afirmar que todos os Estados e todos os indivíduos tem o dever de “cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza, de forma a reduzir as disparidades nos padrões de vida e melhor atender as necessidade da maioria da população do mundo.” (ONU, 1992, p. 01).

Por meio disso constata-se um elemento importante para realizar a inserção plena (multidimensional) dos desvalidos pelo desenvolvimento capitalista e injusto: a cooperação mútua. Assim sendo, é explícito que não compete apenas à esfera governamental - embora detenha responsabilidade primordial - planejar e efetivar meios para a inclusão justa; é, de fato, dever universal (de todo cidadão) colaborar em tal processo.

Nesse sentido que Boff (2012) reflete que uma sociedade sustentável é aquela com a capacidade de incluir a todos de modo a garantir uma vida suficiente e digna. Ademais, para o autor, “o grau de humanidade de um grupo se avalia pelo nível de solidariedade, de cooperação e de compaixão que cultiva aos coiguais necessitados” (BOFF, 2012, p. 20).

Compreende-se então que o desenvolvimento incluyente e sustentável volta-se a gerar oportunidade ao indivíduo, para ser, ter e realizar o que deseja, com vistas a minimizar as desigualdades entre os povos e valorizar a sua diversidade genuína, e, sobretudo, reafirmando a noção de pertencimento ao meio ambiente, locus de toda atividade humana.

Contudo, para o alcance de um desenvolvimento perene, uma estratégia em longo prazo deve ser traçada. De acordo com Sachs (2008), é preciso identificar e suprimir as limitações, maximizar as capacidades e mobilizar recursos latentes (humanos e naturais); para tanto, é imprescindível a adoção de uma visão holística e interdisciplinar (SACHS, 2009).

Nesse aspecto, o caminho mais seguro, isso não denota que seja o mais simples, é a garantia de trabalho digno a todos. Para Sen (2010), a privação do acesso ao mercado de trabalho é um dos mais atenuantes desafios a serem superados.

O acesso ao trabalho decente, diferentemente de políticas assistenciais compensatórias, reflete positivamente na ascensão do desenvolvimento justo por dois motivos básicos: primeiro, oferece uma solução permanente; e, segundo, promove a autoestima, considerando a possibilidade de autorrealização e progresso na esfera social (SACHS, 2008).

Segundo Martins (2002), a disposição contemporânea do desenvolvimento atua com vistas a tornar o mundo mais humano, no intuito de planejar e pensar ações que compreendem o indivíduo, concomitantemente, como sujeito e beneficiário.

Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos, sobretudo, como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento (SEN, 2010, p. 26).

Destarte, considerando tal prerrogativa, como já destacado em outro momento, é evidente a necessidade da atuação do Estado, através de políticas

públicas efetivas que visem o aumento das capacidades humanas para que todos possam ter a oportunidade de desfrutar de seus direitos como cidadãos, e incluir-se na sociedade de maneira eficiente, constante e digna.

4 INTERFACE ENTRE DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E ALIMENTAÇÃO

Ciente do amplo sentido do desenvolvimento, o qual não se refere unicamente, ao crescimento econômico, mas requer atenção às dimensões social, ambiental, territorial, cultural e política, as quais, em consonância, promovam a inclusão social e à garantia dos direitos humanos, objetivando uma sociedade mais justa, equitativa e saudável em todos os seus aspectos, é possível discorrer e compreender a inter-relação entre o alimento - desde a produção até o consumo - e a prática do desenvolvimento (in)sustentável.

Nessa conjuntura, Morgan e Soninno (2008) afirmam que o setor agroalimentar adquire um status singular no desenvolvimento sustentável pelo simples fato de que o alimento é essencial a todos. Mediante isso, a alimentação suscita uma série de questões (inter-relacionadas), as quais constituem o centro dos debates relativos à sustentabilidade, como por exemplo, saúde pública, inclusão social, padrão de consumo e implicações ambientais. Ou seja, o alimento - das mais distintas formas - figura-se como fator determinante no compromisso individual e coletivo para a concretização do desenvolvimento sustentável.

Outrossim, Triches e Schneider (2015) inferem que o final do século XX ficou marcado pela ascensão de um sistema alimentar internacionalizado, o qual determina a produção e o consumo de alimentos, chegando ao ponto de ditar a dieta de parcela significativa da população, bem como que os indivíduos não se reconhecem mais pela sua posição social, mas sim pelo seu padrão de consumo.

Deste modo, salienta-se que o desenvolvimento capitalista adotado nas últimas décadas, viabilizou um sistema agroalimentar, pautado na produção em grande escala; homogeneização das culturas; utilização de insumos químicos e tecnologias; e industrialização e artificialização dos alimentos, que por sua vez suscitou uma profunda mudança no padrão de produção e consumo de alimentos, e - conseqüentemente - acarretou agravos nos mais distintos aspectos.

Considera-se que as mudanças entre produção e consumo moldam e são moldadas por diferentes modelos de desenvolvimento dentro do sistema capitalista que podem priorizar tanto a acumulação econômica, quando o bem estar social (TRICHES; SCHNEIDER, 2015, p. 03).

De tal modo, é urgente a necessidade de rever o binômio produção-consumo, o qual valorize a diversidade de gêneros alimentícios, de culturas, de saberes; reconheça e fortaleça a agricultura familiar e a produção local; reaproxime produtor e consumidor; bem como reconecte os espaços rural e urbano, reconstruindo assim, um jeito sustentável e saudável de produzir, distribuir, comercializar e consumir alimentos.

Nesse enfoque Morgan e Soninno (2008) destacam que o alimento, ao mesmo tempo em que contribuiu para a instalação da atual crise socioambiental, atualmente é considerado como parte da solução, sobretudo, em razão do desenho de políticas públicas voltadas à produção e distribuição sustentável de alimentos, as quais adquirem função potencial por integrarem economia, democracia e meio ambiente. Desse modo, ao longo dos anos, o Brasil, por meio de políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, juntamente com outros programas de produção e acesso aos alimentos, e de distribuição de terra e de renda, busca convergir ações de desenvolvimento sustentável e segurança alimentar.

Assim sendo, a presente sessão busca discorrer sobre o atual sistema agroalimentar, explanando suas múltiplas consequências no Brasil, que por sua vez acenderam as discussões de SAN. Posteriormente, destaca-se o potencial da agricultura familiar e da agroecologia para a promoção da SAN e DS. E, por fim, evidencia-se a relevância do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como uma política pública que converge Segurança Alimentar e Nutricional e desenvolvimento sustentável.

4.1.1 As múltiplas implicações do sistema agroalimentar predominante no Brasil

Os impactos gerados pelo sistema agroalimentar predominante, a partir da mecanização, superprodução, industrialização, globalização do alimento, e o consequente distanciamento da produção e do consumo atingiu - de distintas formas - as múltiplas esferas da sociedade. Nesse sentido Zonin (2007) sumariza os numerosos e fatídicos agravos ocasionados, dentre os quais, destacam-se:

- a) A crise ecológica, em que a brutal exploração dos recursos naturais ocasionou: crescimento da quantidade de efluentes despejados no meio

ambiente, degradação do solo e da água e dos agroecossistemas, diminuição das florestas e da biodiversidade, a erosão genética, pelo esgotamento de recursos naturais escassos; b) A crise social, em que mais modernização, significa maior exclusão social, declínio demográfico - êxodo rural, perda de empregos, mudança nas relações de vizinhança; c) A crise alimentar, na qual uma superprodução estimula o superconsumo e o desperdício, na qual a qualidade biológica dos alimentos e sua distribuição são questionadas, bem como pela ameaça à saúde humana; d) A crise cultural, que despreza, desvaloriza e ignora saberes construídos ao longo da história da agricultura, que provoca uma erosão genética e cultural; e) A crise política, marcada pela dependência do que é externo que faz dos agricultores objetos do mercado e exclui a agricultura familiar; f) Uma crise econômica, marcada pela concentração da terra e da renda, pela superprodução, o endividamento e a falência de pequenos agricultores. (ZONIN, 2007, p. 27).

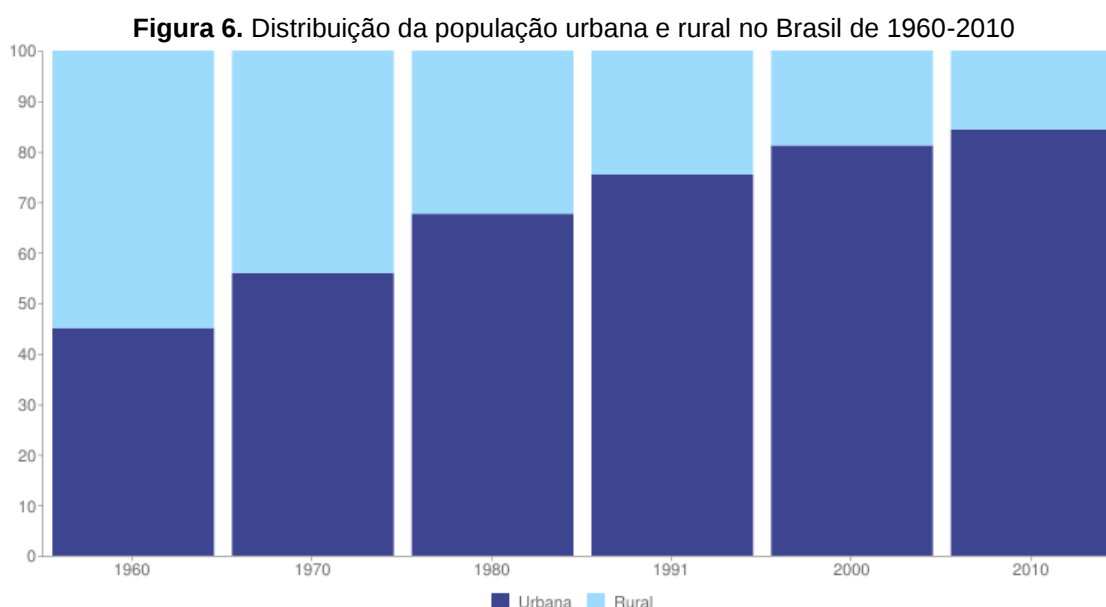
Nesse aspecto, há que se evidenciar que o modelo de produção adotado, desde a chamada Revolução Verde não deu conta das promessas que inicialmente propôs, dentro as quais ressalta-se a de solucionar o problema da fome, desnutrição e subnutrição, cuja maior produção, tecnologia e modernização agrícola, seriam sinônimos de crescimento e qualidade de vida, tanto para produtores como para consumidores.

O resultado do processo de *Revolução Verde* foi uma ampliação relevante na oferta de alimentos em âmbito mundial. Contraditoriamente, a ampliação da produção agrícola obtida através do processo acima, não foi suficiente para erradicar a fome e desnutrição em vários países do Mundo (SOUZA; ALMEIDA FILHO, 2006, p. 04).

No Brasil, de acordo com Moreira (2000) a Revolução Verde assumiu protagonismo entre as décadas de 1970 e 1980, ocasião em que a prioridade no desenvolvimento rural foi o incentivo à produção em larga escala, à agricultura para exportação, à agroindustrialização, bem como estímulo às empresas de maquinários e insumos agrícolas - tais como tratores, herbicidas e fertilizantes químicos.

Todavia, o processo de modernização da agricultura foi possível apenas em propriedades com maior extensão de terra e com condições de relevo favoráveis, situação está que privou as pequenas propriedades dos possíveis benefícios da modernização, principalmente para aquelas cujo relevo, tamanho e disponibilidade de capital não permitiram acompanhar os avanços tecnológicos que se tornaram necessários para a permanência nas atividades agropecuárias, refletindo no aumento do custo da produção, no êxodo rural e na concentração fundiária (WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILIPPI, 2009; DE´CARLI, 2013; GLIESSMANN, 2005).

Para Moreira (2000), a modernização tecnológica da agricultura brasileira, nos padrões da Revolução Verde, caracterizou-se como um “modelo concentrador, excludente e socialmente injusto” (p. 45), cujas consequências refletiram no empobrecimento, desemprego e favelização dos trabalhadores rurais, que por sua vez influenciou o êxodo rural, o aumento do número de subempregos e periferias urbanas, a exclusão social, a concentração de renda e de terra. Nesse aspecto, cita-se a inversão da população brasileira (figura 6), a qual marcou início nos anos 1970, e atualmente configura-se em 84,86% urbana e 15,64% rural (IBGE, 2010).



Fonte: IBGE (2010)

Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=9&uf=00>>

Acesso em: 25 de out. de 2015

Nesse enfoque, Zonin (2007, p. 26) reflete que, no caso do Brasil, a agricultura “foi a um só tempo causa e vítima de uma profunda crise socioambiental, que se estendeu em todos os biomas do país.”.

No que tange a produção nacional de alimentos, evidencia-se que o Brasil, com população de 204 milhões (Banco Mundial, 2015), possui um dos maiores mercados consumidores mundiais. Porém, o que se ressalta no cenário nacional é que, embora 80% do que é produzido no país seja consumido internamente, o crescimento da produção agrícola concentra-se em produtos, como cereais e carnes, voltados à exportação (TRICHES, 2010). Entre 2014 e 2015 a soja figurou como maior produto exportado, seguido da carne de frango (BRASIL, 2015a). Assim sendo, em termos de disponibilidade alimentar, considerando que essa é calculada

pela razão das calorias do volume total de produção pela população, evidencia-se que os dados como esses, não dão conta de explicar e avaliar as reais condições de produção, abastecimento interno e acesso aos alimentos no Brasil (CONSEA, 2004).

Nessa conjuntura, reflete-se ainda que a homogeneização da produção, ou seja, a monocultura, baseada principalmente na produção de grãos, e a indústria química de fertilizantes e insumos, segundo Shiva (2013) apagou eras de saberes construídos pelo homem. Compreende-se, com tal afirmação, que a tradição e a cultura dos povos foram ignoradas, tanto na produção, quanto no consumo de alimentos, atos que até então vinculavam profundas significações.

Ademais, a sociedade da superprodução e do consumo desenfreado, convive com a realidade impactante do desperdício de alimentos. Estudo realizado, em 2004, pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization - FAO), presume que se desperdiçam no mundo 1,3 bilhão de toneladas de alimentos por ano - aproximadamente um terço do que é produzido - sendo que o Brasil está entre os 10 países que mais desperdiçam, alcançando a marca de 10 milhões de toneladas por ano, ou seja, 35% da sua produção (BRASIL, 2013). Além disso, há que se referenciar que 35% do desperdício ocorrem antes de chegar à mesa do consumidor, sendo que desse total 10% é na colheita, 50% no manuseio e transporte, 30% nas centrais de abastecimento (Ceasas) e 10% nos supermercados e durante o consumo (EMBRAPA, 2007).

A FAO (2013) enfatiza ainda que, com o desperdício de alimentos no mundo se joga fora, anualmente, o equivalente a 750 milhões de dólares, os quais traduzidos em recursos naturais correspondem a 250 quilômetros cúbicos de água, e ocupa cerca de 1,4 bilhão de hectares de terra. E, além disso, infere que com o desperdício de alimento por ano no mundo se emite 3,3 bilhões de toneladas de dióxido de carbono, o que comprova que o desperdício de alimentos repercute em todo ambiente e sociedade.

Infere-se ainda, que com o volume de alimentos desperdiçados no Brasil, 35 milhões de pessoas poderiam ser alimentadas anualmente. Considerando que hoje no país, menos de 5% da população (10 milhões) vive em situação de insegurança alimentar severa, a redução do desperdício de alimentos aliada a uma melhor distribuição, mostra-se eficiente no combate à fome e na promoção da segurança alimentar e nutricional. Desse modo, pode-se inferir que, além de boas práticas,

tecnologias, medidas educativas e Bancos de Alimentos (EMBRAPA, 2007) ações que estimulem e fortaleçam a produção e consumo local de alimentos, a reaproximação do produtor e consumidor, evitariam significativamente o desperdício, levando como parâmetro que grande parte acontece durante o transporte e o armazenamento.

Nesse sentido, evidencia-se que, embora o Brasil tenha saído do mapa da fome da ONU, pois, conforme citado anteriormente, menos de 5% da população sofre pela falta de alimentos, infere-se que tal avanço não foi oriundo apenas do aumento de produção de alimentos, mas, especialmente, pelas estratégias brasileiras de distribuição e acesso aos alimentos, isto, pois “o problema da fome no Brasil não se deve a pouca disponibilidade global de alimentos, mas sim à pobreza de grande parte da população” (HOFFMANN, 1994, p. 08), a qual, consequentemente, dificulta o acesso ao alimento saudável, em quantidade e qualidade suficientes para garantir saúde e qualidade de vida.

Por outro lado, o padrão atual de vida, reflexo também da nação desenvolvimentista a qualquer custo - pautada no produtivismo, consumismo, mercado, concorrência - gerou uma profunda mudança nos hábitos alimentares. É recorrente ouvir que a aceleração do dia-a-dia, o excesso de trabalho, de compromissos, as longas horas no trânsito - especialmente nos grandes centros urbanos - não permite que a população tenha tempo para alimentar-se, recorrendo a lanches rápidos (*fast-foods*), alimentos processados, congelados, prontos para o consumo, ou como comumente se adjetiva como “alimentos práticos”.

Bleil (1998) corrobora tal argumento, quando infere que as mudanças ocorridas desde a década de 1950 - sobretudo a partir dos anos 1980 no que tange a urbanização e globalização - afetam a qualidade dos alimentos que são produzidos e industrializados, e paralelamente, *“as expectativas de consumo, orientando as escolhas para alimentos mais condizentes com o novo estilo de vida, são menos satisfatórias ao paladar e ao aporte nutritivo do que no padrão anterior.”* (p. 01), isto, pois para facilitar a comercialização dos alimentos - os quais são novos ao paladar e aos hábitos alimentares - a indústria usa de diferentes artimanhas para induzir o consumo, a exemplo, a embalagem atrativa, e a quantidade de açúcar, sal, gorduras, aditivos químicos.

A autora discorre ainda que embora os hábitos alimentares sejam construídos e praticados de acordo com a cultura, traduzindo, muitas vezes, a

identidade de um povo - que por sua vez impõe limites entre o que é comestível e não comestível - os hábitos alimentares são, em determinadas situações, orientados pela modernidade, em virtude da publicidade, da ideologia do consumo, dos preços, da busca por *status* social, da praticidade e da globalização alimentar.

No caso do Brasil, Bleil (1998, p. 17) infere que:

A expansão dos serviços de alimentação do tipo *fast-food* está ligada a uma demanda crescente, por parte da população, de rapidez a baixo custo e de uma suposta qualidade. De modismo, esta passou a ser a opção permanente para um número crescente de consumidores urbanos. Desta forma, a cadeia de lojas *Mc Donald's* cresceu e com ela outras cadeias de lojas de refeições rápidas. Hoje observa-se não só a venda de hambúrgueres, mas de pizzas, de cachorro-quente, etc. Ao mesmo tempo aumentou o consumo de bebidas refrigerantes e molhos artificiais industrializados, produtos lácteos e sorvetes.

A título de conhecimento, infere-se que o primeiro relato do surgimento de *fast-foods* no Brasil foi na década de 1950, em Copacabana, com a rede de lanchonete *Bob's*, ressalta-se aqui, a exemplo, que na França o início “da era do hambúrguer” foi somente na década de 1970. Tal fato, juntamente com a urbanização e a crescente metropolização de algumas cidades, traz a ideia de que o Brasil assemelha-se aos países desenvolvidos, e que a indústria de alimentos detém facilidade para conquistar espaço em meio aos consumidores brasileiros (BLEIL, 1998).

Diante disso, vale ressaltar um estudo realizado por Levy-Costa et al. (2005) o qual aponta que em média 28% das calorias totais consumidas pelos brasileiros são oriundas de alimentos essencialmente calóricos (óleos e gorduras vegetais, gordura animal, açúcar, refrigerante e bebidas alcoólicas), posto que apenas 2,3% das calorias totais correspondem ao consumo de frutas, verduras e legumes, o que corresponde apenas a um terço do preconizado (6 a 7%) pela FAO, conforme tabela 9.

Além disso, destaca-se que ocorreu uma intensa variação na disponibilidade domiciliar de alimentos nas regiões metropolitanas do Brasil no período de 1974-2003. Cita-se, por exemplo, que a participação das carnes em geral, no que tange à representação no total de calorias diárias, aumentou próximo dos 50%, sendo que os embutidos atingiram a marca de 300% de aumento; ademais, verificou-se um acréscimo 400% dos biscoitos e refrigerantes (tabela 10). Em contrapartida, ocorreu uma redução no que se refere à representação calórica diária dos alimentos típicos e

tradicionais na mesa do brasileiro (tabela 11), tal como um declínio de 23% do arroz, 30% do feijão e demais leguminosas, e 84% dos ovos (LEVY-COSTA, et al. 2005). Não obstante, vale salientar que embora o açúcar tenha apresentado redução de 23%, de acordo com os autores, o dado ainda é preocupante, pois representa um quinto do consumo total de carboidratos. Outrossim, o aumento de 400% do refrigerante sugere, indiretamente, um consumo exacerbado de açúcar, haja vista que tais bebidas compõem-se basicamente desse ingrediente.

Tabela 9. Participação média relativa (%) de alimentos e grupos de alimentos no total de calorias diárias determinado pela aquisição alimentar domiciliar por grandes regiões* do Brasil (2002/2003)

Alimentos e grupos de alimentos	Porcentagem
Cereais, legumes, raízes e tubérculos	50%
Óleos e gorduras vegetais, gordura animal, açúcar, refrigerante e bebidas alcoólicas	28%
Carnes, leite e derivados	18%
Frutas, verduras e legumes	2,3%

*Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste

Fonte: Adaptado de Levy-Costa et al. (2005)

Tabela 10. Alimentos e grupos de alimentos com aumento na participação relativa (%) no total de calorias diárias determinado pela aquisição alimentar domiciliar nas áreas metropolitanas* do Brasil entre 1974-2004

Alimentos e grupos de alimentos	Aumento (%)
Carne de gado	22%
Carne de frango	100%
Embutidos	300%
Leite e derivados	36%
Óleos e gorduras vegetais	16%
Biscoitos	400%
Refrigerante	400%
Refeições prontas	80%

*Belém, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, Distrito Federal e o município de Goiânia

Fonte: Adaptado de Levy-Costa et al. (2005)

Sem a pretensão de aprofundar a discussão, ou de rotular como “certo ou errado”, “bom ou mal”, há se se evidenciar que nos últimos anos disseminou-se a ideia de que alguns alimentos, como o ovo e a gordura animal, representavam os grandes vilões da dieta, relacionados à alta quantidade de colesterol, de gorduras saturadas, à incidência de doenças cardiovasculares, aterosclerose, etc., deixando a população no dilema de consumir ou não tais produtos, os quais até então eram tradicionais em suas mesas, permitindo que os indivíduos fossem “orientados” a

escolher opções supostamente mais saudáveis, as quais são oriundas, muitas vezes, da própria indústria de alimentos.

Tabela 11. Alimentos e grupos de alimentos com redução na participação relativa (%) no total de calorias diárias determinado pela aquisição alimentar domiciliar nas áreas metropolitanas* do Brasil entre 1974-2004

Alimentos e grupos de alimentos	Redução (%)
Arroz	23%
Feijão e outras leguminosas	30%
Raízes e tubérculos	30%
Peixes	50%
Ovos	84%
Gordura animal	65%
Açúcar	23%

*Belém, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, Distrito Federal e o município de Goiânia

Fonte: Adaptado de Levy-Costa et al. (2005)

Destarte, fica evidente que o padrão alimentar brasileiro está voltado para o consumo de alimentos processados e industrializados, com precário aporte nutricional (vitaminas, minerais e fibras), e com alta densidade energética (açúcar e gorduras), em detrimento do consumo de frutas e hortaliças.

Contudo, ressalta-se que tal tendência não é novidade, visto que a mudança nos hábitos alimentares dos brasileiros iniciou-se ainda nas décadas de 1960 e 1970, e intensificou-se nas décadas de 1980 e 1990, conforme estudos realizados na época sobre a disponibilidade domiciliar de alimentos no país (MONDINI; MONTEIRO, 1994; MONTEIRO; MONDINI; COSTA, 2000). A partir disso, é possível refletir que a mudança no padrão alimentar acompanhou as transformações ocorridas na produção de alimentos, pois a partir dos anos 1960 e 1970 incidiu um novo sistema agroalimentar, voltado para a produção em grande escala e longa distância, o qual exigia durabilidade dos alimentos, e consequente industrialização e artificialização.

Dessa forma, o modelo agroindustrial associado com produção globalizada de produtos padronizados, com mercado internacionais desregulados e com políticas que os promoveu, tendeu a excluir a produção de alimentos de pequena e média escala (artesanal e doméstica) e as práticas e os costumes tradicionais, distanciando o consumidor do produtor e provocando graves problemas (TRICHES, 2010, p. 74).

Nesse sentido, é manifesta a relação entre o padrão agroindustrial de produção de alimentos, com o elevado consumo de alimentos ultraprocessados e,

por conseguinte, agravos à saúde, especialmente no que se refere à incidência de doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares, alguns tipos de câncer, bem como outras patologias relativas à má alimentação.

The most striking change in food systems of high-income countries, and now of low- and middle-income countries, is displacement of dietary patterns based on meals and dishes prepared from unprocessed or minimally processed foods by those that are increasingly based on ultra-processed food and drink products. The result is diets with excessive energy density, high in free sugars and unhealthy fats and salt, and low in dietary fiber that increase the risk of obesity and other diet-related NCDs (PAHO, 2015, p. 13).⁴

Assim, a transição nutricional caracteriza-se pelo aumento das taxas de sobrepeso e obesidade em detrimento da subnutrição e desnutrição, em virtude, justamente, da modificação da dieta, sendo a situação mais recorrente em países desenvolvidos, e também em países em desenvolvimento. “Obesity and related chronic noncommunicable diseases (NCDs) are now epidemic throughout Latin America, among adults as well as children and adolescents”. (PAHO, 2015, p. 12).

De acordo com o estudo realizado pela Organização Pan-americana da Saúde na América Latina e Organização Mundial da Saúde das Américas, o consumo de alimentos ultraprocessados é diretamente proporcional ao aumento de massa corporal e obesidade nos países da América Latina (PAHO, 2015).

In Brazil, higher risk for cardiovascular disease, metabolic syndrome in adolescents (19), and adult obesity (16) is predicted by higher consumption of ultra-processed products, as is dyslipidemia in children (17). These findings are supported by those in the analysis below on the association of sales of ultra-processed products with increased body mass and obesity in Latin America. (PAHO, 2015, p. 41).

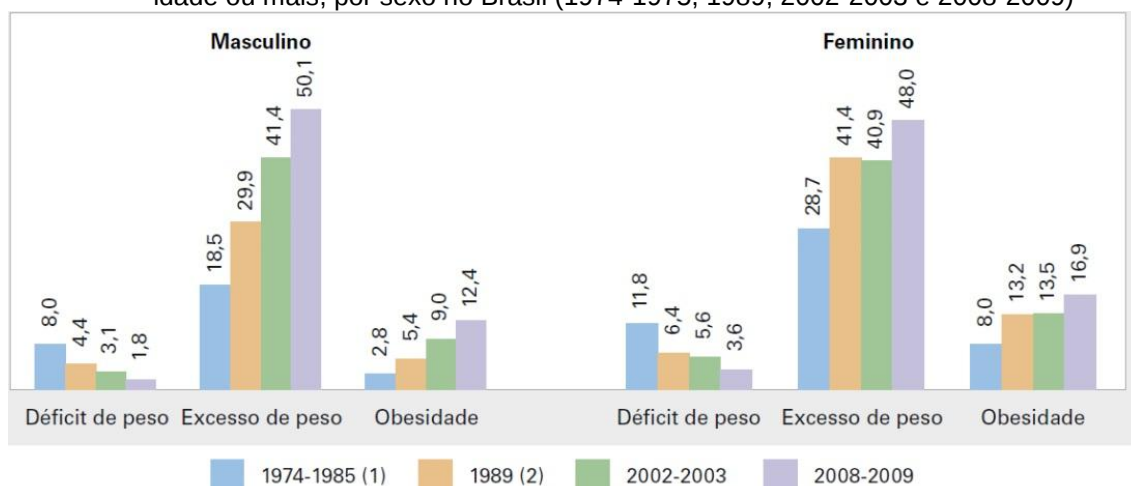
No Brasil, o maior risco de doenças cardiovasculares, síndrome metabólica em adolescentes, obesidade na fase adulta, bem como dislipidemias na infância são

⁴ A mudança mais notável em sistemas alimentares dos países de alta renda, e agora dos países de renda baixa e média, é a substituição de padrões alimentares com base em alimentos *in natura* ou minimamente processados, por aqueles cada vez mais baseados em alimentos e bebidas ultraprocessados. O resultado é dietas pobres em fibras alimentares, com alta densidade energética, alto teor de açúcares livres e gorduras pouco saudáveis e sal, que aumentam o risco de obesidade e outras doenças não transmissíveis relacionadas com a alimentação (PAHO, 2015, p. 13).

situações recorrentes do maior consumo de alimentos ultraprocessados, associadas ao aumento de sobrepeso e obesidade (PAHO, 2015).

De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) - (2008-2009), a população brasileira com 20 anos de idade ou mais, em situação de excesso de peso e obesidade é, gritantemente, superior à população com incidência de déficit de peso (figura 7). Assim, é evidente a transição nutricional no país, pois no decorrer dos anos o déficit de peso diminuiu para os homens de 8% para 1,8%, para as mulheres de 11,8% para 3,6%, enquanto a obesidade elevou-se de 2,8% para 12,4% no sexo masculino, e de 8,0% para 16,9% para o sexo feminino. Enfatiza-se ainda, as altas taxas de sobrepeso em ambos os sexos, 50,1% nos homens e 48% nas mulheres, índices que também sofreram acréscimo no decorrer do tempo.

Figura 7. Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade na população com 20 anos de idade ou mais, por sexo no Brasil (1974-1975, 1989, 2002-2003 e 2008-2009)

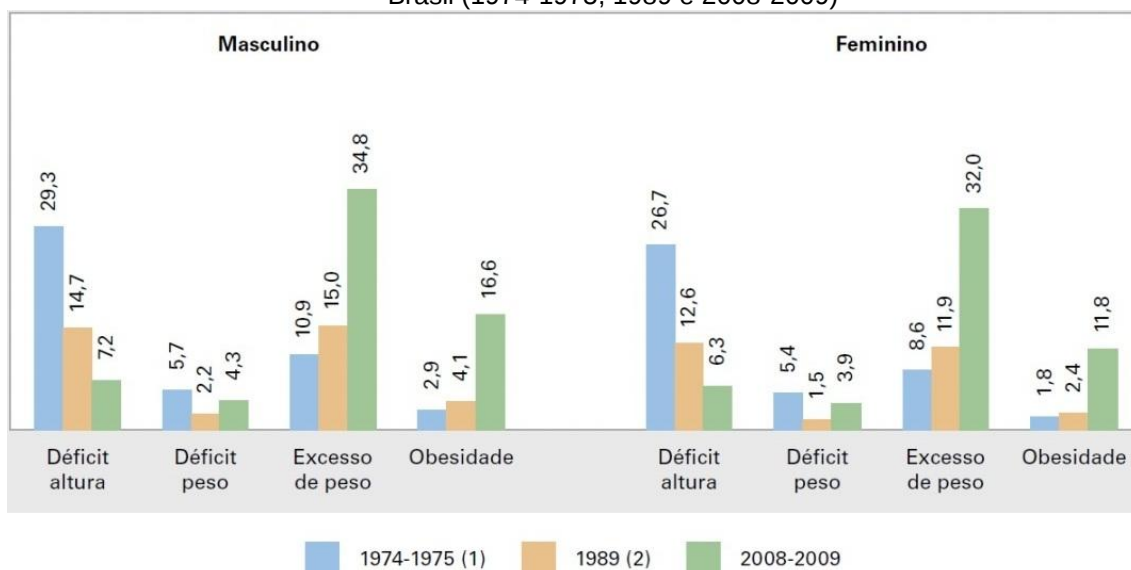


Fonte: ENDEF (1974-1975); PNSN (1989); POF (2002-2003); POF (2008-2009)⁵

Fator preocupante refere-se ao alto índice de sobrepeso e obesidade em crianças (figura 8), o que evidencia a importância de programas e ações que visem prevenir ou reverter esse quadro ainda na infância. Igualmente à população adulta, os índices de sobrepeso e obesidade em crianças de 5 a 9 anos são, evidentemente, superiores às taxas de déficit de peso. Cita-se, por exemplo, que entre os anos de 1974-1975 e 2008-2009, a taxa de obesidade nos meninos elevou-se na mesma proporção em que diminuiu o índice de déficit de peso, em contrapartida, nas meninas o déficit de peso caiu cerca de 300%, enquanto a taxa de obesidade elevou-se cerca de 500%.

⁵ Dados compilados por MELO (2012)

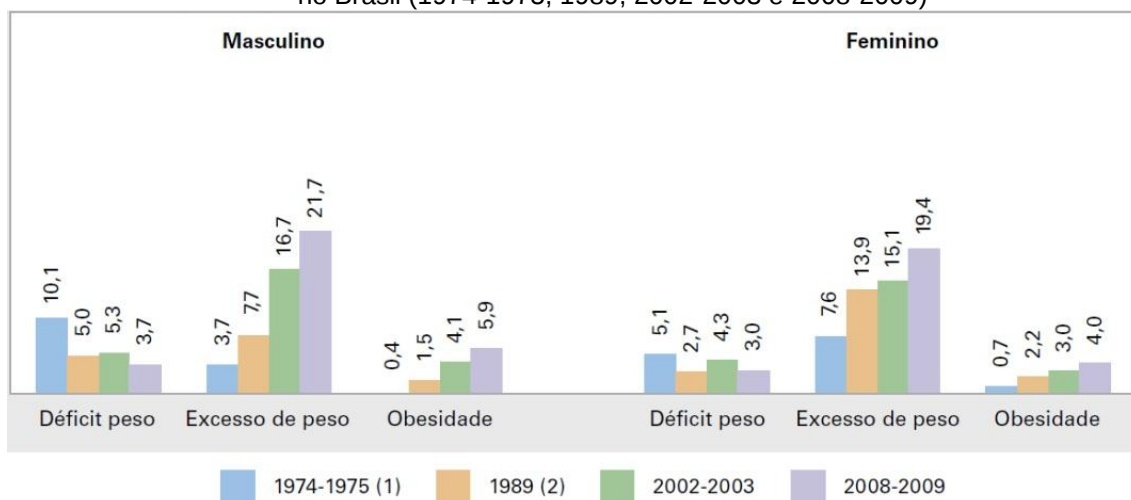
Figura 8. Evolução de indicadores antropométricos na população de 5 a 9 anos de idade por sexo no Brasil (1974-1975, 1989 e 2008-2009)



Fonte: ENDEF (1974-1975); PNSN (1989); POF (2008-2009)

Na faixa etária que contempla a população adolescente, de 10 a 19 anos, apesar da porcentagem de excesso de peso e obesidade mostrar-se inferior à população adulta e infantil, os números também indicam uma prospectiva ascendente de sobrepeso e obesidade para essa faixa etária (figura 9).

Figura 9. Evolução de indicadores antropométricos na população de 10 a 19 anos de idade por sexo no Brasil (1974-1975, 1989, 2002-2003 e 2008-2009)



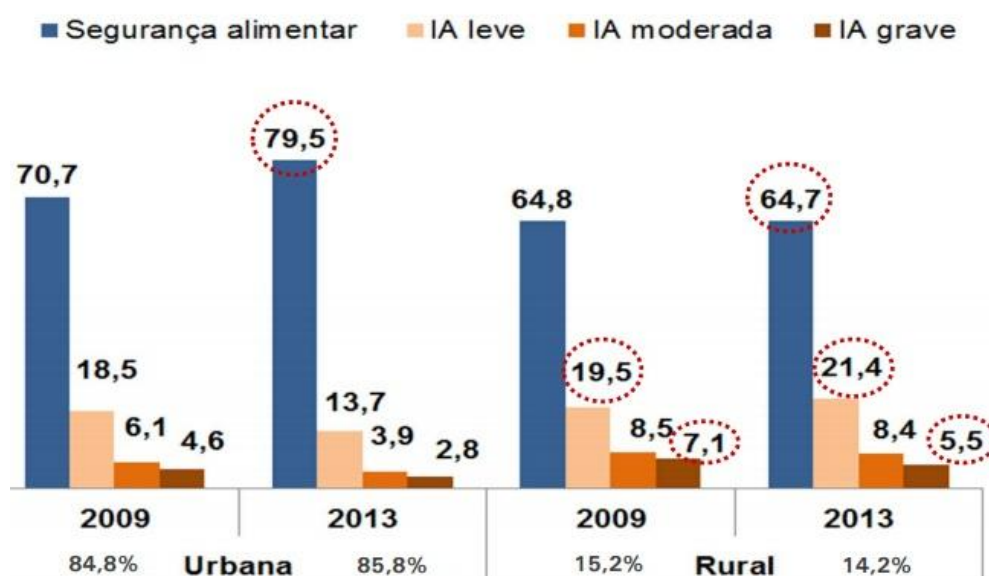
Fonte: ENDEF (1974-1975); PNSN (1989); POF (2002-2003); POF (2008-2009)

Ademais, estatísticas recentes do IBGE, referentes ao ano de 2013, apontam que aproximadamente 82 milhões de brasileiros, cerca de 60%, estão com

excesso de peso ou obesidade. Indica-se ainda que, de modo geral, a prevalência de sobrepeso e obesidade é superior nas mulheres, atingindo 58,2%, contra 55,6% nos homens (ABESO, 2015).

Contudo, além do aumento das taxas de sobrepeso e obesidade, observa-se ainda a presença da insegurança alimentar (IA) - leve, moderada e grave⁶ - entre a população, a qual - em percentual - é mais recorrente na população rural (figura 10). De acordo com a PNAD (2013) do IBGE, embora a prevalência da SA em domicílios da área rural não tenha alterado de 2009 para 2013, a IA grave diminuiu (de 7,1% para 5,5%) e a IA leve aumentou (de 19,5% para 21,4%).

Figura 10. Distribuição (%) dos domicílios particulares por situação do domicílio e segurança alimentar na Brasil (2009 – 2013)



Fonte: IBGE (2014)

Face à mudança no consumo alimentar da população e transformação do perfil nutricional dos brasileiros, depara-se ainda com a contaminação dos alimentos, e consequentemente contaminação da água, do ar e do solo, devido à utilização de agrotóxicos. De acordo com o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (ANVISA, 2011), 63% dos alimentos estão contaminados, tanto por

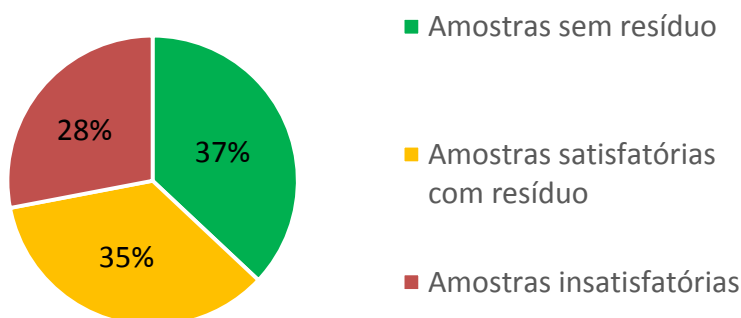
⁶ Classificou como SA: Acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, e sem a sensação da iminência de sofrer restrição no futuro próximo; IA leve: preocupação ou incerteza quanto à disponibilidade de alimentos no futuro em quantidade e qualidade adequadas; IA moderada: Redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos; IA grave: Redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos e/ou crianças; e/ou privação de alimentos; fome. (IBGE, 2014)

utilização de ingredientes ativos (IAs) não autorizados, como por produtos que ultrapassaram o limite máximo permitido ($>LMP$), conforme figura 11. Dentre os alimentos com resíduos de agrotóxicos, cita-se: pimentão, morango, pepino, alface e cenoura (tabela 12).

Com efeito, além das consequências socioeconômicas geradas aos pequenos produtores e os agravos ao meio ambiente, a utilização de agrotóxicos - sejam eles pesticidas, fungicidas, ou herbicidas - acometem a saúde humana a curto e longo prazo. Nesse sentido, Carneiro et al. (2015) evidencia que embora alguns produtos possam ser classificados como medianamente ou levemente tóxicos, os efeitos crônicos - pela exposição de meses, anos ou décadas – manifestam-se em doenças como cânceres, más-formações congênitas, distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais.

Esses problemas atuais servem como base para refletir sobre o desenvolvimento e a saúde não de forma reducionista, mas interligada. Se grande parte dos problemas de saúde é gerada pelo meio em que se vive e, destes, considera-se a alimentação o principal contribuinte, então, pensar a saúde da população é pensar o modelo agroalimentar e, conseqüentemente, o modelo de desenvolvimento que a sociedade pretende. (Triches; Gerhardt; Schineider; 2013, p. 110).

Figura 11. Amostras de alimentos* com e sem resíduo de agrotóxicos segundo o PARA (2010)



FONTE: Adaptado de Carneiro et al. (2015, p. 57)

*Culturas analisadas: abacaxi, alface, arroz, batata, beterraba, cebola, cenoura, couve, feijão, laranja, maçã, mamão, manga, morango, pepino, pimentão, repolho, tomate.

Tabela 12. Amostras insatisfatórias por alimento segundo o PARA (2010)

Alimento	Nº amostra analisadas	Amostras Insatisfatórias*	
Pimentão	146	134	91,8%
Morango	112	71	63,4%
Pepino	136	78	57,4%
Alface	131	71	54,2%
Cenoura	141	70	49,6%
Abacaxi	122	40	32,8%
Beterraba	144	47	32,6%
Couve	144	46	31,9%
Mamão	148	45	30,4%
Tomate	141	23	16,3%
Laranja	148	18	12,2%
Maçã	146	13	8,6%
Arroz	148	11	7,4%
Feijão	153	10	6,5%
Repolho	127	08	6,3%
Manga	125	5	4,0%
Cebola	131	4	3,1%
Batata	145	0	0,0%
TOTAL	2.488	694	27,9%

*Soma de todos os tipos de irregularidades (IAS não autorizados, acima LMP e ambos)

FONTE: Adaptado de CARNEIRO et al. (2015).

O PARA nos anos seguintes, 2011 e 2012, apresentou resultados semelhantes quanto à contaminações dos alimentos, apontando - respectivamente - 36% e 29% de amostras insatisfatórias. Contudo, fator preocupante refere-se à diminuição de culturas analisadas, no ano de 2010, o programa averiguou 20 culturas, ao passo que em 2011 e 2012 analisou-se apenas 07.

Diante disso, ciente de não ter esgotado a discussão, mas considerando as incessantes implicações ocasionadas pelo modelo insustentável de produção de alimentos, que por sua vez tornam a produção e consumo progressivamente monótonos e homogêneos, bem como afetam não somente os sistemas ecológicos, mas refletem na saúde humana e nas práticas socioculturais, evidencia-se que a alimentação assume, cada vez mais, o centro das discussões concernentes à sustentabilidade, sobretudo no que diz respeito à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional da população, discorrida a seguir.

4.2 O DEBATE SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM RECORTE HISTÓRICO NO CENÁRIO INTERNACIONAL E BRASILEIRO

Para compreender a atual discussão de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil, é imprescindível que se explique, sucintamente, em uma perspectiva histórica e sócio-política, a gênese do conceito a nível mundial.

Segundo Maluf, Menezes e Bleil (2001) após a Primeira Guerra Mundial, em virtude do desabastecimento de alimentos em alguns países, o conceito de segurança alimentar e nutricional fortaleceu-se internacionalmente, relacionado, centralmente, à noção de segurança nacional, visto que “a soberania de um país também dependia da sua capacidade de auto suprimento de alimento”. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 11). Nessa perspectiva, percebeu-se que controlar o fornecimento de alimentos de um país era o principal meio para dominá-lo (Maluf e Menezes, 2001).

Deste modo, conforme Souza e Almeida Filho (2006), por volta de 1947, as ações a nível internacional, voltaram-se, especialmente, para a orientação da produção e melhoria na distribuição de alimentos, com a criação da Comissão Mundial de Alimentos (FAO). Cabe referenciar aqui, que nesta época, a obra do brasileiro Josué de Castro teve grande participação; intitulada “Geografia da Fome”, a obra apresentou a alimentação como um tema político e social, e não apenas biológico.

Contudo, em 1970, em decorrência da redução dos estoques de alimentos mundiais, a ideia inicial de segurança alimentar voltada à ampliação da oferta de alimentos assumiu outro sentido, e partir de então o conceito foi inteiramente vinculado à ampliação da produção de alimentos. Nesse contexto, fortaleceu-se a indústria química, com a proposta da “Revolução Verde”, com capacidade de aumentar a produção de alimentos e erradicar a fome mundial (SOUZA; ALMEIDA FILHO, 2006).

Até então é possível refletir que o conceito de segurança alimentar era, de certo modo, restrito, pois se detinha prioritariamente à massificação da produção, desconsiderando os aspectos relativos ao acesso e à distribuição dos alimentos.

Entretanto, em 1982, consciente de que o aumento da produção não foi eficaz na erradicação da fome e desnutrição, a FAO reformulou o conceito de SAN destacando que “o objetivo final da segurança alimentar mundial é assegurar que

todas as pessoas tenham, em todo momento, acesso físico e econômico aos alimentos básicos que necessitam”. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 11)

Tendo em vista que o conceito de segurança alimentar é proveniente de uma evolução histórica e sócio-política, foi em 1996 com a realização da Cúpula Mundial Sobre a Alimentação - encontro de 186 países - que se redefiniu, o significado de segurança alimentar.

Existe seguridad alimentaria cuando todas las personas tienen en todo momento acceso físico y económico a suficientes alimentos inocuos y nutritivos para satisfacer sus necesidades alimenticias y sus preferencias en cuanto a los alimentos a fin de llevar una vida activa y sana. (Cúpula mundial Sobre a Alimentação, 1996 Apud FAO, 2006).

A partir dessa ressignificação, a segurança alimentar passou a ser abordada com vistas além da perspectiva da oferta e produção dos alimentos, mas associada à distribuição e ao acesso aos alimentos com o objetivo de promover qualidade de vida aos indivíduos. De tal modo, ficou intrinsecamente relacionado, que a insegurança alimentar é relativa à pobreza e má distribuição de riquezas, que por sua vez dificulta o acesso regular e permanente ao alimento.

Destarte, pode-se sumarizar a evolução das discussões de segurança alimentar a nível mundial em quatro fases: I) 1947-1982, a ideia central era aumentar a produção de alimentos para ampliar a oferta; II) 1982-1996, centrou-se unicamente no acesso, visto que a maior produção não surtiu o efeito esperado na erradicação da fome; III) distribuição de riqueza e alimentos para superar a fome; IV) pós 1996, especialmente a partir de 2000, iniciam-se ações e estratégias para superar a pobreza, por meio de sistemas eficazes na distribuição de renda (SOUZA; ALMEIDA FILHO, 2006).

Atualmente, a FAO considera quatro dimensões para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional: disponibilidade dos alimentos, acesso aos alimentos, utilização e estabilidade (FAO, 2006). Nesse sentido, a segurança alimentar requer alimentos acessíveis à população, garantindo que os indivíduos possuam recursos disponíveis para adquirir alimentos de qualidade; sendo que, o consumo alimentar deve ser concomitante às demais necessidades básicas - acesso à água potável, saneamento básico, cuidados com a saúde, etc. - possibilitando bem-estar fisiológico e social, de modo constante e permanente.

Assim sendo, alicerçado na discussão internacional de (in)segurança alimentar, infere-se que o debate sobre as causas e as soluções do problema da fome do Brasil, entre os anos 30 e 80, seguiu as tendências internacionais.

De acordo com Silva, Belik e Takagi (2001) até meados de 1930 acreditava-se que a falta de alimentos era decorrente da pouca oferta e do aumento de população urbana. Assim, até a década 1980, a fome foi abordada com um agravo que poderia ser solucionado com políticas voltadas à regulação de preços e controle de oferta. Deste modo, o Brasil também modernizou sua agricultura nos moldes da Revolução Verde, na tentativa de ampliar a produção e estabelecer estoques de alimentos, porém desconsiderando a necessidade de distribuição e acesso.

Por conseguinte, nos anos de 1990, enquanto o mundo relacionava a fome à má distribuição de renda e à pobreza, e buscava ações a nível social, o Brasil acreditava que a segurança alimentar poderia ser alcançada com a desregulamentação do mercado “na esperança de que o crescimento econômico pudesse proporcionar renda, emancipando as famílias pobres.” (SILVA, BELIK E TAKAGI, 2001, p. 119).

Entretanto, podemos afirmar que as ações na área de alimentação e nutrição na década de 1980 foram insatisfatórias, e criticadas por se caracterizarem como assistencialistas e fragmentadoras da realidade de insegurança alimentar e pobreza, que acometia a maior parte da população brasileira. Argumentamos que a crítica às ações dos anos 80 e 90, derivou do fato de a fome ter cedido espaço para a necessidade de estabilidade dos preços na economia, ou seja, o ajuste das economias periféricas passou a tomar espaços cada vez mais relevantes nos setores políticos do Brasil. (SOUZA; ALMEIDA FILHO, 2006, p. 10).

A compreensão de que as políticas de combate à fome eram assistencialistas e fragmentadoras da realidade brasileira, deve-se ao fato de que eram insuficientes e ineficientes, caracterizavam-se - prioritariamente - na distribuição de alimentos, como por exemplo, o leite para as crianças carentes, sem avaliar a situação de maneira universal e holística, sem pensar na urgência de fortalecer a autonomia familiar para adquirir seu próprio alimento, através de melhor distribuição de renda, empregos, salários, reforma agrária e produção agrícola.

Diante desse impasse, após a publicação do Mapa da Fome Brasileiro, o qual apontou que a segurança alimentar e nutricional seria alcançada através de ações articuladas e multidimensionais, criou-se, no ano de 1994, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional e o Plano Nacional de Combate à Fome e à

Miséria. Neste mesmo ano, realizou-se a I Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), cujas discussões foram levadas para a Cúpula Mundial da Alimentação em 1996.

Nessa primeira conferência, apresentou-se a segurança alimentar e nutricional como um movimento de solidariedade e repúdio à fome e à miséria nacional, ocasionadas pela concentração de terra e de renda, reflexo do mercado internacional, o qual ditava políticas que, ao invés de promoverem inclusão social, intensificavam o desemprego, o arrocho salarial e a recessão. “Esse movimento de solidariedade vai além da distribuição de alimentos, uma vez que democratiza a discussão, pondo em xeque o atual modelo de desenvolvimento brasileiro”. (CONSEA, 1995, p. 14).

O perverso modelo de desenvolvimento econômico implantado no Brasil, gerador de concentração de capital, renda, terra, oportunidades com a consequente exclusão social, acarretou a existência de 32 milhões de miseráveis [...]. Há muito se sabe que a desnutrição atinge 60% das crianças menores de cinco anos. Que a cada mil crianças que nascem, mais de 60 morrem antes de completar um ano de vida [...] (CONSEA, 1995, p. 123).

A citação acima, expressa um breve recorte da situação em que se encontrava o Brasil na época. Assim, movidos pela sede de justiça social, equidade e democracia, a I CNSAN compreendeu a segurança alimentar e nutricional como:

[...] um conjunto de princípios, políticas, medidas e instrumentos que assegure permanentemente o acesso de todos os habitantes em território brasileiro aos alimentos, a preços adequados, em quantidade e qualidade necessárias para satisfazer as exigências nutricionais para uma vida digna e saudável bem como os demais direitos da cidadania. (CONSEA, 1995, p. 134).

Este foi um momento emblemático na história do Brasil, considerando que, para se conquistar a segurança alimentar da nação, era urgente que se criasse um “novo modelo de desenvolvimento pautado, simultaneamente, na equidade social, na ética, na solidariedade, na eficiência econômica, na sustentabilidade ambiental e na democracia política.” (CONSEA, 1995, p. 177).

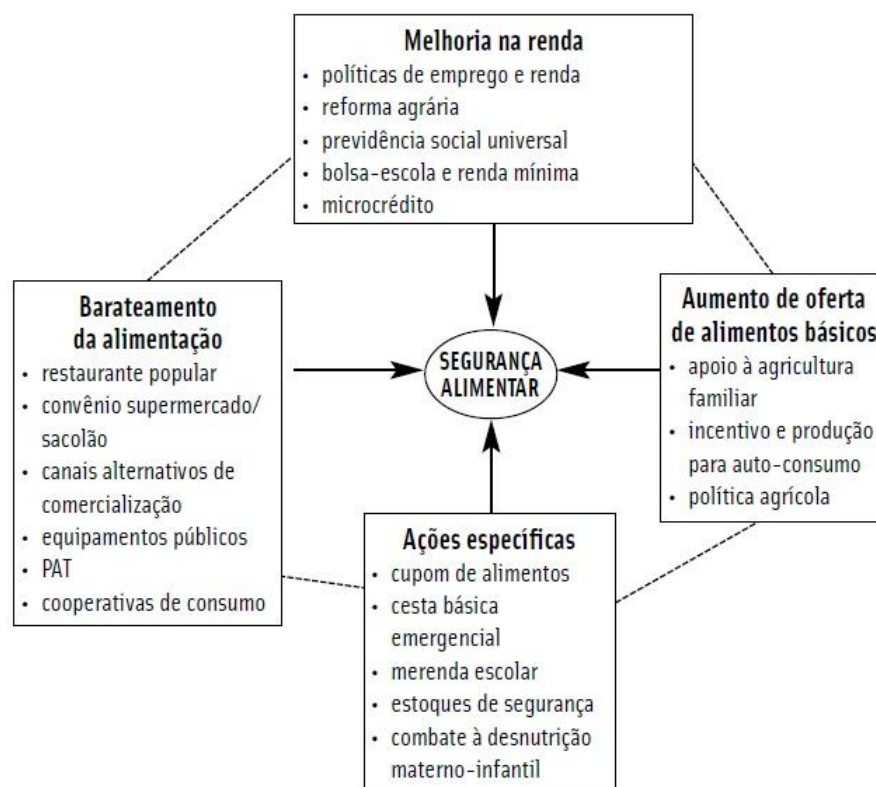
Contudo, cabe enfatizar que menos de um ano após a conferência, o CONSEA, assim como o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos - PRODEA, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN, estoques

reguladores, entre outras políticas discutidas na época, foram extintas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, pois conforme citado anteriormente, julgou-se que a questão da fome seria solucionada a partir de estratégias mercantis, priorizando-se a política econômica, em detrimento da política social (INSTITUTO CIDADANIA, 2001; SOUZA; AMEIDA FILHO, 2006).

Assim, apesar do fervor da sociedade civil na década de 1990, em relação à luta pela erradicação da fome e justiça social, a discussão de segurança alimentar ficou adormecida até o ano de 2000, momento em que houve um agravamento na situação de insegurança alimentar no país, pobreza e vulnerabilidade familiar, pela intensa crise econômica e alto índice de desemprego no final dos anos 90 (SILVA; BELIK; TAKAGI, 2001).

Nesse contexto, no ano de 2003, durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, criou-se o Programa Fome Zero voltado, especificamente, para a garantia da segurança alimentar e erradicação da fome que assolava milhões de brasileiros. Contudo, apesar do objeto do programa ser pontual, o caminho desenhado abriu um leque de possibilidades (figura 12), o qual não se pautou apenas em ações emergenciais, mas também em estratégias a médio e longo prazo, que gradativamente proporcionariam aos indivíduos a autonomia para conquistar sua dignidade alimentar, logo, qualidade de vida.

Para romper esse ciclo perverso da fome é necessário a intervenção do Estado, de modo a incorporar ao mercado de consumo de alimentos aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho e/ou que têm renda insuficiente para garantir uma alimentação digna a suas famílias. Trata-se, em suma, de criar mecanismos – alguns emergenciais, outros permanentes – por um lado no sentido de baratear o acesso à alimentação para essa população de mais baixa renda, em situação de vulnerabilidade à fome. De outro, incentivar o crescimento da oferta de alimentos baratos, mesmo que seja através do autoconsumo e/ou da produção de subsistência. E, finalmente, de incluir os excluídos, dado que o acesso à alimentação básica é um direito inalienável de qualquer ser humano. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 27).

Figura 12. Ações implantadas pelo programa Fome Zero

Fonte: Instituto Cidadania (2001, p. 11)

Observando o diagrama acima, pode-se visualizar a amplitude do programa, neste sentido é que Souza e Almeida Filho (2006, p. 18) evidenciam o Fome Zero como uma “política social de desenvolvimento”, pois relacionam “o aspecto de reprodução imediata da vida e garantia de acesso aos alimentos (emergencial), e, o aspecto de emancipação social (estrutural) [...]”, sendo que o primeiro reflete um caráter social, prevê auxílio emergencial, e o segundo um caráter de desenvolvimento, pois proporciona autonomia aos indivíduos. Além disso, vale mencionar, a presença da alimentação escolar e da agricultura familiar, entre as estratégias de segurança alimentar.

Desta retrospectiva, pode-se compreender que a discussão atual sobre segurança alimentar no Brasil, não evade do que foi apresentado há mais de 20 anos, todavia o grande avanço deve-se ao fato de que a Política de Segurança Alimentar e Nutricional, originada ainda nos anos 90, é garantida por lei desde 2006⁷.

⁷ Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006b).

De modo consoante, infere-se que a abordagem de SAN é um processo ainda em construção, fundamentado - especialmente - pela integração dos múltiplos aspectos condizentes ao sistema agroalimentar (produção, abastecimento, comercialização e consumo) e, baseia-se nos seguintes princípios: Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), o qual exprime o tripé quantidade-qualidade-regularidade; soberania alimentar, concernente ao resgate e preservação da cultura alimentar dos povos e à sustentabilidade do sistema agroalimentar; intersetorialidade; equidade e participação social (TRICHES; GERHART; SCHNEIDER, 2013).

Importante ressaltar que, atualmente, a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2015) trouxe o tema “Comida de Verdade no Campo e na Cidade”, em que “comida de verdade” remete ao conceito de alimentação saudável e adequada, cujo debate ocorreu na Conferência de 2007 e apontou aspectos ainda mais intensos e polêmicos quando implica “[...] garantia ao acesso permanente e regular a alimentos produzidos de forma socialmente justa, ambientalmente sustentável e **livres de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados**”. (CONSEA, 2015, p. 09, sem grifo no texto original).

Nesse contexto, evidencia-se a complexidade na realização efetiva do presente conceito, pois, conforme observado no decorrer do texto, o padrão agroindustrial atual não confere tais premissas, pelo contrário, potencializa o uso ilimitado e não controlado de agrotóxicos, o cultivo de transgênicos e a utilização de aditivos químicos, corantes, conservantes durante o processo industrial, cuja recorrência corrompe o real significado da segurança alimentar.

De tal modo, a agricultura familiar, especialmente a agroecologia, assumem um papel fundamental na presente temática por conferirem, concomitantemente, produção sustentável, diversidade, alimento de qualidade, significação social e a possibilidade de (re)aproximação do produtor e consumidor, premissas indispensáveis para a conquista da segurança alimentar e nutricional. Sendo assim,

é sobre o potencial da agricultura familiar, bem como o seu real significado, que se dedica à próxima sessão.

4.3 AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA: UMA ALTERNATIVA PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Não há como falar da inter-relação de Segurança Alimentar e Nutricional e desenvolvimento sustentável sem pronunciar o potencial imprescindível da agricultura familiar nesse processo, tanto pela sua capacidade produtiva, como pela sua significância social e ambiental.

Entretanto, primeiramente, há que se elucidar qual o real significado de agricultor familiar (AF), considerando que a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e mais recentemente da legislação brasileira, a propriedade familiar é identificada, sobretudo, pelo ponto de vista econômico, produtivo e administrativo.

Destarte, de acordo com Wanderley (2003), há uma múltipla compreensão nas discussões teóricas concernentes à agricultura familiar. Primeiramente, o agricultor familiar é visto como ator social, o qual valoriza o seu papel no próprio processo de desenvolvimento, e, por conseguinte, não é um fantoche diante das imposições modernas - pelo contrário - é autor da própria história. Por fim, reconhece-se a diversidade de circunstâncias que a concepção de “agricultura familiar” pode abranger, contudo a primazia dessa categorização está na capacidade do agricultor em recorrer à sua história como modo de adaptação às transformações sociais, e ao processo de desenvolvimento rural.

Em suma, reflete-se que o agricultor familiar não se caracteriza unicamente por aspectos mensuráveis - pela quantidade de terra que detém, se possui ou não mão de obra externa, como se dá a administração de sua propriedade, etc. - ou seja, outros vieses precisam ser observados para que a agricultura familiar seja vista de maneira mais holística e humana, especialmente pelo seu potencial de atuação social.

A ONU reconhece que “uma abordagem centrada no agricultor é a chave para alcançar a sustentabilidade, tanto nos países desenvolvidos como em desenvolvimento.” (BRASIL, 1995, p. 399). A agricultura ocupa um terço da superfície do planeta, ou seja, as famílias rurais, as populações indígenas e suas

comunidades constituem-se como administradores de grande parte dos recursos da Terra.

Além disso, considerando o constante crescimento populacional - cuja perspectiva para ano de 2025 é de 8,3 bilhões de habitantes no planeta - o setor agroalimentar se vê perante um grande desafio, o de atender as exigências alimentares, embora os recursos e tecnologias disponíveis permaneçam incertos (BRASIL, 1995).

No Brasil, a agricultura familiar é, atualmente, responsável por uma parcela considerável da produção de alimentos para o abastecimento interno e composição da alimentação básica da população, e ainda, oferece uma grande contrapartida à produção nacional. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, aponta-se uma tendência crescente nesse aspecto, onde se observou um acelerado acréscimo da produtividade e melhor aproveitamento das terras por estes estabelecimentos familiares, em detrimento da importação de alimentos (FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2006).

Ademais, ao se ponderar a oportunidade de trabalho como fator condicionante do desenvolvimento e da segurança alimentar - lembra-se aqui a discussão de inclusão justa e desenvolvimento incluyente -, atribui-se à agricultura familiar um importante papel (SACHS, 2008). Atualmente, no Brasil, esse setor abrange 84,36% da ocupação no meio rural, é responsável por 37% da produção agrícola brasileira, e ocupa apenas 30,31% das terras (SACHS, 2008; IBGE, 2006).

Contudo, segundo Costabeber e Caporal (2003, p. 02) a agricultura familiar mostra-se como “um segmento que tem sérias dificuldades para sua reprodução social, ao mesmo tempo em que representa a forma de organização mais adequada para potencializar o desenvolvimento agrícola e rural”.

Com efeito, muitos produtores sofrem as consequências da falta de acesso aos mercados de produção (SEN, 2010), bem como inúmeros estudos apontam a dificuldade de comercialização como um dos mais graves limitadores do desenvolvimento da agricultura familiar (BUAINAIN, 2006).

Ademais, o autor Guilhoto et al. (2007, p. 13), observando a agricultura familiar em todo território nacional, atesta que:

[...] mesmo sob adversidades como insuficiência de terras e capital, dificuldades no financiamento, baixa disponibilidade tecnológica e fragilidade da assistência técnica, o peso da agricultura familiar para a riqueza do País é representativo e não perdeu sua força nos últimos anos.

Mas o processo de modernização da produção rural, muitas vezes, beneficia mais a produção patronal do que a familiar, além disso, a divergência, em termos de tamanho, capital e tecnologia, tornam as prioridades de cada produtor familiar diferentes. Os objetivos difusos da classe dificultam a sua organização para buscar de seus próprios interesses. Embora existam grupamentos locais, como associações e cooperativas que auxiliam o sistema familiar em algumas regiões, eles são totalmente inexistentes em outras.

Desse modo, soa paradoxal a agricultura familiar como parte fundamental para o desenvolvimento pleno e equitativo do país, no que diz respeito à produção de alimentos, oportunidade de trabalho, fortalecimento e resgate da cultura e biodiversidade, ainda sofra com dificuldade de comercialização, falta de tecnologias apropriadas à produção de menor escalar, assistência técnica irregular, escassez de capacitação, excesso de burocracias, entre outros.

Nesse sentido, para suprir tais negligências, Sachs (2009) infere a necessidade de - além da modernização agrícola específica para esse setor - uma série de políticas complementares, tais como “acesso justo à terra, ao conhecimento, ao crédito e ao mercado, bem como uma melhor educação rural” (2009, p. 34), de tal modo, compreende-se que as tecnologias são imprescindíveis, mas não podem ser consideradas como “panaceia” no processo de fortalecimento e autonomia da agricultura familiar.

Ademais, para a ONU, conforme descrito no relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Agenda 21, o objetivo do desenvolvimento rural e agrícola sustentável é:

[...] é aumentar a produção de alimentos de forma sustentável e incrementar a segurança alimentar. Isso envolverá iniciativas na área da educação, o uso de incentivos econômicos e o desenvolvimento de tecnologias novas e apropriadas, dessa forma assegurando uma oferta estável de alimentos nutricionalmente adequados, o acesso a essas ofertas por parte dos grupos vulneráveis, paralelamente à produção para os mercados; emprego e geração de renda para reduzir a pobreza; e o manejo dos recursos naturais juntamente com a proteção do meio ambiente (BRASIL, 1995, p. 175).

Deste modo, o PRONAF, criado na década de 1990, foi a principal intervenção do governo brasileiro, o qual oportunizou aos agricultores familiares o acesso efetivo às políticas públicas rurais (GAZOLLA & SCHNEIDER, 2013) e, conseqüentemente, o aumento da produção, comercialização e melhoria de suas condições de vida.

Além disso, como estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar - a partir da iniciativa do PRONAF – surgiram, nos últimos anos, outras políticas de apoio produtivo e econômico aos produtores familiares (GAZOLLA & SCHNEIDER, 2013), tais como, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, o Seguro da Agricultura Familiar – SEAF, Lei da Agricultura Familiar⁸, bem como os programas de apoio à comercialização e distribuição de alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Outrossim, além do fortalecimento da agricultura familiar como um todo, estratégias locais e nacionais, especialmente a partir de políticas públicas, têm-se dedicado ao fortalecimento e disseminação da produção familiar agroecológica.

Sendo assim, considerando as disposições já mencionadas, de modo especial, no que tange às consequências geradas pelo modelo de produção atual, há que se pensar uma prática agrícola que respeite, valorize e reestabeleça o equilíbrio socioambiental, bem como promova saúde e qualidade de vida. Nesse sentido, a agroecologia assume protagonismo, não mais como uma possibilidade futura, mas como uma realidade presente, a qual, porém, necessita de fortalecimento e expansão.

Para Caporal e Costabeber (2003), a adoção da agroecologia como base científica - em seus distintos aspectos (produção, diversidade, mão de obra, cultura, etc.) -, ganha destaque nas reflexões sobre desenvolvimento ancorado com sustentabilidade, onde a agricultura familiar assume papel fundamental. A característica essencial da agricultura familiar é a diversidade, a qual constitui uma das suas principais potencialidades para introduzir a agroecologia como estratégia de desenvolvimento (BUAINAIN, 2006).

Para Altieri (1989), o termo agroecologia admite inúmeros significados, mas - especialmente - a noção de produção vinculada à proteção ambiental e o sentimento social. Nestes termos, cabe enfatizar a reflexão de Paulus e Schlindwein (2001, p. 48), “a agricultura, antes de ser uma atividade essencialmente econômica, é uma

⁸ Com a Lei nº 11.326/2006, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida no Brasil, a qual considera agricultor familiar ou empreendedor familiar, aquele que desenvolve suas atividades em meio rural, que emprega predominantemente mão de obra familiar nas atividades econômicas, que a maior parcela da renda familiar seja das atividades econômicas vinculadas ao seu empreendimento, sendo ele dirigido com a sua família (BRASIL, 2006a).

atividade também cultural, e mais do que de processos naturais, trata-se, fundamentalmente, de processos socioculturais, de uma construção humana”.

Pondera-se ainda que nos últimos anos, a agroecologia incorporou-se nas discussões científicas e sociais como uma alternativa para a promoção da segurança alimentar de maneira sustentável. Especialmente, pois a segurança alimentar, anteriormente vista apenas sob a ótica quantitativa, alcançada pelo aumento da produção, hoje é relativa à saúde, à tradição e à qualidade de vida dos indivíduos. Além do mais, se considera que a utilização e consumo de alimentos produzidos em larga escala e longas distâncias, pelo uso intensivo de substâncias químicas (agrotóxicos, conservantes, corantes, etc.), e pela baixa qualidade nutricional, acarretam vários agravos à saúde humana, ou seja, o modelo convencional de produção não se traduz como o caminho apropriado para a conquista de SAN.

Em contrapartida, a agroecologia, quando se exime da utilização de insumos químicos e oferece a possibilidade de consumo de alimentos locais e diversificados, reforça, sobretudo, a produção de alimento com qualidade, e possibilita a população ter uma alimentação saudável. Tal como salienta Caporal e Costabeber (2003, p. 08) “decididamente, a Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável não poderá ser alcançada sem a construção de uma agricultura também sustentável”, isto, pois “somente com alimentos de qualidade biológica superior ao que se produz hoje é possível garantir alimentação saudável”, e essa qualidade só é possível pela agroecologia.

Vale ressaltar que, tecnicamente, a agroecologia “se refere ao estudo de fenômenos puramente ecológicos que ocorrem nos campos das culturas, tais como relações predador/predado, ou competição cultura invasoras”. (ALTIERI, 1989, p. 28).

Outrossim, Caporal e Costabeber elucida que:

“[...] não podemos, simplesmente, entender a agricultura ecológica como aquela agricultura que não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos de síntese em seu processo produtivo. No limite, uma agricultura com esta característica pode corresponder a uma agricultura pobre, desprotegida, cujos praticantes não têm ou não tiveram acesso aos insumos modernos por impossibilidade econômica, por falta de informação ou por ausência de políticas públicas adequadas para este fim”. (CAPORAL, COSTABEBER, 2002, p. 74).

Compreende-se assim que a prática agroecológica requer trabalho coletivo, integrado e dinâmico, bem como vai muito além da ideia de agricultura sem a utilização de venenos ou insumos.

Assim sendo, a produção com base agroecológica surge no cenário atual para quebrar paradigmas impostos pelo sistema convencional de produção de alimentos, voltado estritamente ao crescimento econômico, o qual não considera a qualidade, nem tampouco a garantia da SAN da população. Nesse aspecto, a agroecologia visa desconstruir imposições capitalistas, e reconstruir uma sociedade socialmente, ambientalmente e economicamente mais justa.

Por fim, considerando todos os aspectos referenciados, desde o significado de desenvolvimento sustentável até a inter-relação concreta da sustentabilidade e da alimentação - em virtude das transformações ocorridas no sistema agroalimentar, suas implicações e agravos nos mais distintos aspectos, cuja amplitude e urgência resultaram no debate evolutivo de Segurança Alimentar e Nutricional - evidencia-se o potencial da alimentação escolar como promotora da segurança alimentar aliada à sustentabilidade.

Assim, Morgan e Soninno (2008) referem que a alimentação escolar é um dos poucos serviços públicos que visa, especificamente, o cuidado com as gerações futuras, e, quando devidamente planejado e monitorado, possibilita interfaces com a saúde, a ecologia, a sociedade e a economia.

Nesse sentido, seguidamente, discorre-se sobre a evolução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, o qual, atualmente, é considerado a mais significativa política pública de Segurança Alimentar e Nutricional, pois relaciona, justamente, o provimento da alimentação saudável e o fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento local.

5 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) COMO ESTRATÉGIA DE “SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL”

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE é reconhecido, a nível mundial, como uma das mais evidentes políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional aliada à sustentabilidade. Entretanto, para assumir essa condição, o programa valeu-se de significativos avanços ao longo de seus 60 anos de existência.

Triches (2010, p. 90) salienta que “a emergência da alimentação escolar como uma questão política dá-se a partir das discussões de SAN no Brasil”, momento em que os programas alimentares tornam-se uma maneira de enfrentar a fome e a pobreza, bem como o sobrepeso, obesidade e doenças crônicas não transmissíveis, oriundas da má nutrição da população. Assim, para a autora, “esse movimento caracterizar-se-ia por uma nova era para o PAE, que não só buscaria atingir objetivos alimentares e nutricionais, mas também o desenvolvimento sustentável”.

5.1 A TRAJETÓRIA DE UMA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ALIMENTAR PARA UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Programa Nacional de Alimentação Escolar iniciou-se há 60 anos, concomitante com outros programas de assistência social no período pós-guerra, articulados por organizações internacionais, como FAO, UNICEF, USAID (dos Estados Unidos) e o Programa Mundial de Alimentos, os quais cumpriram o papel de minimizar os conflitos sociais que refletiram na produção e consumo de alimentos (TRICHES, 2010).

A primeira regulamentação legal para o fornecimento da alimentação escolar no Brasil foi no ano de 1955 por meio do Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar - CME, subordinada ao Ministério da Educação, a qual contou com alguns programas de ajuda americana, entre os quais se destacava o programa Alimentos para a Paz. Contudo, vale salientar que a atenção à alimentação escolar iniciou-se no Brasil por meados de 1930, com a forte influência de Josué de Castro e um grupo de médicos nutrólogos, engajados com a problemática social da fome. Inicialmente, o objetivo desse programa era atender

estudantes de baixa renda da região Nordeste, por meio de doações de leite em pó, provenientes do excesso da produção americana (BRASIL, 2015^b).

Em relação à emergência de programas de assistência alimentar como esse, são apontados indícios que constituíram mecanismos de ampliação do mercado internacional de realização de mercadorias, procurando padronizar hábitos e práticas alimentares de acordo com os interesses de acumulação do capital. (TRICHES, 2010, p. 80).

Assim, ressalta que o auxílio não ocorria através de doações monetárias, pois desta forma poderia estimular o desenvolvimento local por meio da produção e do consumo de alimentos básicos, entretanto se realizava na “forma de valor de uso”, escoando a produção internacional que não se converteu em mercadoria e nem em capital.

Deste modo, Stefanini (1997) corrobora que, na realidade, o que havia por trás desses programas de distribuição de alimentos era a necessidade de escoar os excedentes de produção dos Estados Unidos e Canadá devido ao grande desenvolvimento agrícola ocasionado pela modernização da agricultura, “Revolução Verde”.

Todavia, devido à influência comunista no Governo João Goulart, no final de 1963, os Estados Unidos suspendeu a distribuição, regularizando-a somente após o golpe militar. A partir de então, extinguiu-se a problemática da fome e da desnutrição das pautas de discussões sociais e políticas, passando a ser debatida apenas em sua dimensão biológica. Com esse olhar, as ações resumiram-se ao fornecimento de alimentos enriquecidos, ou seja, adicionados de nutrientes (STEFANINI, 1997).

Desse modo, na década de 1970, o programa se caracterizava pela distribuição de alimentos industrializados, os quais representavam cerca de 50% do total de gastos com a alimentação escolar (CHAVES; BRITO, 2006).

A aquisição dos alimentos ocorria de forma centralizada, gerando problemas de armazenamento e distribuição, além de indiferente aos aspectos culturais e os hábitos alimentares locais (BARROS; TARTAGLIA, 2009). Conforme Triches (2010, p. 80), “a descontinuidade no atendimento, a má qualidade dos alimentos oferecidos, a inadequação à diversidade brasileira com consequente baixa aceitabilidade, a restrição a uma única refeição diária servida [...]” não dava conta de melhorar as condições nutricionais das crianças e diminuir a taxa de evasão e repetência, objetivos primordiais do programa.

Em 1976, os recursos para o Programa de Alimentação Escolar - PAE, passaram a ser oriundos do Ministério da Educação - não mais da negociação e captação de recursos frente a organizações internacionais de auxílio alimentar (TRICHES, 2010) – e em 1979 passou a ser denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, assegurou-se o direito à alimentação escolar para todos os alunos do ensino fundamental, através do programa suplementar de alimentação escolar oferecido pelas três esferas governamentais - federal, estadual e municipal (BRASIL, 2015b).

Somente em 1994, com a homologação da Lei nº 8.913, inferiu-se a descentralização dos recursos para execução do PNAE, mediante celebração de convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal (BRASIL, 2015b). De acordo com Belik, Chaim (2006), a descentralização da gestão facilitou a logística e diminuiu os custos de distribuição dos produtos e, principalmente, viabilizou a oferta de uma alimentação escolar adequada aos hábitos da população. Nesse momento, mais de 70% dos municípios brasileiros aderiram à descentralização, marcando-se uma significativa evolução de 1532 municípios no ano de 1994, para 4314 em 1998 (BRASIL, 2015a).

Com a descentralização, o município passa a ser gestor da alimentação escolar, viabilizando muitas outras possibilidades como: racionalização da logística e dos custos de distribuição dos produtos, promoção do desenvolvimento local (inserção da pequena empresa, do comércio local, do pequeno produtor agrícola e pecuária local), elaboração de cardápios compatíveis com os hábitos alimentares das comunidades e diversificação e suas preparações, maior participação da sociedade civil (CAE), entre outras vantagens (TRICHES, 2010, p. 81).

Por conseguinte, sucessivos aprimoramentos foram ocorrendo no âmbito da alimentação escolar, dentre eles destaca-se a consolidação da descentralização no ano de 1998, sob o gerenciamento do FNDE, com a Medida Provisória nº 1.784, a qual instituiu o repasse de recursos direto aos municípios, sem a necessidade de celebração de convênios.

Posteriormente, salienta-se a primeira iniciativa de aliar a alimentação escolar ao desenvolvimento econômico local no ano de 2001, com a Medida Provisória nº 2.178, a qual exigia que no mínimo 70% do recurso transferido pelo FNDE fossem investidos na aquisição de produtos básicos, pela seguinte redação:

Art. 6º [...] Os cardápios do programa de alimentação escolar [...] serão elaborados por nutricionistas capacitados, respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e preferência por produtos básicos, dando prioridade, dentre esses, aos semi-elaborados e aos **in natura** [...]

Art. 7º. Na aquisição dos gêneros alimentícios, terão prioridade os produtos da região, visando a redução de custos. (BRASIL, 2001)

Diante do supracitado, especialmente no que tange ao indicativo da “redução de custos”, permite-se refletir que, embora se priorizasse os alimentos básicos e a produção regional, em detrimento dos alimentos industrializados e globalizados, o incentivo à aquisição da produção local voltava-se ainda ao aspecto econômico, no sentido de minimizar recursos alocados à alimentação escolar, do que propriamente ao desenvolvimento socioeconômico local, por meio do fortalecimento e apoio ao comércio, indústria e agricultores locais; tal alusão torna-se ainda mais evidente quando se recorda que até 2009 as aquisições eram realizadas, unicamente, sob processo licitatório, conforme se discutirá no decorrer.

Entrementes, no ano de 2000, com a reedição da Medida Provisória de 1998, através da Medida Provisória nº 1.979, se estabelece pela primeira vez a participação social no PNAE, com a instituição do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, “como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento” (BRASIL, 2000, Art. 3º).

O programa valeu-se de evidentes avanços ao longo das últimas décadas, sobretudo a partir de 1995 e, especialmente, entre os anos de 2003 e 2010. Nessa ótica, em 2003, o objetivo do programa era o suprimento das necessidades nutricionais dos alunos, com intuito de promover a SAN e contribuir para a formação de bons hábitos alimentares, conforme Resolução nº 15/2003.

Segundo dados estatísticos oficiais, observa-se uma notória ampliação do PNAE no período de 1995 a 2014, tanto no que diz respeito à alocação de recursos financeiros como de atendimento populacional. Nesse sentido, enfatiza-se que até 2003 o valor *per capita* era de R\$ 0,13 para alunos de escola fundamental, e R\$ 0,18 para creches; e em 2006 de R\$ 0,22 e R\$ 0,44, respectivamente. Atualmente, o valor *per capita* corresponde a R\$ 0,30 para alunos de ensino fundamental, ensino médio e Educação de Jovens e Adultos – EJA; R\$ 0,60 para os alunos matriculados em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; R\$ 0,50 para alunos matriculados na pré-escola, exceto para aqueles

matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos (BRASIL, 2013).

Observa-se que a inclusão de alunos do ensino médio, jovens e adultos, e entidades filantrópicas como beneficiários deste programa foi a partir de 2009, até então o programa atendia apenas alunos de pré-escola e escola fundamental.

Assim, os números revelam que, entre os anos de 1995 e 2015, o PNAE alargou sua cobertura populacional de 33,2 milhões em 1995 para 42,6 milhões de escolares em 2015, e passou de 590,1 milhões para mais de 3,8 bilhões de reais, respectivamente (Tabela 13).

Tabela 13. Recursos financeiros repassados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar e número de alunos beneficiados de 1995 a 2015

Ano	Recursos financeiros (em milhões de R\$)	Alunos atendidos (em milhões)
1995	590,1	33,2
1996	454,1	30,5
1997	672,8	35,1
1998	785,3	35,3
1999	871,7	36,9
2000	901,7	37,1
2001	920,2	37,1
2002	848,6	36,9
2003	954,2	37,3
2004	1.025	37,8
2005	1.266	36,4
2006	1.500	36,3
2007	1.520	35,7
2008	1.490	34,6
2009	2.013	47
2010	3.034	45,6
2011	3.051	44,4
2012	3.306	43,1
2013	3.542	43,3
2014	3.693	42,2
2015	3.800	42,6

Fonte: Adaptado de BRASIL (2015c)

Ademais, além da descentralização e do aumento de recursos e da população atendida, no ano de 2006, com a Resolução de nº 32, o PNAE firmou suas ações em importantes princípios, a universalidade, a equidade, a participação social e o respeito à cultura alimentar (TRICHES, 2010). Importante ressaltar que, nessa mesma ocasião, tornou-se obrigatória a presença de profissional nutricionista

no quadro técnico de cada EE, tal exigência permitiu significativos avanços na execução do PNAE a nível local, especialmente no que se refere à qualidade do cardápio e à atenção aos hábitos locais para alcançar o objetivo do programa.

Contudo, embora o programa tenha qualificado importantes progressos, a aquisição de produtos para a alimentação escolar seguia as diretrizes da Lei nº 8.666 de 1993, a qual “institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, seguindo o princípio da isonomia e da concorrência. De tal modo, a burocracia exigida nesse processo e a concorrência com as indústrias alimentícias dificultava - ou impedia - que os agricultores familiares acessassem esse importante canal de comercialização e fornecessem sua produção à alimentação escolar.

Não obstante, com a promulgação da Lei 11.947/2009, comumente denominada Lei da Alimentação Escolar, tal conjuntura assumiu outra dimensão, e incentivou a compra de gêneros alimentícios da região pela obrigatoriedade da aquisição direta de produtos da agricultura familiar, dispensando-se o procedimento licitatório.

5.2 LEI 11.947/2009: UMA PROPOSTA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SUSTENTÁVEL

A Lei 11.947/2009 é um marco histórico na política de alimentação escolar no Brasil, pois de fato concretizou a unificação de uma política de acesso e distribuição de alimentos com a promoção do desenvolvimento local. Nesse sentido, evidencia-se que o PNAE, na sua conjuntura atual - quando executado de modo eficiente - beneficia, diretamente, os escolares, visto que recebem alimentos de qualidade, frescos, voltados à sua tradição alimentar, e, simultaneamente, os agricultores familiares, que através do programa possuem um canal de comercialização constante e seguro.

Destaca-se que, quando se deseja uma alimentação escolar saudável, remete-se - prioritariamente - aos sistemas de produção de alimentos locais. Por conseguinte promove-se oportunidades de desenvolvimento econômico para os pequenos produtores, com capacidade de produção e infraestrutura de distribuição adequada, mas que muitas vezes estão marginalizados ou ainda excluídos pela globalização alimentar (MORGAN, SONINNO, 2010).

A interação da alimentação escolar e da agricultura familiar é firmada no Art. 14 da Lei:

Art. 14 Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009)

De modo geral, o objetivo do PNAE é “contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos”, para isto, devem ser implantadas ações de educação alimentar e nutricional, e oferecidas refeições que atendam as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Outrossim, a Lei da Alimentação Escolar reforça, em seu Art. 2º incisos I e V, a garantia da alimentação saudável e adequada e o apoio ao desenvolvimento sustentável, tal como as citações a seguir.

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica (BRASIL, 2013, Art. 2º)

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos (BRASIL, 2013, Art. 2º)

Destarte, visualiza-se que foi a partir desses avanços que o PNAE passou a ser um dos instrumentos do Estado para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional da população e para a promoção do bem-estar social, orientado pela concepção de desenvolvimento sustentável em seus distintos aspectos – social, ambiental, econômico, territorial, cultural e político.

De acordo com o que destacam os autores Morgan e Soninno (2010, p. 72), “o serviço de alimentação nas escolas é um termômetro do compromisso de uma sociedade com o desenvolvimento social porque atende um público jovem e vulnerável cujos gostos físicos e modos de pensar ainda estão em formação”.

Todavia, segundo tais autores, oferecer uma alimentação escolar sustentável é um desafio, sobretudo por exigir transformações em todo o ciclo “dada a interdependência do processo que traz o alimento da terra até a mesa”.

Nessa análise, enfatiza-se que,

[...] o Estado, por intermédio de seus programas e políticas, dentre os quais os referentes ao consumo alimentar de populações, como a alimentação escolar, teria o poder de influenciar as práticas e escolhas de consumo, moldando o sistema agroalimentar e a saúde das populações. Considerando que o público-alvo são crianças (escolares), que, geralmente, não têm o poder de decisão e são influenciadas em suas escolhas de consumo, deve se salientar ainda mais a importância desse controle, principalmente porque hábitos, comportamentos e preferências adquiridos na infância moldariam, em parte, as que seriam mais facilmente mantidas até a fase adulta, criando padrões que se tornariam resistentes à mudança. (TRICHES; GERHART; SCHNEIDER, 2013, p. 112)

Do mesmo modo, Morgan e Soninno (2008) enfatizam a ideia de *Green State* (Estado Verde), na qual o Estado tem o papel de mediar as pressões globais e as preocupações locais, comprometendo-se com os princípios da *ecological democracy* (democracia ecológica), onde a noção de qualidade vai além da materialidade dos produtos alimentares.

Assim, o poder público, através dos “pratos públicos” projeta sistemas alimentares que disciplinem produtores e consumidores - por meio da regulação e da educação - promove uma visão compartilhada de desenvolvimento sustentável, atrai recursos financeiros significativos, mas também atenta ao aspecto social e aos efeitos ambientais relativos ao investimento desses recursos. Nesse sentido, a conceituação de *Green State* extrapola a visão materialista dos alimentos e reforça a noção de qualidade.

Os autores inferem que a transformação de uma “sociedade consumidora” para uma “sociedade conservadora” perpassa uma transformação cultural de atitudes e comportamento de estilos mais saudáveis. *“In this sense, it is important to underline that the school food revolution is not just about food. It is also about new ways of thinking and feeling about food”*. (MORGAN; SONINNO, 2008, p. 42).

Deste modo, além do mais evidente - a garantia da SAN e o apoio ao desenvolvimento econômico local - o PNAE é uma estratégia de transformação social, e especialmente de mudança e construção de um novo padrão de produção e consumo de alimentos, devido à inserção de alimentos básicos e locais no cardápio escolar, bem como pela exigência de Educação Alimentar e Nutricional no processo

de ensino e aprendizagem “abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional” (BRASIL, 2013, Art. 2º).

[...] o processo de educação nutricional não seria apenas uma injunção convencional da indústria de promoção da saúde para “comer menos e se exercitar mais”, mas ele se constituiria em um aprendizado sobre a produção local e a valorização da diversidade cultural alimentar. O objetivo dos programas educacionais seria o de promover conhecimento aos consumidores dando-lhes consciência sobre o que estão consumindo, bem como criar um compromisso com alimentos, com paladares e características produzidas localmente (TRICHES; GERHART; SCHNEIDER, 2013, p. 112).

Versando sobre os conceitos aqui abordados, compreende-se que o PNAE, como política pública - ação efetiva do Estado - incorpora os diferentes aspectos que envolvem a SAN e o desenvolvimento sustentável. Contudo, de acordo com Belik e Chaim (2009, p. 605), o sucesso na execução dessa política pública, de modo a garantir o desenvolvimento local, a SAN, a cidadania e a valorização da cultura, demanda uma gestão intersetorial, ou seja, a atuação conjunta de diferentes esferas da sociedade “de forma a gerar um efeito multiplicador do esforço do município na gestão do Programa”.

Nesse sentido, alguns estudos, os quais buscam investigar sobre a concreta execução do PNAE, inferem que os gestores públicos e produtores familiares enfrentam dificuldades na aquisição de compra da agricultura familiar, o que por sua vez impede a realização efetiva do programa.

Saraiva et al. (2013) aponta que no ano de 2010, 47,4% dos municípios brasileiros adquiriram alimentos da agricultura familiar por meio do PNAE, sendo que o percentual médio de compra nesses municípios foi de 22,7%. Consoante, observa-se que no Estado de São Paulo, entre junho de 2009 e agosto de 2011, 47% dos municípios paulistas analisados haviam efetivado a compra de produtos locais da agricultura familiar para a alimentação através do PNAE (VILLAR, et al., 2013).

Diante disso, estudos revelam que as dificuldades vivenciadas pelos gestores na execução do programa referem-se, pontualmente, à dificuldade na emissão de nota fiscal pelos produtores familiares, inviabilidade de fornecimento regular e constante de gêneros alimentícios, inadequadas condições higiênico-sanitária dos produtos (SARAIVA et al., 2013) e falta de DAP (BACCARIN et al., 2011). Por outro lado, para os agricultores familiares estariam o desafio de entregar

os produtos semanalmente e em muitos locais - como foi o caso de 40% dos municípios de São Paulo - bem como, a inviabilidade de produção de alguns gêneros solicitados, pois se caracterizam como produtos de médio e alto grau de processamento, os quais não comuns na produção agrícola familiar (BACCARIN et al., 2012).

Todavia, o maior gargalo, e o grande desencadeador das dificuldades de gestão e êxito do PNAE, talvez seja o de “concatenar diferentes áreas de ação pública, neste caso, ensino e nutrição, de um lado, e desenvolvimento rural, de outro.” (BACCARIN et al., 2011, p. 08).

Assim, reforça-se a necessidade da atuação interdisciplinar e do trabalho multidimensional, no sentido de unir conhecimentos, agentes e atores sociais na execução dessa política pública.

6 DA TEORIA À PRÁTICA: A AQUISIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO SUDOESTE DO PARANÁ

Considerando que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é caracterizado como uma política de Segurança Alimentar e Nutricional aliada à promoção do desenvolvimento sustentável - sobretudo pela obrigatoriedade de aquisição de produtos da agricultura familiar - o presente capítulo busca analisar se a execução do PNAE no Sudoeste do Paraná favorece o desenvolvimento sustentável e a Segurança Alimentar e Nutricional através da interação com agricultura familiar, principalmente, no que diz respeito às dimensões econômica, ambiental, social e política.

Além disso, para análise dos dados, dividiu-se os municípios em dois grupos, que “atendeu” e “não atendeu” a compra mínima de 30% no ano de 2013. Deste modo, buscou-se diagnosticar quais os aspectos que diferem a execução em cada grupo, e que por sua vez podem ser fatores positivos ou negativos no alcance do DS e da SAN através da execução da Lei 11.947/2009.

Por fim, como desfecho do presente capítulo explana-se as dificuldades e as facilidades - relatadas pelo nutricionista de cada município - na execução do PNAE, mormente, na compra da agricultura familiar.

6.1 A DIMENSÃO ECONÔMICA

A economia na promoção do desenvolvimento sustentável não é primazia, mas é fator essencial para garantir certa autonomia aos indivíduos, e, sobretudo, para a promoção da segurança alimentar da população e atendimento dos direitos humanos básicos. A dimensão econômica do desenvolvimento deve ser voltada, especialmente, para melhorar a qualidade de vida, promover a inclusão social e melhorar a distribuição de renda (SACHS, 2009; PERISSATO, 2009; SEN, 2010; FREITAS, 2011).

Nesse sentido, a principal exigência da Lei 11.947/2009, que infere o mínimo de 30% de aquisição de produtos da agricultura familiar com recursos provenientes do FNDE, visa - por meio do investimento financeiro - inserir os agricultores familiares no mercado, incentivar a produção diversificada, melhorar a renda dos produtores, bem como promover segurança alimentar aos escolares.

Todavia, observou-se que, entre os 42 municípios que compõem o território, parcela significativa apresenta uma variação na porcentagem de compra da agricultura familiar para a alimentação escolar no decorrer dos anos (Tabela14).

Tabela 14. Porcentagem de recurso investido na aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar por município/ano no Sudoeste do Paraná (2011-2014)

Município	2011	2012	2013	2014	Média
Ampére	0,00%	0,00%	0,00%	17,07%	4,27%
Barracão	25,42%	41,30%	44,27%	68,58%	44,89%
Bela Vista da Caroba	20,14%	41,30%	31,78%	39,99%	33,30%
Boa Esperança do Iguaçu	0,00%	41,30%	17,31%	0,00%	14,65%
Bom Jesus do Sul	32,58%	48,81%	28,13%	29,34%	34,72%
Bom Sucesso do Sul	59,18%	58,04%	66,35%	39,42%	55,75%
Capanema	88,02%	83,42%	56,82%	80,48%	77,19%
Chopinzinho	64,51%	59,85%	24,12%	41,44%	47,48%
Clevelândia	34,89%	39,19%	48,78%	40,28%	40,79%
Coronel Domingos Soares	17,01%	50,72%	12,26%	36,03%	29,01%
Coronel Vivida	39,76%	26,44%	28,69%	25,16%	30,01%
Cruzeiro do Iguaçu	32,48%	30,16%	35,43%	30,55%	32,16%
Dois Vizinhos	93,12%	64,96%	30,32%	61,62%	62,51%
Enéas Marques	0,00%	18,06%	25,94%	61,80%	26,45%
Flor da Serra do Sul	5,20%	21,80%	0,00%	0,00%	6,75%
Francisco Beltrão	30,58%	31,83%	76,24%	72,17%	52,71%
Honório Serpa	27,02%	35,54%	29,41%	53,27%	36,31%
Itapejara d'Oeste	0,00%	0,00%	19,82%	68,92%	22,19%
Manfrinópolis	26,24%	48,86%	2,34%	21,16%	24,65%
Mangueirinha	10,58%	48,79%	52,65%	44,41%	39,11%
Mariópolis	30,63%	22,42%	48,29%	32,68%	33,51%
Marmeleiro	24,64%	0,00%	66,37%	44,73%	33,94%
Nova Esperança do Sudoeste	34,16%	42,90%	39,32%	47,77%	41,04%
Nova Prata do Iguaçu	7,86%	22,86%	30,05%	35,98%	24,19%
Palmas	0,00%	4,88%	0,00%	0,00%	1,22%
Pato Branco	32,01%	33,37%	29,24%	27,38%	30,50%
Pérola d'Oeste	31,36%	30,32%	17,53%	16,39%	23,90%
Pinhal de São Bento	50,13%	33,29%	0,00%	29,04%	28,12%
Planalto	33,36%	30,04%	57,96%	59,13%	45,12%
Pranchita	21,94%	23,59%	24,74%	35,53%	26,45%
Realeza	41,34%	78,56%	32,33%	58,94%	52,79%
Renascença	34,84%	36,56%	29,44%	33,45%	33,57%
Salgado Filho	31,56%	39,09%	43,37%	38,54%	38,14%
Salto do Lontra	14,18%	32,00%	18,96%	25,08%	22,56%
Santa Izabel do Oeste	30,37%	33,12%	35,15%	56,18%	38,71%
Santo Antônio do Sudoeste	30,17%	37,14%	23,88%	17,17%	27,09%
São João	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
São Jorge d'Oeste	33,55%	31,93%	23,08%	63,52%	38,02%
Saudade do Iguaçu	46,47%	45,24%	41,29%	54,93%	46,98%
Sulina	56,27%	38,03%	42,16%	40,81%	44,32%
Verê	43,05%	32,87%	16,07%	39,82%	32,95%
Vitorino	24,39%	18,54%	25,23%	40,04%	27,05%

Fonte: FNDE (2015) Org. pelo autor

Tais dados indicam que no ano de 2011, ponderando os 42 municípios do

Sudoeste, 25 atenderam a legislação, e que em 2012 o número foi superior, 30 municípios; contudo, no ano de 2013, o número de municípios que adquiriu o mínimo de 30% reduziu-se para 20; e em 2014, 29 municípios atenderam a legislação. Ademais, observou-se que em 26 municípios a média de aquisição nestes quatro anos (2011-2014) atingiu 30%, evidencia-se assim os municípios de Capanema (77,19%), Dois Vizinhos (62,51%), Realeza (52,79%) e Francisco Beltrão (52,71%).

Salienta-se que nos casos em que consta 0% de compra, entrou-se em contato com os municípios buscando esclarecer esse dado, contudo nem todos os municípios retornaram a solicitação, sendo assim, manteve-se a informação disponibilizada pelo FNDE. Acredita-se que a divergência de informação, entre os dados disponibilizados pelo FNDE e os dados repassados pelas Secretarias Municipais de Educação ou de Finanças, os quais - normalmente - o valor informado pelo município é maior que o valor informado pelo FNDE, pode ser devido a falhas nas prestações de conta repassadas ao governo federal, ou ainda pelos municípios contabilizarem também a contrapartida municipal no valor total de aquisição da agricultura familiar.

Considerando que o presente trabalho abordou informações além do percentual de compra, e que dos 42 municípios que compõem o Sudoeste do Paraná, 24 municípios participaram da pesquisa, a presente sessão apresenta de modo mais profundo os resultados obtidos na pesquisa de campo. Sendo assim, a análise central dos dados considerou o atendimento ou não da legislação, isto é, a compra de no mínimo 30% de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar com recursos do governo federal (FNDE) no ano letivo de 2013⁹. Deste modo, verificou-se que, em 2013, 13 municípios (54%) atenderam os 30% exigidos, ao passo que 11 (45%) municípios não atenderam (Tabela 15).

Além disso, ponderando o histórico médio de aquisição nos dois grupos, aquisição de 2011 a 2014 (figura 13), observa-se que no grupo que “não atendeu” a porcentagem média de compra em 2011 e 2012 alcançou os 30% exigidos na lei, contudo no ano de 2013, período de investigação, a porcentagem média reduziu para 24,7%, com tendência de crescimento em 2014, atingindo 27,4%. Já, no grupo que “atendeu” a legislação, manteve-se uma perspectiva crescente de aquisição.

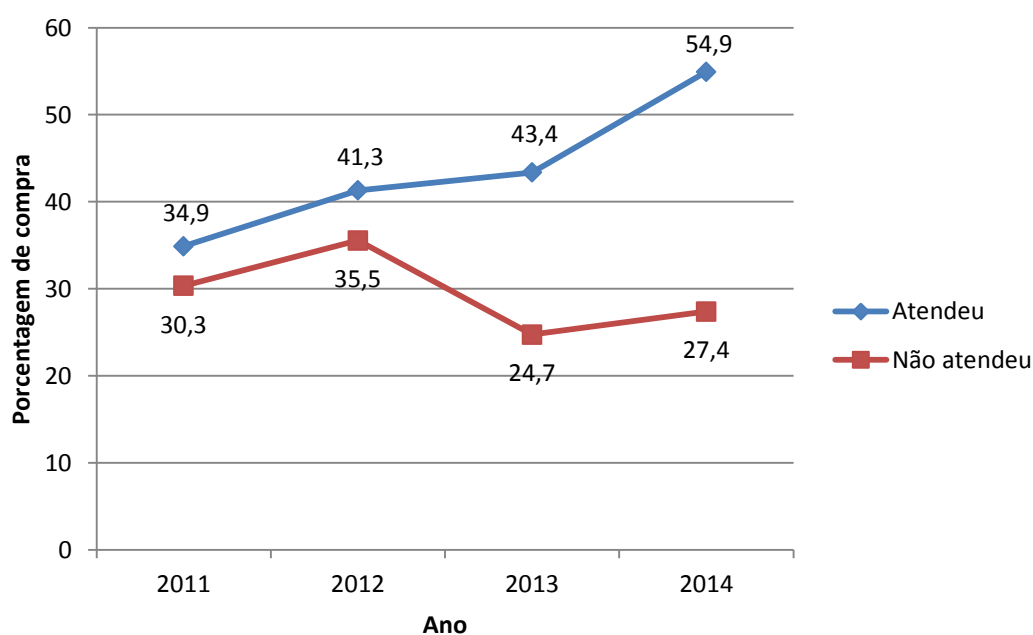
⁹ Ressalta-se, novamente, que a coleta de dados foi no ano de 2014, por isso a investigação da execução do programa foi relativa ao ano letivo de 2013.

Tabela 15. Porcentagem de recurso investido na aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar no ano de 2013

Município	% aquisição	Município	% aquisição
Atendeu os 30%		Não atendeu os 30%	
Barracão	44,27	Boa Esperança do Iguaçu	17,31
Bela Vista da Caroba	31,78	Bom Jesus do Sul	28,13
Bom Sucesso do Sul	66,35	Coronel Domingos Soares	12,26
Capanema	56,82	Coronel vivida	28,69
Clevelândia	48,78	Honório Serpa	29,41
Dois Vizinhos	30,32	Pato Branco	29,24
Francisco Beltrão	76,24	Pérola D'Oeste	17,53
Mangueirinha	52,65	Pranchita	24,74
Realeza	32,33	Renascença	29,44
Salgado Filho	43,37	Salto do Lontra	18,96
Santa Izabel do Oeste	35,15	Santo Antônio do Sudoeste	23,88
Saudade do Iguaçu	41,29		
Sulina	42,16		

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Figura 13. Histórico da porcentagem média de aquisição de agricultura familiar dos municípios que atenderam e não atenderam a legislação



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Em relação ao ano de 2013, evidencia-se a porcentagem de aquisição nos municípios de Francisco Beltrão, Bom Sucesso do Sul, Capanema e Mangueirinha, os quais atingiram, respectivamente, 76,24%, 66,35%, 56,82% e 52,65%. Em contrapartida, cita-se os municípios de Coronel Domingos Soares, Boa Esperança do Iguaçu, Pérola D'Oeste e Salto do Lontra, cuja aquisição não atingiu 20%. Frisa-

se ainda, o município de Boa Esperança do Iguaçu, que nos anos de 2011 e 2014 não comprou produtos da agricultura familiar; nesse caso, segundo os gestores, no ano de 2011 o município não aderiu ao programa, e no ano de 2014 adquiriu alimentos da agricultura familiar, porém com outra fonte de recurso, não utilizando a verba transferida pela FNDE.

Portanto, embora a dimensão econômica não seja única para a observância do desenvolvimento em uma perspectiva sustentável, percebe-se que em relação à exigência básica da Lei 11.947/2009 - a compra mínima de 30% da agricultura familiar - a proposta de desenvolvimento sustentável e SAN, nesse enfoque, não está sendo contemplada, haja vista que 45% dos municípios não atendem o percentual mínimo de aquisição da agricultura familiar para alimentação escolar, e supostamente não promovem diversidade na alimentação, não atendem os hábitos e cultura locais, e nem tampouco promovem o fortalecimento da agricultura familiar local.

6.2 A DIMENSÃO AMBIENTAL

O meio ambiente vem sofrendo - de distintas formas - as consequências do modelo de desenvolvimento adotado nas últimas décadas. A realidade atual é caracterizada pela ocorrência de crise hídrica, erosão dos solos, perda da biodiversidade, aquecimento global, variações climáticas, poluição do ar, da água, dos alimentos, entre outros. Nesse sentido, quando se concete que o ambiente é local de toda atividade humana (LEFF, 2010), é preciso adotar práticas de vida que colaborem com a preservação e recuperação deste.

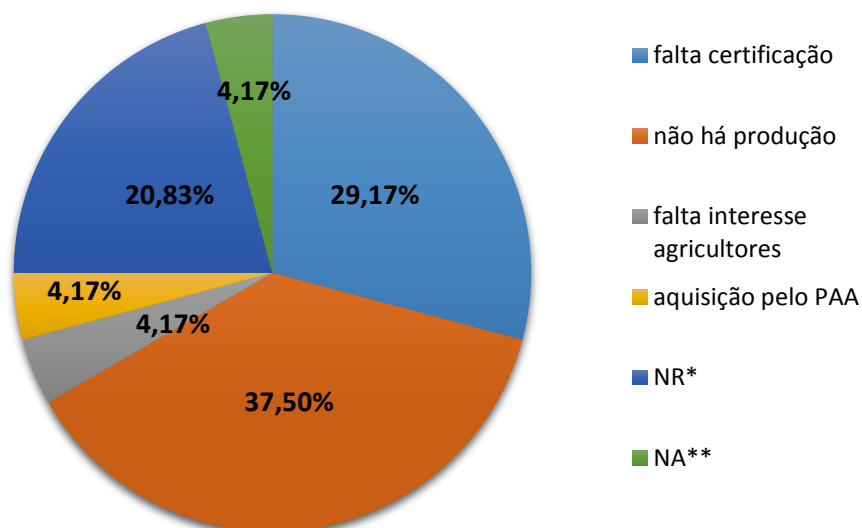
Deste modo, além da compra da agricultura familiar deve-se priorizar a aquisição de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos (Art. 19 da Resolução 26/2013), cuja prática está vinculada à proteção ambiental, ao sentimento social, à valorização da cultura local, e também a promoção e proteção da saúde humana (Altieri, 1989; Caporal e Costabeber, 2003; Paulus e Schlindwein, 2001).

Entretanto verificou-se que no Sudoeste do Paraná, tal prerrogativa não está sendo cumprida (Apêndice A, questão 9), haja vista que no ano de 2013, dos 24 municípios participantes da pesquisa, apenas 02 municípios, Pato Branco e Honório Serpa, realizaram o projeto de compra de orgânicos; contudo, somente Pato Branco efetivamente adquiriu produto orgânico certificado.

Nesse sentido, considerando a reflexão de Caporal e Costabeber (2003), quando inferem que o alcance da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável só é possível com a adoção de uma agricultura também sustentável, é presumível que o desenvolvimento sustentável e a alimentação escolar de qualidade no Sudoeste do Paraná não estejam sendo alcançados, isto, pois a maioria dos municípios adquirem alimentos produzidos da forma convencional.

Os motivos pela não aquisição versam, principalmente, na falta de produção em 37,5% dos municípios e na falta de certificação em 29,17% dos casos (Figura 14). Todavia, para comprovar de fato a falta de produção, é preciso realizar um levantamento sobre a produção orgânica e/ou agroecológica nesses.

Figura 14. Motivos relatados pela não aquisição de produtos orgânicos



*Não respondeu; **Não se aplica
Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Nesse contexto, evidencia-se que, embora o projeto de compra de orgânicos não tenha sido realizado e, conseqüentemente não efetuado a compra de produtos certificados, observou-se, especialmente nos municípios que relataram a falta de certificação, que se adquirem alguns produtos agroecológicos - como hortaliças, mandioca, batata doce, morango, laranja, entre outros - pois os gestores do programa conhecem os produtores e sabem que estes não utilizam agrotóxicos no cultivo, conforme os relatos:

[...] Nós não compramos orgânicos, porque não temos o selo, mas compramos o agroecológico. (Honório Serpa, 2014).

[...] Não tem certificação, os agricultores dizem que é orgânico, mas comprovado mesmo com selo não. (Mangueirinha, 2014).

Nesse sentido, visualiza-se uma relação de confiança entre consumidor-produtor, que por sua vez sugere a realização de redes alimentares alternativas. Esse tipo de “cadeias” ou “redes” curtas de abastecimento segundo Marsden; Banks; Bristow (2000) tem atraído muita atenção nos últimos anos, como uma nova política de abastecimento alimentar, com a crescente preocupação pública sobre a procedência e o modo de produção dos alimentos. Do ponto de vista do desenvolvimento rural, este ressurgimento do interesse em alimentos “mais natural” ou “mais local”, também visto como “mais saudável”, vem em um momento crítico para a produção agrária.

Além disso, uma característica fundamental das cadeias alimentares curtas é a capacidade de ressocializar ou re-espacializar os alimentos, permitindo ao consumidor avaliar os alimentos com base no seu próprio conhecimento, experiência, ou a aparência percebida. Cadeias curtas de abastecimento procuram reestabelecer à relação produtor-consumidor, dando sinais claros quanto à origem do produto alimentar. Uma característica comum, e essencial, nas redes alimentares alternativas é a ênfase colocada na relação entre o produtor e o consumidor, bem como o papel desta relação na construção de valor e significado, ao invés de apenas o tipo de produto em si. Assim, cadeias curtas são também expressões de tentativas - ou lutas - por produtores e consumidores para combinar novos tipos de oferta e demanda (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000).

Entretanto, quando os produtos orgânicos e/ou agroecológicos não possuem certificação não é possível o acréscimo de 30% em relação com o produto convencional, conforme infere a Resolução 26/2013, ou seja, embora a produção seja diferenciada, os agricultores não conseguem usufruir do incentivo que lhes é concedido. Nesse aspecto, fica a interrogação do que impede esses agricultores agroecológicos de obter certificação dos seus produtos.

§2º A EEx. que priorizar na chamada pública a aquisição de produtos orgânicos ou agroecológicos poderá acrescentar os preços em até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, conforme Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. (BRASIL, 2013, Art. 29).

Por fim, evidencia-se que um estudo realizado em 2011 constatou que dos 38 municípios participantes da pesquisa, 13 deles adquiriram orgânicos, sendo que os principais motivos relatados pela não aquisição igualaram-se à presente pesquisa (GREGOLIN et al., 2013). Deste modo, pode-se pressupor que a situação na época era semelhante à observada no ano de 2013, ou seja, a aquisição era feita mediante relação de confiança entre produtor-consumidor, neste caso, entre o agricultor familiar e o nutricionista responsável técnica pela alimentação escolar. Todavia, esse cenário mostra-se inquietante, haja vista que, até a realização desta pesquisa, passados 04 anos de promulgação da Lei 11.947/2009, os municípios, juntamente com os agricultores familiares, não conseguiram articular estratégias para vencer os obstáculos que impediram a oferta de produtos orgânicos na alimentação escolar.

6.3 A DIMENSÃO SOCIAL

A dimensão social do desenvolvimento sustentável é visualizada - especialmente - no que concerne à promoção da igualdade social, à distribuição equitativa de renda, à oportunidade de trabalho e ao acesso a recursos e serviços públicos, os quais correspondam aos direitos humanos fundamentais. Neste enfoque, superar a instabilidade alimentar da população, devido à falta de acesso ao alimento, bem como minimizar a exclusão social são fatores atenuantes na esfera social do desenvolvimento (SACHS, 2009; FREITAS, 2011).

Destarte, o PNAE, quando prioriza a compra da agricultura familiar, caracteriza-se como uma política de inclusão social, visto que insere no mercado agricultores que até então sofriam com dificuldades de comercialização, incrementando a renda dessas famílias e, conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida. Assim, buscou-se averiguar o número de agricultores que efetivamente participaram do programa e comercializaram para a alimentação escolar em 2013 (Apêndice A, questão 8).

Deste modo pode-se observar que, no grupo de municípios que atendeu a legislação, a média foi superior ao grupo que não cumpriu a porcentagem mínima; contudo, diagnosticou-se uma variância significativa nesses valores, sobretudo no grupo que atendeu a legislação (tabela 16). Tal resultado deve-se principalmente pelos municípios de Francisco Beltrão, Mangueirinha, Dois Vizinhos, os quais envolveram, respectivamente, um número de 99, 99 e 82 agricultores familiares.

Tabela 16. Número de agricultores familiares que efetivamente forneceram para o PNAE em 2013 por grupo de municípios

Grupo	Média de agricultores	σ	Mín.	Máx.
Atende	32,42	37,228	4	99
Não atende	18,70	11,795	5	38

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Ademais, uma análise importante a ser feita é sobre o quanto esse número de agricultores que participou do PNAE em 2013 representa no total de agricultores familiares existentes nos municípios, isto, pois considerando que o programa visa promover o apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável, é oportuno que um número significativo de produtores esteja envolvido na política pública em estudo.

Entretanto, o que se constatou é que a porcentagem média de agricultores envolvidos no programa, em ambos os grupos, não alcança 3% (tabela 17). Sendo que a porcentagem máxima de participação dos agricultores foi de 7,89% para o grupo que atendeu a legislação, e de 7,96% para o grupo que não atendeu. É possível presumir com tais dados, que nos casos em estudo, o número de agricultores existentes no município, bem como a porcentagem de produtores envolvidos não é o fator principal que condiciona uma melhor ou pior execução da política no que diz respeito à aquisição de produtos da agricultura familiar.

A baixa inclusão de agricultores familiares, segundo BACCARIN et al. (2011), pode ser relativa à falta de estrutura administrativa voltada ao desenvolvimento rural. Para o autor somente a existência de produção da agricultura familiar nos municípios não é o suficiente, “é necessário que se construam arranjos administrativos para que a mesma seja incorporada sistematicamente no cardápio elaborado para a Alimentação Escolar.” (p. 08).

Tabela 17. Porcentagem média de agricultores que efetivamente comercializaram para o PNAE por grupo de municípios

Grupo	% Média de agricultores	σ	Mín.	Máx.
Atende	2,93	1,96	0,86	7,89
Não atende	2,81	2,50	0,66	7,96

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Nesse sentido, observa-se, por exemplo, que Coronel Domingo Soares foi o município com maior porcentagem de agricultores familiares envolvidos no PNAE,

todavia foi o município com menor aquisição, 12,26%. Outrossim, observando-se os municípios que envolveram até 1% dos agricultores locais, a constatação é, do mesmo modo contraditória, cita-se como exemplo Salto do Lontra que envolveu 0,95% dos agricultores e adquiriu 18,96%. Todavia, Sulina alcançou 42,16% de aquisição, embora apenas 0,89% dos produtores tenham efetivamente comercializado. Outros casos podem ser visualizados na tabela 18.

Tabela 18. Relação de porcentagem de agricultores envolvidos e porcentagem da aquisição por município no ano de 2013

Município	Agricultores envolvidos	Nº de DAP	% AF envolvido	% Compra 2013
Barracão	8	508	1,57%	44,27%
Bela Vista da Caroba	16	546	2,93%	31,78%
Boa Esperança do Iguaçu	10	475	2,11%	17,31%
Bom Jesus do Sul	35	613	5,71%	28,13%
Bom Sucesso do Sul	10	452	2,21%	66,35%
Capanema	19	1569	1,21%	56,82%
Clevelândia	17	413	4,12%	48,78%
Coronel Domingos Soares	30	377	7,96%	12,26%
Coronel Vivida	22	1259	1,75%	28,69%
Dois Vizinhos	82	1750	4,69%	30,32%
Francisco Beltrão	99	2766	3,58%	76,24%
Honório Serpa	12	639	1,88%	29,41%
Mangueirinha	99	1254	7,89%	52,65%
Pato Branco	38	754	5,04%	29,24%
Pérola D'Oeste	9	904	1,00%	17,53%
Pranchita	5	763	0,66%	24,74%
Realeza	NR	953	NR	32,33%
Renascença	NR	547	NR	29,44%
Salgado Filho	13	471	2,76%	43,37%
Salto do Lontra	11	1156	0,95%	18,96%
Santa Izabel do Oeste	15	830	1,81%	35,15%
Santo Antônio do Sudoeste	15	1348	1,11%	23,88%
Saudade do Iguaçu	7	442	1,58%	41,29%
Sulina	4	467	0,86%	42,16%

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Assim sendo, salienta-se que, apesar da importância da política para o desenvolvimento local, como canal de comercialização garantido aos agricultores familiares, e por assim o fomento à inclusão social e produtiva, a participação efetiva dos produtores locais no PNAE ainda é limitada, o que evidencia a necessidade de expansão e fortalecimento do programa nos municípios do Sudoeste do Paraná, especialmente, quando se considera que o percentual de 30% não é o limite de aquisição, mas sim, o mínimo previsto em lei. Deste modo, mesmo em municípios com menor número de escolares, o que por sua vez reduz o recurso a ser investido,

ou em municípios que já alcançaram os 30%, mas, sobretudo, naqueles que ainda não atingiram, se o valor adquirido ultrapassar o percentual mínimo, é válido a possibilidade de expansão e de inclusão de um número mais significativo agricultores familiares.

6.4 A DIMENSÃO POLÍTICA

A dimensão política é compreendida, sobretudo, pela responsabilidade do Estado na construção de políticas e programas que promovam o desenvolvimento sustentável e SAN, bem como pelo direito de participação dos indivíduos como agentes ativos do desenvolvimento (SEN, 2010). Além disso, no que diz respeito ao setor agroalimentar, o Estado é considerado central na construção do DS e SAN, pois tem potencial de regulação e educação tanto dos produtores como dos consumidores (MORGAN e SONINNO, 2008).

Sendo assim, considerando que uma política pública só é concretizada pela atuação dos seus gestores, a dimensão política tratada nesta sessão reforça o papel dos atores na execução do PNAE, e refere-se, mormente, aos processos de aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar, bem como aos setores envolvidos em cada etapa. Além disso, dá-se ênfase ao papel do nutricionista no que tange ao conhecimento e a importância que confere à Lei 11.947/2009.

Uma prática considerada essencial para o êxito do programa refere-se à realização do levantamento da produção local (Apêndice A, questão 6), e no Sudoeste de Paraná constatou-se que, do grupo de municípios que atendeu a legislação, 92,3% realizaram o levantamento, e do grupo que não atendeu, 81,3%, ou seja, dois municípios não fizeram o levantamento da produção local antes de realizar a chamada pública da agricultura familiar (tabela 19).

No que tange à operacionalização do levantamento da produção, em ambos os grupos, a reunião caracterizou-se como a mais realizada, em 30,8% dos municípios que cumpriu a legislação e 54,5% dos municípios que não cumpriu (figura 15). Nesse caso, a reunião era realizada, mormente, em conjunto com os nutricionistas, agricultores e assistência técnica. Além disso, pode-se verificar no grupo de municípios que adquiriram os 30%, a participação da cooperativa e a realização de visitas às propriedades, contudo a participação somente da assistência técnica foi mais presente no grupo que não atendeu a legislação.

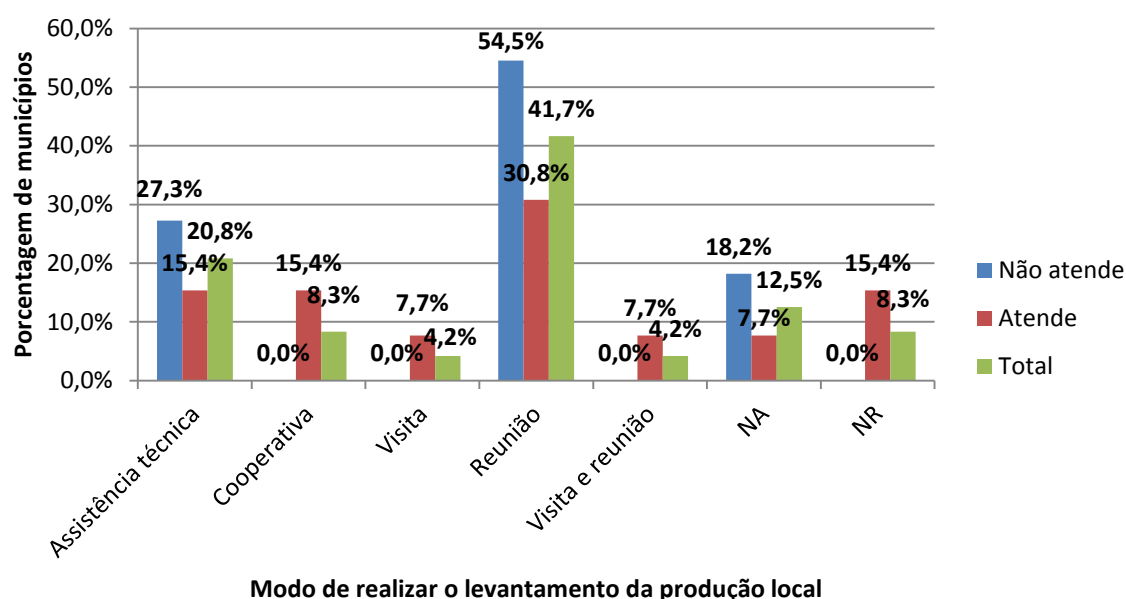
Tabela 19. Número de municípios que realizaram o levantamento da produção local por grupo de municípios

Levantamento da produção local		Não atendeu	Atendeu	Total
Sim	nº municípios	9	12	21
	%	81,8%	92,3%	87,5%
Não	nº municípios	2	0	2
	%	18,2%	0,0%	8,3%
NR*	nº municípios	0	1	1
	%	0,0%	7,7%	4,2

*Não respondeu

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Figura 15. Modo de realizar o levantamento da produção local no ano de 2013



*Não respondeu; **Não se aplica

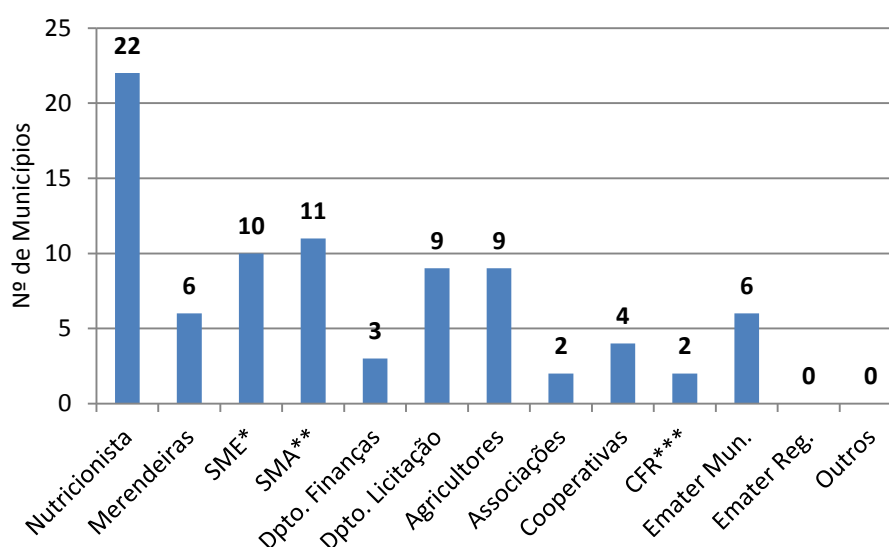
Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Assim, observou-se que o grupo que atendeu os 30% realiza mais estratégias para levantar a produção em comparação ao grupo que não atendeu, cujo foco principal é a reunião. Sugere-se com esses dados, que o envolvimento de diversos setores pode ser um facilitador na compra da agricultura familiar, pois permite diagnosticar de modo mais abrangente a disponibilidade de produtos locais.

Ademais, é fato que o envolvimento de diversos setores, bem como de diversas áreas do conhecimento, é fator condicionante para uma execução satisfatória da política pública, deste modo, investigou-se, nos municípios do Sudoeste do Paraná, quais os setores envolvidos nas diversas etapas do PNAE no ano de 2013 (Apêndice A, questões 10 a 17).

Assim, no que tange ao primeiro elemento do processo, a elaboração da lista de produtos, observou-se que os mais atuantes são o nutricionista, a Secretaria de Agricultura, a Secretaria de Educação (figura 16). Observa-se que os agricultores familiares não têm grande participação nesta etapa, contudo, dos 13 municípios que atenderam os 30% de compra, em 53% houve participação da agricultura familiar, ao passo que dos 11 municípios que não atingiram, 36% dos municípios envolveram a AF. Sugere-se, portanto, que a participação direta dos agricultores familiares é relevante para a execução do PNAE.

Figura 16. Setores envolvidos na elaboração da lista de produtos



*Secretaria Municipal de Educação, ** Secretaria Municipal de Agricultura, ***Casa Familiar Rural
Fonte: Elaborado pela autora (2015)

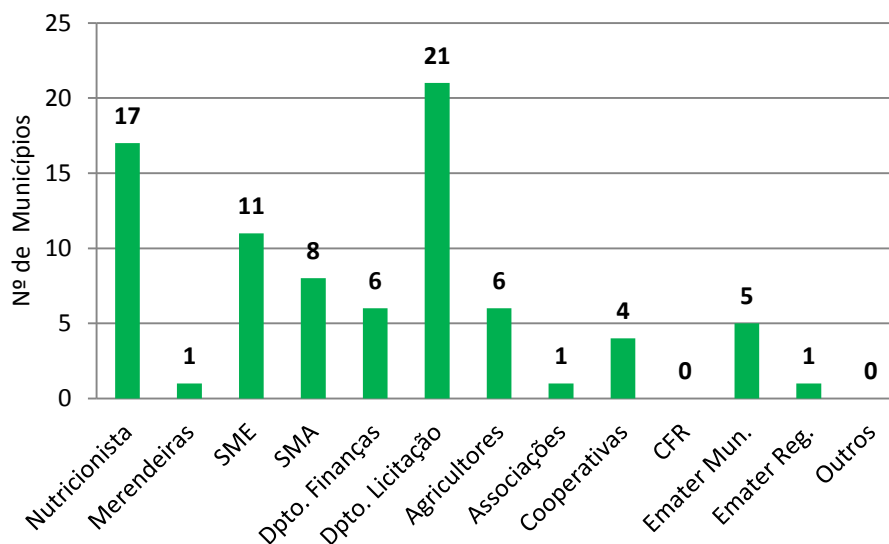
Na elaboração da chamada pública, o setor mais atuante é o Departamento de Licitação, seguido do nutricionista e da Secretaria de Educação (figura 17).

Assim como, em relação à divulgação da chamada pública, a responsabilidade versa, sobretudo, ao Departamento de Licitações e à Secretaria de Agricultura (figura 18). Contudo, este processo deveria envolver de modo mais intenso outros setores, visto que é de extrema relevância para o sucesso da política, pois, obviamente, quanto mais divulgada for a chamada pública, maior a possibilidade de acesso aos agricultores familiares. Nessa ordem, a legislação preconiza que:

Art. 26 As EEx. deverão publicar os editais de chamada pública para alimentação escolar em jornal de circulação local e na forma de mural em

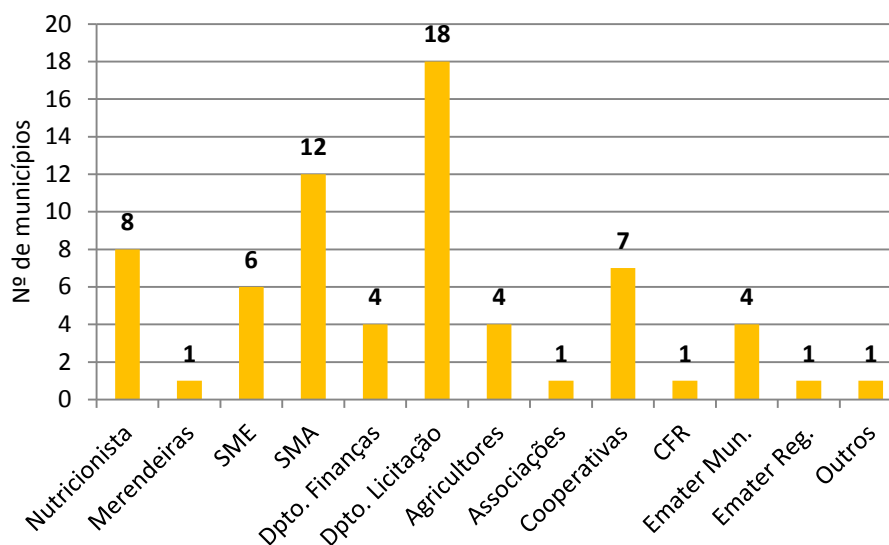
local público de ampla circulação e divulgar em seu endereço na internet, caso haja. Se necessário, publique-se em jornal de circulação regional, estadual ou nacional, em rádios locais e na Rede Brasil Rural. (BRASIL, 2013, p. 13)

Figura 17. Setores envolvidos na elaboração da chamada pública



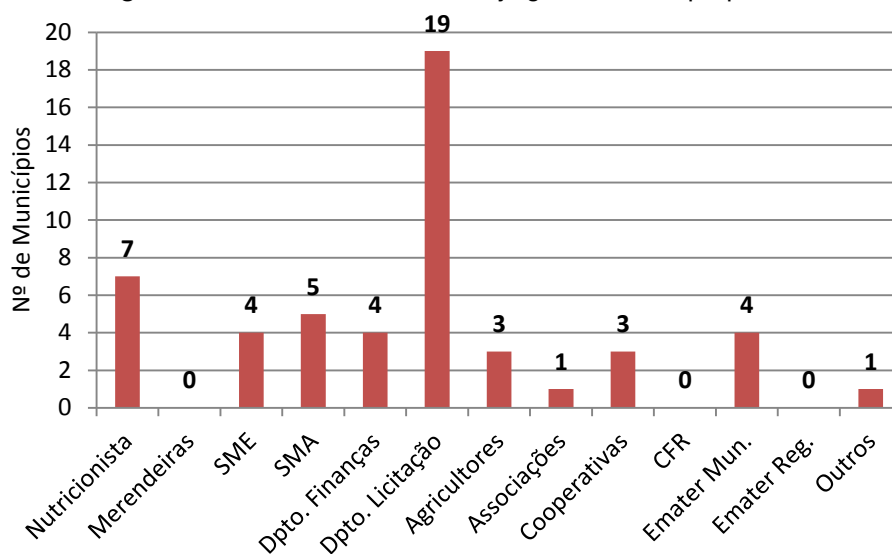
Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Figura 18. Setores envolvidos na divulgação da chamada pública



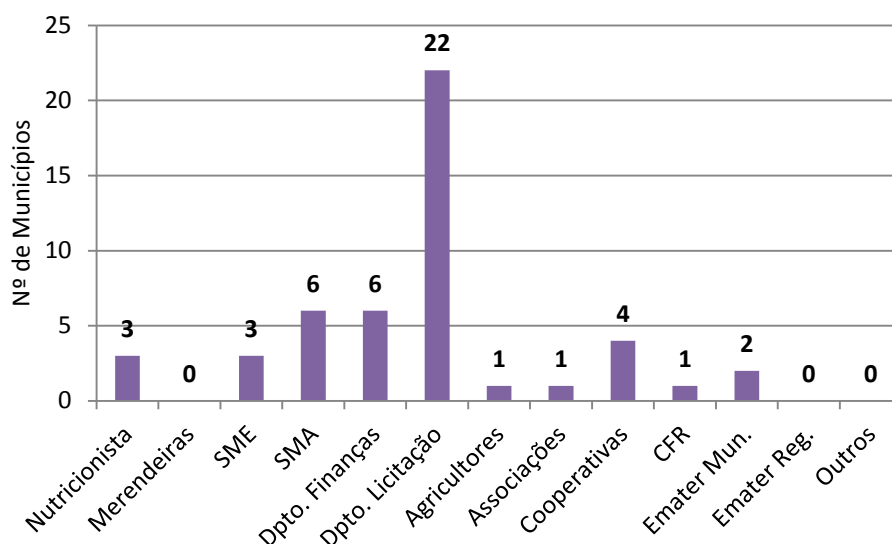
Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Posteriormente, para o julgamento da proposta, o setor de licitação aparece, novamente, como o principal responsável (figura 19), presente em 19 municípios, sendo que em 11 (57%) é o único setor atuante.

Figura 19. Setores envolvidos no julgamento das propostas

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

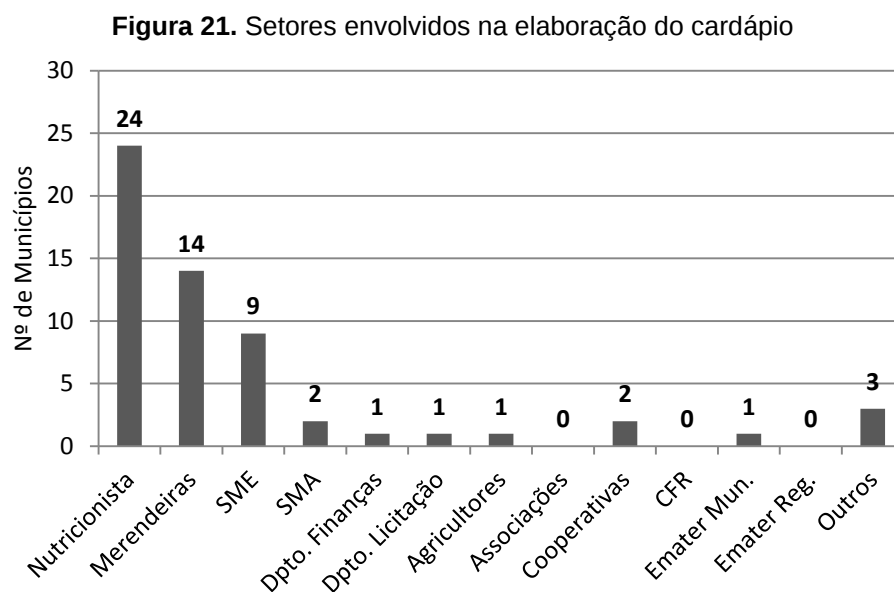
Na elaboração do contrato, o Departamento de Licitação visualiza-se como o principal responsável em 22 municípios (figura 20), sendo o único setor em 10 municípios (45%).

Figura 20. Setores envolvidos na elaboração do contrato

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

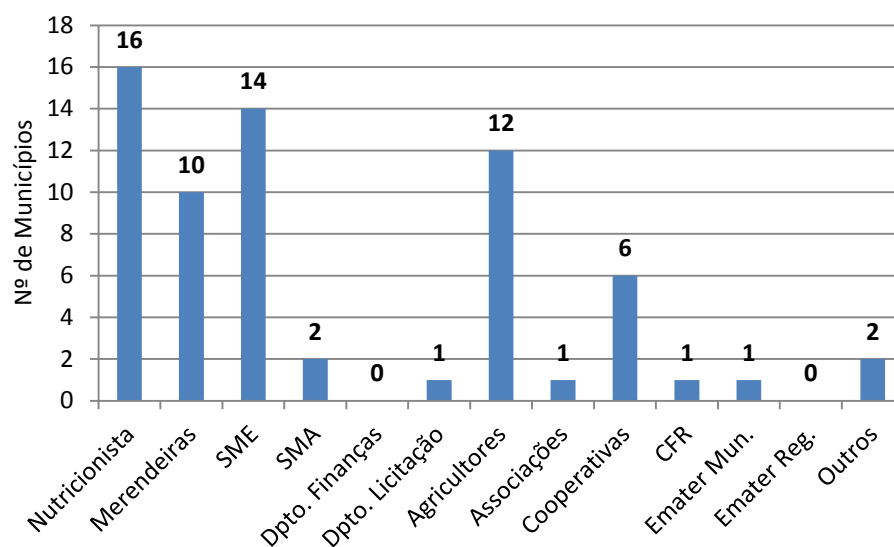
No que concerne à elaboração do cardápio da alimentação escolar, considerando que é função obrigatória e exclusiva do nutricionista, os 24 municípios delegam esta função ao nutricionista (figura 21), todavia, em 63% dos municípios há participação de outros setores. Importante esclarecer que a elaboração do cardápio

é função exclusiva do nutricionista, contudo, há possibilidade de dialogar com demais setores visando à elaboração de um cardápio que seja adequado às especificidades de cada localidade. Salienta-se, assim, a participação das merendeiras em 14 municípios, sendo que destes, 9 municípios (64%) atendeu à compra de 30% da agricultura familiar, e 5 (36%) não atendeu. Verificou-se ainda, a participação do CAE em dois municípios.



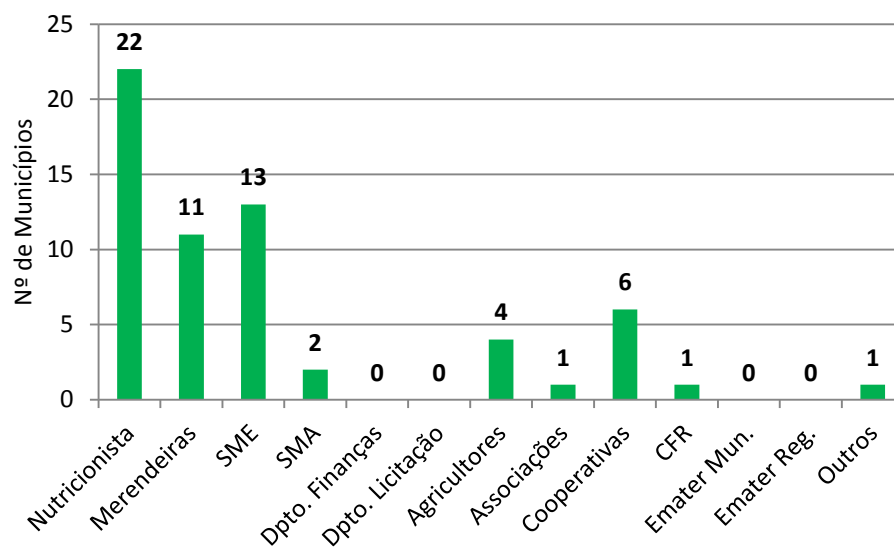
Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Em relação à logística dos produtos, transporte e recebimento, possuem evidencial participação: o nutricionista, a Secretaria Municipal de Educação, os agricultores familiares e as merendeiras (figura 22). Nota-se, nessa etapa, certa distribuição dos setores envolvidos.

Figura 22. Setores envolvidos no transporte e recebimento dos produtos da agricultura familiar

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

E por fim, o acompanhamento do cronograma de entrega, é realizado, mormente, pelo nutricionista, Secretaria de Educação e merendeiras (figura 23), havendo pouca participação dos agricultores familiares.

Figura 23. Setores envolvidos no acompanhamento do cronograma de entrega dos produtos da agricultura familiar

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Em suma, infere-se que, entre os municípios do Sudoeste do Paraná, o nutricionista assume papel importante, haja vista que tem atuação na maioria das etapas, em especial na elaboração da lista de produtos e do cardápio, bem como na

logística dos produtos. Ao passo que, os processos voltados às atribuições administrativas - como elaboração e divulgação da chamada pública e elaboração do contrato - ficam por conta, principalmente, do departamento de licitação, ou finanças.

Porém, observou-se escassa participação dos agricultores familiares e da assistência técnica, a qual normalmente é prestada pela própria Secretaria de Agricultura ou pela Emater Municipal. A ATER teve uma maior participação apenas na elaboração da lista de produtos e na divulgação da chamada pública, enquanto os agricultores e suas entidades representativas assumem, mormente, a logística dos produtos. Entretanto, considerando as dificuldades mencionadas anteriormente, especialmente no que se refere a pouca variedade, quantidade e qualidade dos produtos, o maior envolvimento da assistência técnica seria significativo.

Por derredeiro, é imprescindível mencionar que, o município de Francisco Beltrão, o qual atingiu 76% de aquisição no ano de 2013, envolve 3 ou mais setores em todas as etapas aqui escritas; nesse sentido, pode-se inferir que este foi um importante fator no sucesso da política neste município.

Seguidamente, infere-se sobre a atuação do nutricionista na execução do PNAE no Sudoeste do Paraná. O nutricionista assume papel essencial na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, pois além de ser responsável pela elaboração, acompanhamento e avaliação do cardápio, deve ainda “interagir com os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais e suas organizações de forma a conhecer a produção local inserindo esses produtos na alimentação escolar”, conforme a Resolução CFN nº 465/2010, que dispõe sobre as atuações do nutricionista, e estabelece parâmetros mínimos de referência no âmbito do PAE - Programa de Alimentação Escolar.

Ademais, ao tratar da elaboração dos cardápios, a lei mais uma vez favorece a AF, exigindo que estes sejam elaborados pelo nutricionista responsável, compostos de alimentos básicos¹⁰, levando em consideração os hábitos e a cultura alimentar local, baseando-se na vocação agrícola da região, almejando a sustentabilidade e a alimentação saudável e adequada (BRASIL, 2013). Deste modo, pode-se inferir que o nutricionista é ator central na compra pública quando é

¹⁰ Gêneros alimentícios básicos são aqueles indispensáveis à promoção de uma alimentação saudável, observada a regulamentação aplicável (Lei 11.947/2009. Art. 12. Parágrafo único).

responsabilizado a vincular os interesses da agricultura familiar ao do setor educação (ABREU, 2014).

Nesse sentido, buscou-se averiguar a respeito do conhecimento que os nutricionistas consideram ter sobre a Lei 11.947/2009, bem como mensurar a importância que os mesmos depositam na participação da agricultura familiar na alimentação escolar. Para tanto, os nutricionistas informaram em uma escala de 1 a 5 a sua opinião acerca dessas questões, considerando 1 como nenhum conhecimento ou nada importante, e 5 como muito conhecimento ou muito importante (Apêndice A – questões 1 a 3).

Sendo assim, verificou-se que no item conhecimento sobre a lei, nos municípios que atenderam à legislação, o conhecimento dos nutricionistas foi ligeiramente superior em comparação aos profissionais dos municípios que não atingiram os 30%. No que se refere à importância da Lei 11.947/2009 para a alimentação, observou-se que entre os municípios que atenderam o percentual de compra, a maioria dos nutricionistas considera a lei muito importante para a alimentação escolar (85%). Entretanto, no que diz respeito à importância da agricultura familiar para a alimentação escolar, o percentual de nutricionistas que considerou muito importante foi superior nos municípios que não atenderam a legislação (tabela 20).

Tabela 20. Grau de importância e conhecimento sobre a Lei na percepção dos nutricionistas

	Grupo/Escala	1	2	3	4	5
Conhecimento sobre a lei	Atendeu			15%	54%	31%
	Não atendeu		9%	18%	45%	27%
Importância da Lei	Atendeu			8%	8%	85%
	Não atendeu				27%	73%
Importância da AF	Atendeu				31%	69%
	Não atendeu			9%	9%	82%

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Assim sendo, pondera-se que de modo geral, a Lei 11.947 e a agricultura familiar são, na visão dos nutricionistas, importantes para a alimentação escolar. Todavia, é contraditório o fato do grupo que não atendeu a legislação considerar a AF mais importante que o grupo que atendeu, sugerindo por sua vez que a concepção dos nutricionistas restringe-se ao discurso e não à prática.

Ademais, considerando que a promoção da alimentação saudável é objetivo primordial do PNAE, e que esse conceito está, há décadas, em constante

transformação, questionou-se aos nutricionistas o que eles compreendem por alimentação saudável (Apêndice A – questão 4). Deste modo, observou-se que, para todos os nutricionistas, uma alimentação saudável requer quantidade e qualidade suficientes de alimentos e/ou nutrientes para suprir as necessidades biológicas de cada indivíduo. Aliado a isso, a maioria das concepções abrangeu a necessidade de conter alimentos variados e o mais natural possível.

Boa qualidade nutricional, disponibilizando a quantidade necessária de macro e micronutrientes. Colorida, e o mais natural possível. (Bom Sucesso do Sul)

Alimentação saudável é aquela que atende todas as necessidades do corpo, ela tem que ser com quantidade suficiente para o organismo, variada, e equilibrada tendo todos os grupos alimentares. (Boa Esperança do Iguaçu)

[...] é uma alimentação equilibrada que supra todas as necessidades nutricionais, que contribua para um bom desenvolvimento e melhoria do estado de saúde. (Capanema)

[...] consiste em uma alimentação variada e colorida, contendo produtos os mais naturais possíveis, contendo todos os grupos alimentares e em quantidades de acordo com as necessidades da faixa etária. (Francisco Beltrão)

É uma alimentação variada, contendo todos os grupos alimentares, adequada em quantidade e que atenda as necessidades biológicas de acordo com faixa etária. (Pato Branco)

É uma alimentação que disponha de quantidade adequada para suprir as necessidades energéticas do organismo, e também com boa qualidade nutricional, disponibilizando a quantidade necessária de macro e micronutrientes. Colorida, e o mais natural possível. (Renascença)

Dialogando com alguns teóricos, frisa-se que os hábitos alimentares permeiam a história e a evolução dos indivíduos e da sociedade, assim nas palavras de Santos (2005, p. 12) “*os alimentos não são somente alimentos*”. Para o autor, o ato de comer envolve dimensões sociais amplas, potencializando diversos elementos essenciais à identidade cultural e de pertença dos indivíduos.

Ao comer, portanto, não só buscamos satisfazer nossa fome e nossas necessidades nutricionais. Ao nos alimentarmos a nós mesmos e uns aos outros, familiares, amigos e mesmo estranhos, nós nos refazemos, nos construímos e nos potencializamos uns aos outros como seres humanos em nossas dimensões orgânicas, intelectuais, psicológicas e espirituais. Nós reafirmamos nossa identidade e diversidade cultural, no contexto da universalidade de sermos humanos (VALENTE, 2002, p. 02).

De tal modo, a alimentação não se restringe à perspectiva fisiológica, nem tampouco se caracteriza como um ato solitário - ao contrário - assume caráter multidimensional, e reflete de forma expressiva também nas esferas social e cultural.

Outrossim, na Resolução 26/2013, a qual dispõe sobre a alimentação escolar, o termo alimentação saudável compreende

[...] o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica. (BRASIL, 2013, p. 3)

Considerando tais conceitos, evidencia-se a compreensão de alguns nutricionistas acerca do tema, a qual exprime, além do aspecto fisiológico, a atenção aos hábitos locais e a valorização da cultura de cada região.

É a prática diária do consumo de alimentos variados, seguros, sem adição de produtos químicos e sintéticos, sem muitos processos industriais, quanto mais próximos da natureza melhor, respeitando sempre a cultura local. Devendo-se levar em conta, faixa etária, atividades físicas, ambiente local e cultural. (Dois Vizinhos)

Alimentação composta por alimentos variados, seguros, que respeite a cultura, as tradições e os hábitos alimentares da região, em quantidade adequada e produzida com higiene. (Pérola D'Oeste)

Uma alimentação saudável é aquela preparada com os cuidados de higiene, de qualidade, e que oferece todos os nutrientes em quantidades e adequadas a cada pessoa, levando em consideração os hábitos culturais e vocação agrícola da região. (Salgado Filho)

A partir dessas considerações, pode-se perceber que, a maioria dos nutricionistas, embora enfatizem a necessidade de alimentos de qualidade, diversificados e frescos, o que por sua vez, remete a ideia do local, volta-se a noção de alimentação saudável restrita ao sentido fisiológico, em detrimento da dimensão social, cultural, econômica e ambiental, aspectos inerentes desde a produção até o consumo do alimento.

Além disso, é imprescindível refletir que não há como ter certeza da qualidade ou da segurança de um alimento, o que é possível é adotar práticas que melhorem a qualidade, ou minimizem os riscos do alimento, tais como optar por alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, diversificados, alimentos sazonais, *in*

natura ou minimamente processados, além de considerar as preferências alimentares da população a ser atendida.

No que concerne à compreensão dos nutricionistas sobre desenvolvimento sustentável (Apêndice A – questão 5), observou-se que, cerca de 70% deles compreendem desenvolvimento sustentável como a prática de preservação ambiental e uso racional de recursos naturais, de modo a garantir a sobrevivência das gerações atuais sem comprometer as futuras gerações.

É ter condições de desenvolvimento, e paralelamente preservar o meio ambiente. (Bom Sucesso do Sul)

É aquele que não compromete os recursos naturais, não esgotando os recursos para as produções das próximas gerações. (Coronel Vivida)

É a forma criada para desenvolver algo sem criar problemas que possam atrapalhar ou impedir o desenvolvimento futuro. (Honório Serpa)

Significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento e preservando as espécies e os habitats naturais [...] (Mangueirinha)

Desenvolvimento sem prejudicar os recursos naturais. (Pranchita)

[...] É você crescer sem causar danos ao outro. (Saudade do Iguaçu)

É obter crescimento econômico sem prejudicar o meio ambiente. (Sulina)

Assim, evidencia-se que o entendimento da maioria dos nutricionistas sobre o termo, é consoante com o primeiro e mais amplo conceito de desenvolvimento sustentável, originado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, contido no Relatório De Brundtland (1987).

Contudo, é consenso que desde então, o conceito de desenvolvimento sustentável evoluiu, e atualmente é considerado uma prática multidimensional, a qual extrapola o aspecto econômico e ambiental, e perpassa pelas dimensões social, cultural, territorial e política, buscando garantir a todos, sem distinção, qualidade de vida, cuja concretização requer atenção aos direitos humanos fundamentais - saúde, educação, trabalho, alimento. Ademais, é imprescindível citar que o desenvolvimento sustentável sugere a participação coletiva, ou seja, a promoção da democracia, considerando os indivíduos não como meros beneficiários de programas ou políticas sociais, mas sim como verdadeiros agentes ativos do desenvolvimento.

Sendo assim, salienta-se a compreensão de alguns nutricionistas:

Desenvolvimento Sustentável significa obter crescimento econômico necessário, garantido a preservação do meio ambiente e desenvolvimento social. (Capanema)

No âmbito do PNAE, representa o incentivo e a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos localmente, preferencialmente por agricultores familiares, valorizando a manutenção da cultura alimentar e dos recursos naturais. (Pérola D'Oeste)

Alimentação onde os alimentos são obtidos do próprio município, no caso da agricultura familiar local, ou até mesmo de hortas escolares, etc. (Santo Antônio do Sudoeste)

Assim, as considerações sugerem uma visão mais ampla sobre desenvolvimento sustentável, o que por sua vez seria um importante ponto de partida para a execução efetiva do PNAE como uma política de desenvolvimento local. Contudo, o que se observou é que na maioria dos municípios onde os nutricionistas exprimiram essa compreensão mais abrangente de desenvolvimento, a aquisição da agricultura familiar não atingiu os 30%. Para tanto, pode-se presumir dois motivos: primeiro, a execução da política não é realizada apenas pelo nutricionista, sendo assim, é necessário que todos os envolvidos possuam um entendimento holístico sobre a prática do desenvolvimento sustentável, e segundo, embora se compreenda o que é desenvolvimento sustentável, limita-se à retórica.

Vale ressaltar ainda que um nutricionista não soube responder, e outro considera desenvolvimento sustentável como “programas preventivos que auxiliam os municípios”.

Diante dessas constatações, visualizou-se que na grande maioria dos casos, os profissionais nutricionistas - embora a importância que possuem na concretização do PNAE, na promoção da alimentação saudável e adequada, na articulação com a agricultura familiar - portam limitações no que se refere a tais temas, restringindo-se, muitas vezes, a atuação profissional unidimensional. Ademais, evidencia-se que a média de atuação destes profissionais na alimentação escolar era de aproximadamente 4 anos, sendo que o maior tempo constatado foi 10 anos e o menor 5 meses. Todavia, não se observou distinção conceitual relativa ao tempo de atuação dos nutricionistas.

Nesse aspecto, atenta-se para o papel determinante da universidade na formação do nutricionista, a qual deve dispor de atividades curriculares que estimulem e capacitem o profissional a atuar nesse campo, bem como a

necessidade de atualização constante por parte do profissional. Nesse contexto, Santos et al. (2012) acrescenta que cabe ao nutricionista aprimorar seu olhar acerca da realidade, alimentado pelos conhecimentos técnico-científicos e pela capacidade reflexiva.

Destarte, de modo geral, pode-se perceber que os nutricionistas têm conhecimento superficial acerca do objetivo central do estudo - alimentação saudável e desenvolvimento sustentável - cuja constatação denota a fragilidade da dimensão política aqui estudada, uma vez que o nutricionista - gestor e ator - está diretamente relacionado com a execução do programa, e principalmente, com a dinâmica da alimentação escolar e da agricultura familiar.

6.5 DIFICULDADES E FACILIDADES NA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA VISÃO DOS NUTRICIONISTAS

Ponderando o desempenho dos municípios na aquisição de produtos da agricultura familiar, no que diz respeito à promoção do desenvolvimento sustentável e da segurança alimentar de modo pluridimensional, buscou-se investigar quais as dificuldades e quais as facilidades vivenciadas na execução do programa (Apêndice A, questões 18 e 19) que por sua vez podem ser fatores condicionantes para um melhor ou pior desempenho do PNAE.

Nesse sentido, observou-se que mesmo os municípios que atingiram a legislação vivenciam gargalos na aquisição de produtos da agricultura familiar, exceto os municípios de Barracão e Bom Sucesso do Sul em que os nutricionistas relataram não ter nenhuma limitação. Diante disso, a dificuldade predominante no Sudoeste do Paraná refere-se à diversidade e quantidade de produtos necessários para atender a demanda, o que por sua vez reflete no não cumprimento do cronograma de entrega inicialmente proposto. Considerando os relatos dos nutricionistas, tais problemas emergem da falta de comprometimento dos produtores e da falta de assistência técnica aos mesmos.

Algumas dificuldades encontramos em relação à época (safra) dos alimentos e quantidades adequadas de alguns alimentos. (Bela Vista da Caroba)

Quanto à elaboração do cardápio - nem sempre o produto será entregue. Falta de comprometimento por parte de alguns agricultores; Lista de produtos - pouca diversidade de produtos [...] (Dois Vizinhos)

Não temos dificuldades de aquisição dos produtos da agricultura, mas a Emater deveria se envolver mais com os agricultores para melhorar a qualidade dos produtos, selecionar melhor seus agricultores, fazer capacitação, dar suporte. (Mangueirinha)

Agricultores não tem um planejamento de produção ou acompanhamento para melhorar a produção, alguns itens eles não conseguem entregar na quantidade solicitada. [...] (Salgado Filho)

Acho que a dificuldade maior está na diversidade dos produtos, há pouca variedade, muitos dos produtos que utilizamos na merenda não são produzidos em nossa região [...] A agricultura familiar enriquece a merenda escolar, mas falta a oferta de uma maior variedade de produtos, em nosso município; o que conseguimos adquirir com melhor qualidade são as verduras, mas infelizmente a merenda não se faz só de verduras, e esse investimento de 30% do valor repassado pelo FNDE acaba sendo muito alto [...] (Salto do Lontra)

Outrossim, em dois municípios, a pouca quantidade e variedade de produtos é consequência da simultaneidade de outra política pública de apoio ao produtor familiar, especificamente, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Contudo, em ambos os casos, o número de agricultores que participaram do PNAE é mínimo, 0,86% em Sulina e 1,11% em Santo Antônio do Sudoeste, o que novamente, sugere que há possibilidade de recrutar mais agricultores familiares para comercializar para o PNAE - independentemente do PAA – e diversificar a produção local.

[...] uma dificuldade é a pouca variedade de produtos, pois quando recebemos em paralelo os alimentos do PAA, este acaba suprimindo as necessidades, ficando poucos itens a serem adquiridos através dos 30% da agricultura familiar. (Sulina)

[...] quantidade de itens disponíveis para a entrega. Por existir mais programas que financiam a agricultura familiar, como o PAA, acaba faltando opções de produtos para serem entregues pela chamada pública. (Sto. Antônio do Sudoeste)

Sendo assim, embora se atinja os 30% exigidos na Lei 11.947/2009, a proposta de diversificação da alimentação escolar, pode não estar sendo atendida pela agricultura familiar no Sudoeste do Paraná, haja vista que a maioria dos municípios considera como dificuldade principal a pouca variedade de produtos. Todavia, uma das principais características da agricultura familiar, evidenciada por vários autores (CAPORAL e COSTABEBER, 2002; BUAINAIN, 2006; FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2006), é, justamente, a diversidade de produção, sendo o

principal potencial da AF para a promoção da sustentabilidade e da SAN. Sendo assim, percebe-se uma desconexão entre a teoria evidenciada e a realidade atual no Sudoeste do Paraná.

Somado a isso, constatou-se dificuldades também no item qualidade - especialmente no que diz respeito às exigências higiênico-sanitárias - bem como, no transporte e no preço dos produtos.

[...] Falta de consciência sobre a importância da legislação sanitária, onde o custo também interfere. (Salgado Filho)

O transporte, a qualidade e a quantidade de produto para entrega, não conseguindo muitas vezes atender a quantidade programada no cronograma. (Francisco Beltrão)

O maior problema ainda aqui na nossa região é a parte de frutas que temos poucas opções e também por parte dos produtores de se adequar com a legislação no que diz respeito à higiene no transporte e nas entregas e nos produtos de panificação de se adequar com a rotulagem. (Saudade do Iguaçu)

[...] Muitas vezes a qualidade também deixa a desejar, os produtores acabam entregando produtos "passados" do ponto, mal feitos (como os pães, por exemplo), falta de organização (não investem em embalagens e caixas de transporte), higiene. Muitas vezes querem entregar o que e quanto eles tem, e não o que realmente precisamos [...] (Salto do Lontra)

Preços dos produtos baixos na lista da CONAB e o número reduzido de agricultores interessados. (Clevelândia)

[...] renegociação de preços da tabela CONAB, geralmente muito abaixo dos preços trabalhados pelos agricultores locais. (Dois Vizinhos)

Cita-se ainda como fator limitante nos municípios de Santa Izabel do Oeste, Boa Esperança do Iguaçu, Honório Serpa e Pranchita, segundo os nutricionistas, o fato de possuírem poucos agricultores no município, o que por sua vez dificulta o alcance dos 30%. Todavia, comparando Boa Esperança do Iguaçu, Honório Serpa e Pranchita - que não atingiram os 30% - com municípios que atenderam a legislação, ponderando o número de agricultores (oferta) e de escolares (demanda), observou-se que somente o número de agricultores não pode ser considerado fator determinante para a não aquisição da agricultura familiar (tabela 21). Em Clevelândia, por exemplo, o número de agricultores é inferior (413) e o de escolares é significativamente superior aos municípios supracitados (1721), e mesmo assim Clevelândia atingiu 48% de compra (tabela 21).

Tabela 21. Porcentagem de compra da agricultura familiar em relação ao número de agricultores e de escolares no ano de 2013

Município	% Compra 2013	Nº de DAP	Escolares
Coronel Domingos Soares	12,26%	377	1052
Clevelândia	48,78%	413	1721
Saudade do Iguaçu	41,29%	442	737
Bom Sucesso do Sul	66,35%	452	324
Sulina	42,16%	467	362
Salgado Filho	43,37%	471	509
Boa Esperança do Iguaçu	17,31%	475	354
Barracão	44,27%	508	1118
Bela Vista da Caroba	31,78%	546	479
Renascença	29,44%	547	788
Bom Jesus do Sul	28,13%	613	394
Honório Serpa	29,41%	639	663
Pato Branco	29,24%	754	7281
Pranchita	24,74%	763	608
Santa Izabel do Oeste	35,15%	830	1275
Pérola D'Oeste	17,53%	904	641
Realeza	32,33%	953	1638
Salto do Lontra	18,96%	1156	1505
Mangueirinha	52,65%	1254	1883
Coronel Vivida	28,69%	1259	2071
Santo Antônio do Sudoeste	23,88%	1348	2233
Capanema	56,82%	1569	1925
Dois Vizinhos	30,32%	1750	3964
Francisco Beltrão	76,24%	2766	8791

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Em contrapartida, potencialidades também foram mencionadas pelos nutricionistas, tanto nos municípios que atenderam o percentual de compra, como nos municípios que não atenderam. Evidencia-se a qualidade dos produtos, o cumprimento do cronograma pelos produtores, a elaboração da lista de produtos e do cardápio, e a aceitação dos escolares. Seguem alguns relatos:

Os fatores são da ótima qualidade de cada alimento. Todos os produtos são entregues semanalmente "fresquinhos". É um incentivo para os pequenos agricultores. (Bela Vista da Caroba)

Aproximação entre poder público e associação de produtores. (Bom Jesus do Sul)

Oferta de produtos variados, com qualidade ótima, pontualidade e responsabilidade nas entregas. (Bom Sucesso do Sul)

Conhecimento do programa pelas partes envolvidas, aumento da oferta de produtos, aumento da procura pelos agricultores. (Coronel Vivida)

Ótima aceitação dos produtos pelos alunos; recebimento dos produtos nas escolas; incentivo e fomento da Agricultura Familiar no município. (Pérola D'Oeste)

O primeiro passo é a elaboração do cardápio e em cima disso o levantamento dos produtos que iremos necessitar para depois elaborar a lista com os produtos e as devidas quantidades. (Saudade do Iguaçu)

Uma cooperativa que organiza os agricultores. (Sto. Antônio do Sudoeste)

Município pequeno, tendo fácil acesso à propriedade do agricultor. (Sulina)

Nesse sentido, vale salientar que, o que é dificuldade para um município, é potencialidade para outro, como por exemplo, nos municípios de Bela Vista da Caroba e Bom Sucesso do Sul, citou-se a ótima qualidade dos produtos e o cumprimento do cronograma. Destarte, observa-se que há possibilidade de transformar a realidade atual e otimizar a execução da política; entretanto, é necessário atuação conjunta entre todos os atores envolvidos no programa, visto que demanda conhecimento de diversas áreas.

Além disso, ressalta-se a proximidade entre produtor-consumidor no município de Sulina, neste caso entre os gestores do PNAE - especialmente o nutricionista - e os agricultores familiares. Essa proximidade é proveniente de cadeias curtas de abastecimento, cuja autenticidade e confiança são mediadas através da interação pessoal (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000).

Nestes termos, infere-se que a concretização de uma rede curta de abastecimento não ocorre pelo número de vezes que um produto é manipulado, ou ainda - embora necessariamente crítica - pela distância que foi transportado até o consumidor final, mas refere-se ao fato de que o produto chegue até o consumidor incorporado de informações, como por exemplo, a sua origem. Tal informação possibilita ao consumidor fazer conexões e associações com o lugar ou espaço de produção, e, potencialmente, os valores das pessoas envolvidas e os métodos de produção utilizados (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000).

Ademais, no município de Saudade do Iguaçu verificou-se que, diferentemente do preconizado, a primeira etapa para a aquisição da agricultura familiar é a elaboração do cardápio e, posteriormente, o levantamento da produção local. Todavia, embora a observância da produção local venha em segundo plano, o município atingiu, entre 2011 e 2014 mais que 40% da aquisição da agricultura familiar para alimentação escolar.

No caso do município de Santo Antônio do Sudoeste, apesar de inferir como potencialidade a existência de uma cooperativa que organiza os produtores para a

comercialização no PNAE, identificou-se que os 30% não foram atingidos no ano de 2013 (23,88%), nem tampouco no ano de 2014 (17,17%). Outrossim, em Bom Jesus do Sul, embora relatado pelo nutricionista a aproximação entre o poder público e a associação do produtores, observou-se um declínio no percentual de aquisição nos anos de 2013 (28,13%) e 2014 (29,34%), em comparação com 2011 (32,58%) e 2012 (48,81%).

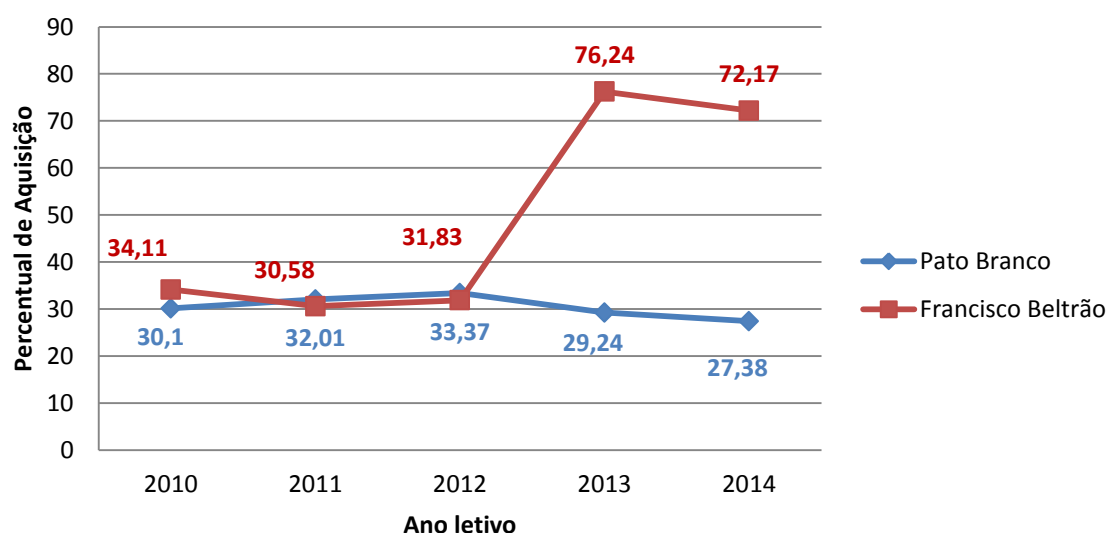
Por fim, observa-se que, embora se cumpra a exigência mínima de 30%, em alguns municípios, é preciso superar gargalos maiores, especialmente a falta de diversificação e quantidade de produtos, assim, é imprescindível criar estratégias para potencializar as facilidades e oportunidades constadas pelos nutricionistas, e concomitantemente, minimizar os obstáculos existentes, e possibilitar uma execução estável do PNAE nos municípios do Sudoeste do Paraná.

7 A INTERAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE PATO BRANCO E FRANCISCO BELTRÃO

O presente capítulo, o qual versa sobre o processo de aquisição da agricultura familiar para alimentação escolar nos municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão, trata-se de um aprofundamento do capítulo anterior. Deste modo visa, a partir dos relatos dos atores envolvidos no programa, diagnosticar as facilidades e limitações na execução da Lei 11.947/2009, sobretudo a atenção ao artigo 14 da lei, que exige a compra mínima de 30% da agricultura familiar para AE.

A ênfase nestes dois municípios deve-se ao fato de que, Pato Branco e Francisco Beltrão, apresentaram dados reveladores no que diz respeito ao percentual de compra da agricultura familiar para o PNAE no ano de 2013; Pato Branco, por não ter atingido o percentual mínimo de 30%; e Francisco Beltrão, por ter alcançado 76%, que por sua vez suscitou compreender o porquê municípios aparentemente semelhantes exibiram percentuais de aquisição tão distintos a partir de 2013 (figura 24).

Figura 24. Percentual de aquisição da agricultura familiar para o PNAE nos municípios de Pato e Branco e Francisco Beltrão (2010-2014)



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Outrossim, além do percentual de aquisição, desde 2010, o primeiro ano de vigor da Lei 11.947/2009, pode-se visualizar o montante transferido pelo FNDE, bem como o valor adquirido da agricultura familiar em cada município (tabela 22). Nesse sentido, observa-se que o valor transferido é relativamente parecido, e que até os

três primeiros anos de execução da lei, ambos os municípios estavam na mesma faixa de aquisição, todavia nos anos de 2013 e 2014, Pato Branco teve um declínio aproximado de 5% na aquisição, enquanto Francisco Beltrão elevou em média 45% o montante investido na agricultura familiar.

Tabela 22. Recurso transferido pelo FNDE, recurso investido pelos municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão (2010-2014)

Ano letivo	Município	Transferido	Adquirido	Percentual
2010*	Pato Branco	R\$ 548.220,00	R\$ 165.038,76	30,10%
	Francisco Beltrão	R\$ 570.960,00	R\$ 194.754,38	34,11%
		Transferido	Adquirido	Percentual
2011	Pato Branco	R\$ 537.240,00	R\$ 171.958,43	32,01%
	Francisco Beltrão	R\$ 557.400,00	R\$ 170.442,50	30,58%
		Transferido	Adquirido	Percentual
2012	Pato Branco	R\$ 640.800,00	R\$ 213.820,04	33,37%
	Francisco Beltrão	R\$ 630.552,00	R\$ 200.696,05	31,83%
		Transferido	Adquirido	Percentual
2013	Pato Branco	R\$ 772.108,00	R\$ 225.726,38	29,24%
	Francisco Beltrão	R\$ 805.960,00	R\$ 614.466,59	76,24%
		Transferido	Adquirido	Percentual
2014	Pato Branco	R\$ 973.440,00	R\$ 266.531,34	27,38%
	Francisco Beltrão	R\$ 826.722,00	R\$ 596.682,24	72,17%

*Valor adquirido informado pelo município

Fonte: FNDE (2015) elaborado pela autora

Buscou-se então averiguar, a partir de entrevistas com os nutricionistas, agentes de ATER, Secretários de Educação, merendeiras e agricultores familiares, como se dava o processo de aquisição de agricultura familiar, quais ações e estratégias eram realizadas, bem como quais as facilidades e as potencialidades que cada município vivenciava. E, deste modo, tentou-se explicar o que faz Francisco Beltrão atingir percentuais tão significativos ao passo que, Pato Branco não alcançou nos últimos dois anos o mínimo de 30% de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar exigido na lei.

Vale salientar que, considerar o papel, a atuação e as concepções dos atores envolvidos no programa é imprescindível, pois no caso de políticas públicas como o PNAE, a concretização ocorre através dos recursos humanos que as operam no espaço entre o Estado e a sociedade. Desta maneira, quando o Estado assume a responsabilidade social que lhe é devida, os trabalhadores e agentes que a executam adotam não mais o status de recursos e sim de atores (e autores) comprometidos com as necessidades dinâmicas da sociedade. Esse compromisso impõe aos indivíduos o desafio de adquirir continuamente, conhecimentos, novas

habilidades e atitudes necessárias para o desenvolvimento de suas atividades diárias (SCARPARO, 2013).

Nesse enfoque, compreende-se que as estratégias de ação configuram-se na capacidade que os atores possuem de agirem de forma hábil para modificar ou melhorar determinadas circunstâncias, buscando a solução de seus problemas de modo harmônico, construindo seus próprios padrões de organização, mesmo inseridos em um modelo organizacional dominante (LONG, 2007).

Sendo assim, o presente capítulo divide-se em duas sessões, na primeira discorre-se sobre a execução do PNAE no município de Pato Branco e na segunda, explana-se sobre a implementação do programa no município de Francisco Beltrão. Em ambas as sessões, objetiva-se visualizar os fatores positivos e negativos que influenciam a execução do PNAE através da construção da matriz FOFA, a qual visa apontar - de modo sistemático - os fatores positivos e negativos observados em cada município para a execução do PNAE em uma perspectiva sustentável.

7.1 PATO BRANCO

A divisão de alimentação escolar no município de Pato Branco localiza-se em sede própria - estrutura física independente da prefeitura - e conta com estrutura para recebimento, armazenamento e distribuição de produtos - transporte com câmara fria - e escritório (figura 25). O quadro de pessoal é composto por 2 nutricionistas, 1 chefe de distribuição da alimentação escolar e 1 estagiário.

A nutricionista chefe da Divisão de Alimentação Escolar (mencionada no texto como Nutricionista 1), está na função há 5 anos, sendo responsável por questões de âmbito administrativo; a responsável técnica (Nutricionista 2), há 4 anos na função, atua na elaboração do cardápio e contato com as escolas, merendeiras e alunos; e o chefe de distribuição é o responsável pelo contato com os agricultores, recebimento dos produtos, controle de entrega e distribuição.

Figura 25. Divisão de Alimentação Escolar de Pato Branco

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Realizam-se, normalmente, duas chamadas públicas anuais, pois, conforme relatado pela Nutricionista 2, os agricultores não conseguem entregar a totalidade de produtos inicialmente contratados.

Por fim, nesse primeiro momento, é importante frisar que a distribuição dos alimentos nas escolas e CMEI's, é realizada pela prefeitura. Para tanto, os agricultores entregam seus produtos no setor de alimentação, os quais são conferidos – observando-se qualidade e quantidade - e posteriormente distribuídos.

7.1.1 Gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar

Inicialmente, cita-se que até o ano de 2013, adquiriam-se produtos apenas da Cooperativa de Agricultores Familiares de Pato Branco, a saber, produtos de origem vegetal - folhosos, algumas raízes, frutas sanzais -, panificados - cuca e bolacha - e leite de vaca. Entretanto, a partir de 2014 foram inseridos no programa agricultores individuais locais - um produtor de peixe e outro de cenoura - e cooperativas de outros municípios, neste caso a Associação de Produtores de Agroecológicos de Verê, a qual passou a fornecer suco de uva, doce de fruta, melado e açúcar mascavo, produtos indisponíveis no município. Para 2015 a perspectiva era que participassem, além de Verê, cooperativas de Francisco Beltrão, Realeza e Videira - SC.

Considerando que o município de Pato Branco não atingiu os 30% em 2013 e 2014, o nutricionista relatou que “[...] a gente tenta, tenta atingir os 30, não é por falta de tentativa, é por falta de fornecedor mesmo.” (Nutricionista 2). Nesse sentido,

é que foi buscado produtos de outros municípios, pois o principal entrave refere-se à falta de diversidade na produção local.

Verificou-se que a produção principal do município são os folhosos, segundo a agrônoma do município (agente de ATER), os agricultores priorizam a produção da alface, pois o cultivo é mais rápido. Contudo, tanto as nutricionistas como a agrônoma, evidenciaram que “as crianças não comem só alface”. Ou seja, instala-se um entrave no que tange a pouca variedade de produtos oferecidos.

Todavia, constatou-se que havia produção de outros alimentos, como outras qualidades de folhosos, mandioca, batata-doce, cenoura, beterraba; algumas frutas, como, laranja, bergamota, pêssago, melancia; porém, a quantidade é insuficiente para a demanda do município. Outrossim, no caso das frutas, observou-se que estas são inseridas no cardápio como um extra, pois, não há regularidade na produção. Nesse aspecto a nutricionista relata:

[...] eu não tenho segurança de colocar lá no cardápio, por exemplo, alface e beterraba, eu uso algum pra calcular, mas na hora de mandar pra escola eu coloco só salada, porque eu não tenho uma segurança do agricultor que eu vou ter o produto naquela determinada semana. (Nutricionista 2)

Ademais, o entrave relatado pelos nutricionistas refere-se à falta de agroindústrias no município, como por exemplo, de carnes, ovos, queijo, iogurte, produtos que agregam maior valor, cuja aquisição atingiria os 30%. Assim, em relação à aquisição de produtos agroindústrias da cooperativa de Pato Branco, verificou-se a compra de bolacha e cuca.

O nutricionista enfatizou, por diversas vezes durante a entrevista, que há consumo, ou demanda, de diferentes produtos, como por exemplo, leite, iogurte, feijão; entretanto, não há produção suficiente. Segundo a entrevista, “se conseguíssemos comprar o leite e o feijão que a gente consome já alcançaríamos os 30%”. (Nutricionista 2). Atualmente, cerca de 30% do consumo de leite é suprido pela agricultura familiar, “e se for analisar a produção do município chega ser incoerente.” (Nutricionista 2).

A produção de leite no município de Pato Branco, em 2014, atingiu 46.477 milhões de litros (IBGE, 2014). Considerando que no Brasil a agricultura familiar é responsável por 58% da produção de leite (IBGE, 2006), pode-se presumir que no município cerca 27 milhões de litros de leite são oriundos da agricultura familiar.

Porém, conforme relato do produtor de leite entrevistado, a maioria dos AFs comercializa o leite para as grandes indústrias, haja vista que consideram inviável o investimento necessário para possuir laticínio próprio.

Além disso, a agente de ATER inferiu que no início da comercialização institucional, PNAE e PAA, antes ainda da homologação da lei 11.947/2009, notava-se que alguns agricultores eram mais comprometidos com a qualidade dos produtos “[...] os produtores pareciam que tinham mais... Eram mais fiéis com o programa, entregavam mais [...] Agora a gente tem, mas a gente sente que eles não são assim tão fiéis com o programa [...]” Tal fato é decorrente dos demais canais de comercialização que os agricultores possuem; nesse sentido, eles priorizam, respectivamente, mercados, feira do produtor e, por último, PNAE e PAA. Diante disso, observa-se que alguns produtos são entregues ao PNAE com qualidade inferior no que diz respeito à aparência, cor, textura e tamanho.

A gente já entregou verdura, há dois anos atrás, o problema é que o produtor no mercado leva uma coisa boa e pro governo não vai entregar uma coisa boa [...] ou porque você está entregando ou porque você está fazendo um favor pra eles. Não é um favor, você vai dar aquilo pro seu filho comer? Eu acho que em primeiro lugar tem que pensar nisso [...] tem gente que não é fácil de lidar [...] (Produtor 4 - leite)

Porém, a Nutricionista 2 informou que os produtos da agricultura familiar têm melhorado cada vez mais. Essa divergência de opiniões, pode ser justificada pelo tempo de envolvimento com o programa e com os agricultores familiares, a agente de ATER está no cargo há 15 anos, ao passo que a nutricionista atua há 4 anos.

Todavia, infere-se que, no município de Pato Branco, para o produtor fornecer para a alimentação escolar, é necessário que o empreendimento possua registro de inspeção da Vigilância Sanitária Municipal, sendo que, dentre as exigências está a disposição de uma unidade adequada para a manipulação dos alimentos (figura 26). Além disso, é realizado pelo setor de alimentação escolar um controle de qualidade no momento da entrega dos produtos, o qual observa embalagem, sanidade, integridade e limpeza (ANEXO C), e caso não esteja em conformidade, não é aceito.

Figura 26. Unidade de manipulação de produtos vegetais



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Por fim, no que tange à aquisição de produtos orgânicos (figura 27), o município adquiriu, em 2013, folhosos (alface e almeirão) - de dois produtores locais - e a partir de 2014, o suco de uva - de produtores de Verê - ambos certificados pela Rede Ecovida. Todavia, os produtores orgânicos de Pato Branco relataram que a comercialização para o PNAE com a certificação estava comprometida, haja vista a nova exigência que determina que sementes, mudas e insumos utilizados para a produção sejam oriundos da propriedade, o que segundo eles é inviável. Entretanto, afirmaram que, embora não consigam renovar a certificação, permanecerão produzindo orgânico, e comercializando para o PNAE.

Figura 27. Produção de alface orgânica no município de Pato Branco



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

7.1.2 A inserção dos produtos da agricultura familiar nas escolas

O município de Pato Branco possui, sob sua competência, 21 escolas urbanas, 4 escolas do campo, 21 Centros Municipais de Educação Infantil - CMEI (creches) urbanas; 1 CMEI do campo e 1 escola municipal de jovens e adultos

(EJA), contabilizando um número aproximado de 7400 alunos beneficiados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Segundo relato dos nutricionistas e das merendeiras, a aceitabilidade dos produtos da agricultura familiar pelos escolares é satisfatória, todavia as merendeiras relataram que, sempre há alguma criança com maior resistência - especialmente nos escolares da cidade - e neste caso, as merendeiras e os professores, procuram incentivar os alunos a experimentar os produtos. No dia em se realizou a visita na escola urbana, estava sendo servido, como lanche da tarde, banana, bolo de laranja e suco de uva, e observou-se que, de fato, a maioria dos alunos consumiu tais alimentos, sendo que muitos deles quiseram repetir o lanche (figura 28). Na escola rural, a merendeira enfatizou que, pelo hábito alimentar que as crianças possuem em seus lares, não há dificuldade de aceitação de produtos saudáveis na escola.

[...] eu acho que a merenda escolar está muito bem servida comparando com o Estado; eu acho porque eles saem daqui, quando eles enxergam a gente, “ai que saudade do CAIC, ai que saudade de comer um lanche do CAIC, eu como merenda do Estado”, porque o lanche é diferente, porque tanto que é tudo natural, o Estado é tudo enlatado [...] (Merendeira escola urbana).

Figura 28. Lanche da tarde com produtos da agricultura familiar na Escola Municipal do Bairro Planalto



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Um fator positivo se refere também à preferência das merendeiras aos produtos da agricultura familiar em comparação aos demais, muito embora, haja algumas reclamações quanto à manipulação dos alimentos, a qual se torna um pouco mais trabalhosa pelos produtos serem na grande maioria *in natura*. “[...] a gente percebe até nas próprias merendeiras que você manda o feijão, por exemplo,

da agricultura familiar elas comentam que é muito melhor que no mercado.” (Nutricionista 2).

No que tange à capacitação das merendeiras, fator evidencialmente importante para garantir a qualidade da alimentação escolar, realizam-se no município duas atividades anuais, por vezes em parceria com o SENAI, cujos temas variam conforme as necessidades constatadas pelos nutricionistas.

Outro ponto questionado foi quanto à estrutura - física e funcional - das escolas, para receber, armazenar e manipular os produtos da agricultura familiar. Assim, segundo o nutricionista, a situação varia conforme a localidade, contudo, evidenciou que já evoluiu significativamente, e que a cada ano o município procura aperfeiçoar (figura 29). Nesse sentido, a mesma citou ainda que tal fato pode, em determinados momentos, dificultar o trabalho das merendeiras, a exemplo do armazenamento, porém, não impede de enviar os produtos da agricultura familiar às escolas. Ademais, mencionou que, no ano de 2015, a prioridade da gestão municipal foi a construção de novas unidades escolares.

Figura 29. Cozinha da Escola Municipal do Bairro Planalto



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

No que tange à realização de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) aos alunos, atividade preconizada em lei, devido à falta de profissionais capacitados, a mesma não é realizada com frequência. Contudo, algumas iniciativas ocorrem, como por exemplo, visita de algumas turmas nas propriedades e palestra sobre produção orgânica com a participação dos agricultores. Ademais, o setor de alimentação escolar tem parceria com a Faculdade de Pato Branco – FADEP, e neste caso os acadêmicos de Nutrição também realizam atividades de EAN nas escolas, com os

alunos e também com professores. Deste modo, constatou-se que as atividades de EAN são realizadas conforme o tempo disponível pelos nutricionistas, bem como conforme a disponibilidade dos estagiários de graduação.

Em suma, pode-se dizer que no município de Pato Branco, a inserção dos produtos da agricultura familiar nas escolas é fator positivo para a execução do programa, e conseqüentemente para o fortalecimento da política a nível local.

7.1.3 A relação entre os atores envolvidos na dinâmica da alimentação escolar e agricultura familiar

No município de Pato Branco, constou-se que a maior parte do processo é realizado no setor de alimentação escolar, nesse caso, outros departamentos como departamento de licitação e de finanças não tem participação ativa, sendo responsáveis apenas pelos trâmites burocráticos.

A relação entre os envolvidos foi relatada por todos os entrevistados como “tranquila”, especialmente, pois segundo eles existe uma atuação conjunta entre os setores. Relatou a Nutricionista 2 que a divisão de alimentação escolar possui autonomia para execução da política, “[...] a gente tem uma autonomia bem bacana nesse sentido [...] eles entendem que existe a necessidade e é bem tranquilo [...]”. Contudo, não são realizados encontros frequentes entre todos os setores, faz-se com maior constância reuniões com os agricultores familiares, as quais incluem o nutricionista, o Sindicato Rural, a Ater e os produtores. Do mesmo modo, a Secretaria de Educação frisou que “[...] existe uma parceria entre as secretarias, e tanto quanto possível se trabalha de forma integrada [...]”.

Além disso, percebeu-se uma importante parceria com a Vigilância Sanitária Municipal (VS), a qual realiza visitas - assiduamente - tanto nas escolas como nas propriedades rurais, nesse caso juntamente com a assistência técnica e extensão rural (ATER). Durante as visitas, traçam-se metas aos agricultores, no que tange a melhorias na propriedade, especialmente, para liberação da licença sanitária. Contudo, alguns agricultores ainda apresentaram certa resistência às adequações exigidas pela VS. Segundo o nutricionista, eles deveriam ver tais adequações como investimento, o qual iria melhorar a qualidade do produto, a higiene, bem como dar mais segurança para quem está consumindo.

“eles veem a vigilância sanitária como algo que exige muito e dificulta, que aumenta o custo deles de produção, e pra eles basicamente é colher da horta e vender, seria o processo padrão das antigas, eles têm uma resistência de se adaptar com as melhorias” (Nutricionista 1)

Situação semelhante ocorre com a assistência técnica local, a agrônoma responsável, bem como os nutricionistas, inferiram que os produtores, especialmente os mais antigos, resistem às mudanças, às orientações, e às solicitações requeridas.

Fato singular refere-se à cooperativa, observou-se que esta não é atuante na execução do programa, tal como relatou a entrevistada:

[...] Na verdade, a cooperativa, a participação dela é muito pequena nesse processo, porque quem faz as notas, quem organiza tudo é o sindicato rural. A cooperativa tem uma participação bem baixa assim... O sindicato rural tem uma parceria com a cooperativa. [...] nós temos um diálogo muito grande com a secretaria de agricultura, e com o sindicato rural. (Nutricionista 2).

Enfatizou a nutricionista, que no caso do cronograma de entrega, cuja dinâmica é semanal, é o próprio setor de alimentação escolar que precisa contatar com os agricultores familiares para saber quais produtos terão disponíveis. Na visão da nutricionista “[...] um tempo que a gente poderia estar fazendo outra coisa, acaba disponibilizando pra um trabalho que seria da cooperativa, né? [...]” (Nutricionista 2).

Além disso, foi relatado que, todas as atividades administrativas da cooperativa são realizadas pelo sindicato rural, ou seja, a cooperativa não dispõe nem de sede, e nem de pessoal para gerenciá-la. Outrossim, o projeto de venda, documento obrigatório para participar da chamada pública, é elaborado pelo próprio setor de alimentação escolar.

Tal situação decorre do fato de que a Cooperativa de Agricultores Familiares de Pato Branco foi criada a partir de uma imposição do município em decorrência da mudança na gestão das políticas públicas, as quais priorizam a compra de grupos formais organizados, ou seja, a criação da cooperativa não foi uma vontade dos agricultores familiares de Pato Branco.

[...] a cooperativa não começou por uma ideia dos agricultores, o que aconteceu é que mudou a lei e a prefeitura falou pra eles: “óh! Eu preciso de uma cooperativa para comprar” [...] então eles não tem esse pensamento de cooperativa. (Nutricionista 2)

[...] na época foi justamente isso “daí né”, foi assim pra suprir as necessidades que os programas precisavam que fosse via cooperativa, não foi assim uma procura dos produtores pra no caso quererem ser uma cooperativa. (agente de ATER)

Nesse caso, é evidente que os agricultores familiares não trabalham como cooperados, e não exprimem o real significado de cooperativismo. Isso justifica, de modo expressivo, a pouca participação da cooperativa no processo de comercialização para o PNAE. Vale salientar ainda, que para a Nutricionista 1 o poder econômico dos agricultores familiares de Pato Branco, seria um dos motivos pelo qual eles não expressam uma visão cooperativista. Na sua concepção, o município possui poucos agricultores familiares, haja vista que a maioria dos produtores tem poder aquisitivo maior, não se enquadrando mais como agricultor familiar.

A agricultura familiar aqui de Pato Branco é um pouquinho diferenciada no sentido de custo de produção, porque quem produz um pouco mais já não se enquadra como agricultura familiar, então agricultura familiar são poucas famílias e essas famílias já tem um nicho de mercado que são as feiras, mercado, e tem outros que nem se quer entregam pra merenda escolar [...] aqui é uma agricultura que divide em alta e baixa, digamos assim, então os agricultores, para formarem um cooperativa, eles tem que pensar junto num mesmo objetivo de querer crescer naquilo e ganhar, então aqui é cada um mais ou menos individualizado. (Nutricionista 1).

Todavia, tal compreensão é unívoca, pois observa o agricultor familiar apenas pelo aspecto econômico ou pela quantidade de produção, porém a agricultura familiar possui representação social, cultural e também ambiental. Outrossim, é desconexo inferir que existem poucos agricultores familiares no município, considerando que segundo os dados do IBGE e do MDA, existem, aproximadamente, 800 produtores familiares em Pato Branco.

Além disso, sugere-se pela agente de ATER que depende somente dos agricultores aprenderem a trabalhar como uma cooperativa, visto que já foi oferecido aos produtores oportunidades para isso, como por exemplo, capacitações com especialistas na área. “[...] Mas eu acredito que depende deles quererem trabalhar como cooperativa pro negócio funcionar mesmo, eles são muito dependentes da prefeitura, dependentes da Emater, da merenda, do sindicato.” (agente de ATER).

No que tange à ATER, evidenciou-se a extrema relevância desse setor no programa “porém deveria ter mais técnicos para fazer as visitas [...] porque é um município muito grande” (Nutricionista 2). Em âmbito municipal é apenas um técnico,

o qual é vinculado à Secretaria de Agricultura (SA); e um técnico da Emater municipal, cuja participação no programa é mais esporádica. Nesse sentido, refere-se que a única agente de ATER que a SA possui, é responsável pela execução de outros projetos municipais, como o Projeto das Mulheres Rurais e o Projeto de Melhoramento das Estradas Rurais, atividades que, segundo a entrevistada, demandam muito tempo. “[...] da pra se dizer que na questão de assistência técnica a gente faz o possível, mas teria que ser bem melhor, os agricultores tem que ser muito mais assistidos, a gente não consegue dar conta.” (agente de ATER).

Evidencia-se ainda que a ATER municipal é voltada, especialmente aos produtores de hortifrúti; sendo assim, os produtores de frutas ficam desassistidos, pois não há profissional capacitado para prestar assistência a eles. Outrossim, em relação aos produtores orgânicos, observou-se que estes são independentes, e referiram não necessitar de assistência técnica municipal, pois segundo eles não há profissionais suficientemente capacitados para trabalhar com produção orgânica.

Nesse sentido, frisou-se ainda que, devido à carência de profissionais de ATER, os produtores não tem orientação adequada quanto à utilização de produtos químicos nos cultivos, ou seja, frequentemente aplicam os insumos na produção de modo irregular, o que por sua vez implica na qualidade e na segurança do alimento. Em contrapartida, por vezes a agente de ATER organiza capacitações nessa área, inclusive com profissionais externos, e os produtores não comparecem.

No que diz respeito à participação da sociedade no PNAE, por meio do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), constou-se que o conselho, em atuação até 2014, voltava-se apenas a questões burocráticas, especificamente, prestação de contas, não se envolvendo com a execução do programa e com a agricultura familiar. Todavia, a gestão atual, a partir de 2014, mostra-se mais participativa, uma vez que, conforme o nutricionista, a presidente atual do CAE procura se inteirar do processo e apoiar as atividades, inclusive realizando visitas nas propriedades familiares.

7.1.4 A visão dos atores sobre importância da lei 11.947/2009 para a agricultura familiar e para alimentação escolar

Quando questionado aos entrevistados sobre a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar, especificamente a legislação de 2009, citou-se

que tal política é, substancialmente, importante para os escolares, bem como para a agricultura familiar.

Na visão dos nutricionistas, a legislação possibilita compor um cardápio variado e elaborado, bem como permite realizar atividades de EAN, incluindo uma diversidade de produtos que anteriormente, pelo custo elevado, não tinha possibilidade de adquirir - como por exemplo, brócolis, caqui, ameixa, melão, suco de fruta integral - ou seja, não prioriza apenas o custo mínimo do produto. Vale salientar que, de fato, essa mudança só ocorreu a partir da instituição da chamada pública na Lei 11.947/2009, substituindo o processo licitatório, regido pela Lei 8.666/1993.

[...] suco de uva assim, se você for comprar no mercado ou licitação normal está 10, 12 reais o litro, e daí cooperativa eles até passam o orçamento menor, porque são fornecedores diretos, conseguem um preço melhor [...] no cardápio de verão, dá pra você mandar um suco, por exemplo de uva, 'pras' crianças, coisa que já uma licitação normal você vai analisar o custo [...] (Nutricionista 1)

De modo consoante, as merendeiras relataram que a inserção de produtos da agricultura familiar no cardápio escolar melhorou de modo significativo a alimentação dos escolares. Deste modo, cita-se o depoimento da merendeira da escola rural, cuja atuação na merenda escolar ocorre desde 2007, “[...] a diversidade da alimentação que a agricultura familiar vem complementar [...] quando eu entrei tinha salsicha pra fazer lanche das crianças, era tudo, sabe, coisa de indústria mesmo, não tinha produto fresquinho.”

Outrossim, a visão da gestão pública enfatiza a relevância do programa, no que se refere à preservação dos hábitos alimentares e à valorização da cultura local.

Se a gente for comparar a alimentação que era servida pelo Estado lá na década de 70 [...] na época as escolas municipais pertenciam ao Estado [...] a alimentação não era própria com os costumes que as crianças dessa região tinham, eram alimentos industrializados [...] então a alimentação escolar não atendia as expectativas e não era gostosa de ser consumida pelas crianças [...] Essa mudança oportunizando que parte, até 30% dos ingredientes, sejam adquiridos na região, é muito salutar, porque atende às necessidades culturais, dos alimentos que são consumidos na região, as necessidades da criança de ter um alimento fresquinho colhido na horta e já entregue na escola, as frutas da época, os legumes da época também são privilegiados. (Secretária de Educação)

Ademais, evidenciou-se por todos os entrevistados, que o PNAE oferece ao agricultor familiar uma oportunidade de comercialização dos seus produtos, e agregação de renda, o que por sua mantém as famílias no campo, tal como:

[...] dá sustentabilidade aos agricultores que vendem esses produtos né? Até podem se sentir motivados a fazer cultivo e produção desses produtos porque sabem que tem uma colocação garantida no mercado né? (Secretária de Educação)

Nesse sentido, questionou-se aos agricultores qual o percentual que o PNAE representa na renda familiar anual, assim constatou-se que para o produtor de leite o PNAE representa 30%, para os dois produtores de folhosos orgânicos 12% e 5%, e para a produtora da panificados 70%. Nesse sentido, salienta-se que os produtores orgânicos possuem comercialização consolidada para os supermercados locais, relataram ainda que não necessitariam comercializar para o PNAE, mas o fazem, pois é gratificante saber que as crianças estão consumindo produtos de qualidade oriundos da sua propriedade. Entretanto, a produtora de panificados, inferiu que o PNAE é extremamente importante, inclusive a participação no programa foi o incentivo principal para retornar às atividades rurais, visto que havia deixado o campo para viver na cidade.

Outrossim, relatou-se que há, por parte do poder público, uma compreensão da importância da agricultura familiar para a alimentação escolar, bem como existe o incentivo da gestão municipal atual para implementação do programa. Um exemplo dado pelo nutricionista refere-se ao fato de que, considerando que a cooperativa não tem transporte próprio, a prefeitura, no intuito de auxiliar os produtores, realiza a distribuição também dos alimentos do PNAE Estadual.

“O município vê que é importante, não é só porque vem esses programas e a gente tem que executar, porque tem que executar! É porque é importante pra manter o agricultor no meio rural e então é incentivo pra manter eles lá [...] e não vir pra cidade, porque aí envolve questões de qualidade vida pro agricultor e qualidade de alimentos pras crianças, então forma esse ciclo.” (agente de ATER)

Nesse sentido, citou-se alguns programas de apoio municipal aos agricultores familiares, Programa de Hora Máquina; Programa de Proteção de Nascentes, parceria da Secretaria de Agricultura com a Secretaria de Meio

Ambiente; Programa de Desenvolvimento da Agricultura - PRODEAGRI¹¹; e por fim a realização de análises da qualidade de água nas propriedades, ação conjunta da Secretaria de Agricultura e Vigilância Sanitária Municipal.

7.1.5 Compreensão dos atores acerca de alimento saudável e desenvolvimento sustentável

Considerando que o PNAE é realizado por distintos atores, buscou-se averiguar a visão de cada um sobre o conceito de alimentação saudável e de desenvolvimento sustentável, haja vista que ambos são objetivos primordiais do programa, ou seja, todos os envolvidos no PNAE devem desenvolver suas atividades de forma a promover tais premissas.

Assim, com relação à compreensão dos entrevistados sobre alimentação saudável, vale citar os seguintes relatos:

[...] as frutas “né”, verdura, carboidrato que vem da agricultura familiar [...] a mandioca eles tiram e trazem, às vezes a gente descasca e cozinha até no mesmo dia, outro sabor, outro gosto, não tem que ficar uma comida industrializada. (Merendeira escola do campo)

[...] é você ter um produto natural, ter um produto equilibrado, não adianta você só comer alface para se manter, então você não vai ter uma alimentação saudável, então vai ter que se equilibrar, porções que trazem, que cada produto tem sua quantia de nutrientes [...] (Produtor 2 - orgânico)

Em suma, pode-se inferir que os elementos que mais apareceram nos depoimentos foram qualidade (sanidade, higiene, aparência) quantidade e diversidade. Entretanto, frisa-se que a qualidade do alimento, envolve aspectos desde a produção até o consumo final, e neste sentido o conceito de alimentação saudável toma um espaço amplo e complexo.

Em relação ao termo “desenvolvimento sustentável” observou-se entre os atores distintas percepções:

Um conjunto de fatores [...] então é uma troca, as crianças precisam da verdura, de uma fruta pro consumo, vai buscar dos produtores, então [...] agrega valor pra eles na questão da venda, da valorização dos produtos deles e, a questão da sustentabilidade tem que estar ligada a questão do meio ambiente também, que é essa questão do agrotóxico, do controle da rastreabilidade, palestras de educação ambiental mesmo, de conscientização [...] A sustentabilidade tá ligada assim na produção, em

¹¹ Programa iniciado em 2015, em aprimoramento, o qual auxilia a agricultura familiar com até 2 mil reais por ano em materiais destinados a melhoras na produção.

agregar valor, em meio ambiente, na alimentação saudável, saúde [...] melhoraria da qualidade de vida dos agricultores [...] (Nutricionista 1)

[...] eu acho que quem teve a ideia de centralizar a compra dos ingredientes para a alimentação escolar, pensando até na sustentabilidade do município, teve uma excelente ideia, é uma forma do que se produz aqui, se comercializa aqui, tem uma garantia de comercialização e um dinheiro que gira dentro do município, então é uma excelente ideia, tanto para quem vive da agricultura familiar, quanto às crianças nas escolas que são bem servidas [...] (Secretária de Educação)

[...] Sustento... para eles ficarem no campo, para se manter no campo. (Merendeira escola do campo)

[...] eu já ouvi falar, mas não sei por que, seria todo mundo ter direito de ter uma boa alimentação [...] então a responsabilidade é o direito da criança poder se alimentar, poder se vestir, poder ter uma boa qualidade de vida melhor [...] (Merendeira escola urbana)

Você cuidar do meio ambiente, cuidar da parte da saúde, você tem um pouco de renda, você não precisa estar gastando com remédio, você ter dentro de casa o próprio remédio. Quando eu trabalhava com química, tinha esses problemas, depois que paramos com química, você ter a sustentabilidade dentro de casa, para a família, pros alunos e a possibilidade de chegar aos pais, que está incompleta, a sustentabilidade, trazer informação a eles do que estão comendo, até mudar esse hábito de alimentação do estudante e da família, ela vai trazer sustentabilidade geral, tanto do lado do agricultor, até a família [...] (Produtor 2 – orgânico)

Se você está fazendo o desenvolvimento sustentável na propriedade, você está fazendo melhorias, você está tendo uma renda extra, e você sabe, se você não pisar na bola, não fizer coisa errada, sempre você vai ter isso, então você sabe que pode contar com esse recurso [...] um recurso a mais para você ir melhorando tudo, a qualidade de vida e qualidade do ambiente de trabalho, para você fazer sempre um produto cada vez melhor. [...] (Produtor 4 - leite)

[...] aumenta nossa renda, oportunidade do produtor de oferecer produtos de qualidade e o lado de quem consome, de estar recebendo um produto de qualidade, tem oportunidade de conhecer a parte sustentável, traz benefícios para nós produtores e consumidor, a gente tem oportunidade de aumentar a renda, de segurar os jovens na agricultura [...] (Produtor 3 - panificados)

Assim, pode-se perceber que cada ator relaciona o desenvolvimento sustentável ao seu trabalho, sua vivência, seu contexto social, e embora não englobem o conceito teórico do termo - o que já era presumido - explanam elementos inerentes do que se acerca a sustentabilidade, como por exemplo, atenção a direitos humanos básicos (saúde e alimentação), qualidade de vida, poder econômico e preservação ambiental.

7.1.6 Fatores positivos e negativos na execução do PNAE no município de Pato Branco

Diante das considerações expostas pelos entrevistados, pode-se inferir que os aspectos positivos na execução do PNAE no município de Pato Branco são a estrutura do setor de alimentação escolar - o qual possui espaço e equipamentos para o recebimento, armazenamento e transporte adequado dos alimentos – a logística dos produtos, o atual quadro de funcionários, a parceria com o sindicato, bem como a facilidade para diálogo entre os envolvidos na política pública (quadro 2).

[...] recebemos apoio da agricultura, o sindicato que faz toda a parte documental, não nos cobra nada, tanto a prefeitura corre atrás, a prefeitura nos ajudou com cascalho na frente da casa, tudo isso precisava de melhorias, para que a vigilância liberasse. Questão de não precisar entregar, esse é um ponto positivo grande, como são várias escolas seria complicado [...] (Produtor 3 - panificado)

[...] a demanda, quantidade de alunos para consumir, a produção, financeiro, saúde dos alunos em geral, o meio de distribuição, parceria com a prefeitura. (Produtor 2 - orgânico)

Outrossim, segundo o Nutricionista 1, a própria verba transferida pelo FNDE é fator positivo, cuja aquisição poderia ser superior se houvesse maior variedade de produtos. Evidenciou-se ainda o número significativo de agricultores familiares, haja vista que o município possui aproximadamente 800 produtores e somente cerca de 40 deles comercializam para o PNAE, bem como o incentivo do poder público municipal, e a autonomia da divisão de alimentação escolar para a execução do programa.

Por outro lado, o gargalo mais expressivo no município de Pato Branco, evidenciado pelos gestores do programa, pela assistência técnica e pelos próprios produtores, refere-se à gestão da cooperativa de agricultores familiares do município - especialmente - devido à falta de integração entre os cooperados, escassa participação desses nas assembleias, reuniões, capacitações, bem como a falta de comprometimento com a cooperativa.

O que mais pesa mesmo é essa questão da cooperativa não andar com as próprias pernas “né”, porque a gente praticamente administra a cooperativa pra eles, nós e o sindicato; o próprio presidente da cooperativa fala isso, que quem administra a cooperativa é a prefeitura e o sindicato. (Nutricionista 1)

[...] falta a cooperativa ter uma sede, talvez ter um funcionário, porque assim tendo experiência de outras cooperativas da reunião que funcionam [...] eu acompanhei licitações que as pessoas da cooperativa, por falta de

documentos, ficaram fora, então assim é falha da cooperativa [...] (Produtor 3 - panificadores)

[...] outro problema é em relação à logística, nós do município temos que ficar socorrendo a cooperativa de agricultores assim nos processos, porque eles não têm essa experiência do processo burocrático [...] mas estão dando conta, até porque entendem que os agricultores familiares, muitos deles pessoas simples, e que se não forem ajudados eles não conseguem dar conta do processo. (Secretária de Educação)

Visualizou-se ainda, como fator limitante para a aquisição de produtos da agricultura familiar, a pouca variedade e quantidade de produtos para a demanda do município; entretanto, os nutricionistas reconhecem a dificuldade que os produtores vivenciam, especialmente em relação à falta de mão de obra para a produção.

Como dificuldades, eu vejo, digamos assim, que os agricultores não estão organizados para atender à necessidade que nós temos nas escolas; faltam produtos, eles não conseguem entregar todos os produtos que nós temos necessidades e que seria equivalente aos 30%, então a gente tem a dificuldade em conseguir a totalidade de produtos dentro do percentual que eles teriam direito de vender porque eles não têm produto para colocar. (Secretária de Educação)

Todavia, o relato de um dos produtores enfatizou que, muitas vezes, possuem oferta suficiente de produtos em quantidade e variedade, porém a prefeitura infere que não tem logística suficiente e adequada para adquirir maior quantidade de produtos. Nesse caso, observa-se que há um conflito significativo de opiniões, os quais deveriam ser esclarecidos e solucionados entre as partes, pois visualizando o trabalho realizado pelo município, soa desconexa tal informação.

Observou-se ainda, que apesar do número de AFs no município, caracteriza-se uma dificuldade de inserir novos agricultores no programa, e segundo a agente de ATER, tal fato decorre dos outros canais de comercialização que os agricultores possuem, supermercados e feira do produtor (figura 30), bem como por julgarem o preço não atrativo.

Além disso, inferiu-se que havia dificuldade no que tange à mão de obra, pois muitos produtores não conseguiam deixar a propriedade para fazer a entrega e outros não possuem transporte. Entretanto, busca-se, constantemente, incentivar os produtores a acessar a chamada pública da alimentação escolar.

[...] a mão de obra é pouca, era pra ter um caminhão pra fazer esse roteiro e pra dar certo teria que ter uma câmara de armazenamento, tem alguns

produtores que não têm transporte. Existem projetos encaminhados para melhorias. (Produtor 2 - orgânico)

Figura 30. Feira do produtor no município de Pato Branco



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Além disso, vale citar a insuficiente assistência técnica, especialmente, em termos de quantidade de extensionistas, considerando que há, efetivamente, apenas uma agrônoma para atender toda a necessidade local.

Diante das dificuldades constatadas, indagou-se quais estratégias estavam sendo implantadas para sanar tais limitações, assim no que tange à principal delas, a cooperativa, relatou-se que houve uma iniciativa de contratar um funcionário para administrar a cooperativa, bem como firmar parceria com o SEBRAE, contudo o custo para a cooperativa seria alto, o que por sua vez impossibilitou a ação. Nessa conjuntura, o nutricionista relatou que “como a gente ‘tá’ fazendo e o sindicato também porque a gente precisa do produto, pra eles ‘tá’ muito cômodo.” (B.R.). Ademais, observou-se que o caminho traçado pela gestão do programa para atingir os 30% exigidos na lei, foi buscar o que não se produz no município, especialmente, produtos agroindustriais, em municípios da região.

Por fim, na visão dos entrevistados, a execução do PNAE no município é satisfatória, mas desejam melhorar constantemente. Para a Secretaria de Educação:

De um modo geral dá para melhorar bastante, e aí há espaço para empreendedores, principalmente jovens, que não saiam da zona rural, que se dediquem, orientados quem sabe por vocês que vem das universidades, “né”? E que melhorem esse processo todo [...]

Quadro 2. Matriz FOFA da implementação do PNAE no município de Pato Branco

FATORES INTERNOS	FORTALEZAS (potencializadas, usadas e maximizadas)	FRAQUEZAS (eliminadas ou compensadas)
	- Estrutura adequada do setor de AE; - Logística dos produtos favorável para os envolvidos; - Satisfatório quadro de funcionários do setor de AE; - Boa articulação entre Sindicato Rural e Cooperativa; - Ambiente favorável para o diálogo; - Número de agricultores familiares que possibilita a expansão da compra; - Autonomia do setor de AE; - Existência de produtos orgânicos certificados; - Unidade de manipulação de alimentos; - CAE participativo.	- A Cooperativa existe, mas os agricultores não atuam como cooperados; - Cooperativa dependente do sindicato e setor de AE para gestão; - Falta de técnicos para ATER e falta de especialidades; - Falta de diálogo entre os envolvidos; - Pouca diversidade de produtos; - Escassez de mão de obra no campo; - Falta de agroindustrialização local; - Falta de incentivo público à agroindustrialização; - Pouca inserção de AFs individuais; - Busca passiva dos 800 AFs existente no município;
FATORES EXTERNOS	OPORTUNIDADES (aproveitadas)	AMEAÇAS (evitadas ou seus efeitos devem ser minimizados)
	- Verba transferida pelo FNDE; - Oferta de produtos agroindustriais por agricultores da região; - Aceitação dos escolares.	- Produção afetada por condições climáticas adversas; - Outros canais de comercialização o (mercado e feira) mais atrativos que o PNAE.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Em suma, pode-se perceber que o município de Pato Branco possui potencial - econômico, estrutural e logístico - suficiente para atingir além do percentual mínimo de aquisição da agricultura familiar, todavia, considerando que já se passaram 4 anos da homologação da Lei 11.947/2009, devem ser desenhadas estratégias locais e intersetoriais para a superação dos gargalos apresentados.

7.2 FRANCISCO BELTRÃO

No município de Francisco Beltrão, o setor de alimentação escolar é localizado na prefeitura municipal, em anexo à Secretaria de Educação. É composto por 1 Nutricionista Responsável Técnico, o qual está na função há aproximadamente

3 anos, e uma auxiliar de alimentação escolar, economista doméstica, na função há 2 anos.

Para a aquisição de produtos da agricultura familiar, realizam-se duas chamadas públicas anuais, e nas etapas para a realização transcorrem-se os procedimentos padrões, sendo o levantamento da produção, a abertura do edital da chamada pública, o recebimento dos projetos, o julgamento das propostas, a contratação e a elaboração do cronograma de entrega. Esse último, sendo firmado trimestralmente, considerando que há modificação na demanda e na oferta de produtos, conforme a época do ano.

Além disso, vale ressaltar que, diferentemente do município de Pato Branco, a logística de distribuição dos produtos ocorre por conta dos agricultores fornecedores, tanto dos grupos formais como dos produtores individuais, os quais, seguindo o cronograma previamente recebido, entregam os produtos diretamente nas escolas e CMEI's; exceto nas escolas do campo, cuja distribuição é realizada pela prefeitura municipal, para tanto, os agricultores entregam os produtos no depósito da alimentação escolar.

7.2.1 Gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar

Os produtos da agricultura familiar inclusos no cardápio da alimentação do município de Francisco Beltrão são de origem vegetal e animal, fornecidos tanto por grupos formais como agricultores individuais.

A Cooperativa da Agricultura Familiar de Francisco Beltrão (COOPAFI) comercializa os produtos de origem vegetal (figura 30 e 31), especialmente os folhosos, seguido dos legumes, tubérculos e frutas, bem como os panificados, pão, bolacha, cuca e macarrão, e mel (figura 32). Além disso, incluem-se na alimentação escolar, plantas medicinais, produzidas pelo Coletivo de Mulheres Agricultoras de Francisco Beltrão, e entregues pela COOPAFI (figura 33). Os produtos de origem animal referem-se a carnes suína, bovina e peixe, leite, queijo, fornecidos por agroindústrias individuais. Por fim, a partir de 2014, a Cooperativa Regional dos Viticultores do Sudoeste do Paraná (COOPERVIN), com sede no município, passou a fornecer suco de uva.

Figura 31. Produtos da COOPAFI dispostos na sede da cooperativa para posterior distribuição nas escolas (alface, beterraba e mandioca)



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Figura 32. Veículo da COOPAFI para transporte dos produtos



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Figura 33. Mel e bolacha produzidos pela COOPAFI



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Figura 34. Hortelã produzida pelo Coletivo de Mulheres Agricultoras



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Salientou-se, que todos os fornecedores são do próprio município, e que a maior parte dos produtos, é oriunda da agricultura familiar. Nesse sentido, relatou-se pelo Médico Veterinário do SIM (Serviço de Inspeção Municipal), que 70% do montante investido na agricultura familiar, com o recurso transferido pelo FNDE, foram em produtos de origem animal, os quais possuem maior valor de agregação.

A aquisição de carne bovina para a alimentação escolar foi uma demanda da nutricionista, haja vista que a carne fornecida pelo supermercado não possuía padrões mínimos de qualidade.

[...] a carne bovina, principalmente, faz menos de um ano que é assim, porque a gente tinha um problema grave com o pregão com a questão da qualidade, então os supermercados entregam, então a gente teve uma apreensão no mercado porque “tava” entregando de forma irregular, questão de caminhão e coisa, então a gente tinha bastante dificuldade de fiscalização nessa parte, principalmente no pregão participa de toda região, “né”? Então, a gente tem mercado que entrega pra merenda aqui que é de Dois Vizinhos, de outros municípios, então daí ali a gente encontrou dificuldade e preferiu tentar inserir da agricultura familiar. (Nutricionista)

Em contrapartida, a aquisição da carne de peixe surgiu por iniciativa dos produtores, os quais procuraram o SIM e evidenciaram a vontade de participar do PNAE.

Todavia, ponderando que, por vezes, em virtude de eventos imprevisíveis, os agricultores não conseguiam suprir a necessidade total, há uma determinada quantidade licitada¹² de carne suína e bovina, leite e alguns vegetais, como cenoura e beterraba. Como exemplo, citou-se o caso de um produtor de leite, o qual, por

¹² O termo “licitado (a)” refere-se à aquisição dos produtos pelos supermercados, indústrias ou demais estabelecimentos que não se enquadram na chamada pública da agricultura familiar.

orientação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), não pôde comercializar o produto por um período, substituindo-se por leite licitado.

[...] porque tem produtos que a gente coloca e muitas vezes eles não conseguem entregar na totalidade, principalmente a cooperativa, desde a questão de sazonalidade ou do clima, acaba sobrando saldo de alguns produtos porque a cooperativa, às vezes, não consegue atender a demanda. (Nutricionista)

Em relação ao levantamento dos produtos da agricultura familiar, esse foi realizado para os alimentos de origem vegetal; para tanto, o setor de AE reúne-se com a cooperativa para identificar quais os produtos disponíveis, bem como colocar quais os produtos diferenciados que a AE demandava, avaliando assim a possibilidade de produção. Outrossim, no que tange ao cumprimento do cronograma, normalmente os agricultores conseguem entregar o que foi contratado, porém, caso ocorra algum imprevisto, especialmente de ordem climática, impedindo a entrega de alguma gênero, as merendeiras possuem autonomia para modificar o cardápio, conforme a oferta.

Quando questionado sobre a qualidade dos gêneros alimentícios da agricultura familiar, a resposta foi evidentemente positiva. Neste caso, considerando que os produtos são entregues diretamente nas unidades escolares, são as próprias merendeiras que recebem e avaliam o produto. “Orientação dada às merendeiras é que, se o produto que chegou na unidade não é de boa qualidade, é que ele seja devolvido e não seja assinado então a guia de recebimento.” (Nutricionista).

Começou devagarzinho as coisas, agora sim a aceitação dos alunos é boa, a qualidade das coisas que vem cada vez está melhor e sempre que acontece alguma coisa é fácil de resolver [...] O que vem é muito bom! Eu vejo o macarrão, a cuca, a bolacha... A cuca, as crianças adoram! (Merendeira 2 escola rural)

Olha, vou ser sincera com você, teve uma época que a qualidade “tava” meio precária, foi conversado e foi melhorado. Até essas bolachas caseiras aqui [...] agora, se fosse experimentar, chega se desmanchar de tão macia [...] uma questão de adaptação deles também. (Merendeira 2 escola urbana)

Na ocasião, a maior demanda da alimentação escolar cuja agricultura familiar não conseguia suprir, versava sobre os cereais - arroz e derivados de milho (farinha de fubá e canjica), bem como os grãos, principalmente o feijão. O nutricionista relatou que a COOPAFI já havia entregado para a AE os itens canjica e

fubá, porém não conseguiu se adequar aos padrões de qualidade tanto da agroindústria, como do produto.

Por fim, no que diz respeito à aquisição de alimentos orgânicos, no município de Francisco Beltrão não houve aquisição em nenhum ano, sobretudo pela falta de certificação; entretanto, o nutricionista relatou que

[...] a gente tem alguns produtores que não utilizam, a gente pode dizer que eles são orgânicos “né”, eles não utilizam veneno, mas eles não têm certificação, que inclusive um deles tem barreira, tudo, mas a dificuldade pra conseguir a certificação “né”, desde a questão de custo de amostra de produtos que tem que ter os laudos, então por isso a gente não tem.

Do mesmo modo, o presidente da COOPAFI, o qual é produtor de hortaliças e panificados relatou que a cooperativa tem produtores orgânicos, porém não encaminha o projeto de orgânico para a prefeitura pela falta de certificação e pela dificuldade de logística.

Na verdade é questão de certificação, quando encaminhamos lá o pessoal pediu um laudo, um teste [...] e aí a questão da logística, “né”? Porque quando vai entregar o produto orgânico não pode entregar o convencional junto, “né”? (Presidente da Cooperativa).

Nesse sentido, observa-se que, apesar de não existir a certificação do produto, e consequentemente, não poder acrescer 30% no valor - conforme permite a lei - existe uma relação de confiança e proximidade entre os produtores e a nutricionista, que permite ponderar que o PNAE no município de Francisco Beltrão caracteriza a existência de cadeia curta de abastecimento alimentar.

7.2.2 A inserção dos produtos da agricultura familiar nas escolas

O município de Francisco Beltrão possui 21 escolas urbanas, 7 escolas do campo e 17 CMEI's, os quais totalizam em torno de 8700 escolares beneficiados pelo programa.

Os depoimentos da nutricionista e das merendeiras inferiram que a aceitação dos alunos em relação aos produtos vindos da agricultura familiar era satisfatória.

Melhorou bastante, parece assim que está voltando, uma vez se falava muito de coisas naturais, aí chegou uma época em que os industrializados eram o mais bonito, era aquilo lá que era melhor pras crianças [...] (Merendeira 2 escola rural)

Resistência existe “né”, como toda criança, a gente consegue dar uma dribladinha aqui e ali [...] nós temos contato, porque é a gente mesmo que serve para eles, então conforme a gente “tá” fazendo a gente já conversa com eles, óh! Come experimenta! [...] (Merendeira 1 escola urbana)

No que se refere à Educação Alimentar e Nutricional, relatou-se que pelo grande número de alunos, é possível realizar, concretamente, apenas uma atividade por ano. Todavia, no dia a dia, as merendeiras e os professores procuram incentivar os escolares a ter uma alimentação saudável.

Educação Nutricional é feito pouca quantidade, ano passado foi feito um teatro em todas as escolas colocando justamente os alimentos que eles tinham dificuldade de aceitar “né”, a cenoura, repolho, tomate, justamente pra colocar pra eles a importância de “tá” consumindo esses alimentos, de uma maneira que fosse mais lúdica e divertida para que eles prestassem mais atenção [...] (Nutricionista)

Considerando que as merendeiras são as que efetivamente trabalham com alimentação escolar, sendo responsáveis desde o recebimento do produto até a preparação, são realizadas aproximadamente 4 capacitações anuais, sendo que os temas variam conforme a necessidade constatada pela nutricionista.

Nesse contexto, evidencia-se o trabalho realizado em parceria com a UNIOESTE no que tange ao desenvolvimento de receitas. De acordo com a nutricionista, as merendeiras apresentavam certa resistência à inclusão do peixe na merenda escolar, e para tanto foram capacitadas a preparar diversas receitas saudáveis, que não somente peixe frito; e hoje, a aceitação das merendeiras e dos alunos à carne de peixe é positiva. Igualmente, com a inclusão de plantas medicinais, nesse caso, além de atividade prática para a elaboração dos chás, receberam orientações quanto às propriedades medicinais e indicação das ervas.

[...] a gente sabe que elas têm um pouco de dificuldade e resistência em algumas coisas, mas a gente tenta fazer o melhor pra “tá” levando as receitas e pra elas verem que dá pra fazer, que é possível elas “tá” fazendo na unidade. (Nutricionista)

O que engrandece muito são os cursos [...] aí tu vai aprendendo e você vê que você está fazendo o bem, e vê que tem criança aqui que não come em casa o que come aqui [...] então você vê que pegou gosto pela coisa, está

fazendo certo e está ajudando ainda as crianças. (Merendeira 2 escola rural)

[...] que nem agora as últimas que a gente teve foi dos chás, “né”, vem a hortelã, já vem desidratado, vem a erva-doce, vem a melissa [...] eles tão começando a incorporar isso na alimentação escolar também, é mais saudável, “né”? Então a gente fez o curso, foi bom, eu gostei [...] E os chazinhos são milagrosos “né”? Vem com dor de dente cura, vem com dor de barriga toma o mesmo chazinho cura, cura tudo, “né”? [...] (Merendeira 1 escola urbana)

Em relação à estrutura das escolas (figura 34), tanto da cidade como do campo, para trabalhar com os produtos da agricultura familiar, haja vista que, normalmente, exigem mais instalações - como espaço adequado para armazenamento, pessoal e equipamentos suficientes para manipulação dos alimentos - embora algumas unidades ainda apresentassem limitações, a maioria incluía condições adequadas. Salienta-se que algumas cozinhas já haviam sido reformadas, outras possuíam projeto para adequações, e outras escolas estavam recebendo nova estrutura. Nesse sentido, pode-se inferir que se priorizava proporcionar boas condições de trabalho para as merendeiras.

Figura 35. Cozinha da Escola Municipal Basílio Tiecher (escola do campo)



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Por fim, realidade crítica refere-se às 3 escolas municipais compartilhadas com o Estado, o que, por sua vez, reflete no compartilhamento da alimentação escolar. Todavia, os produtos vindos do Estado não condizem com a qualidade dos produtos municipais, especialmente em relação aos alimentos ultraprocessados, exemplo da carne enlatada e embalada a vácuo, que segundo a nutricionista “não tem a mesma qualidade que a gente presa”.

[...] porque elas fazem junto o lanche, então não tem como “nós dividir, né”? As crianças do município vão ganhar esse alimento, e as crianças do Estado vão ganhar outro alimento, “né”? Então, elas acabam fazendo em conjunto “né”, com o que elas recebem, tanto do Estado quanto do município, tentam fazer um equilíbrio, mas como as cozinheiras não são só do município, têm cozinheiras do Estado e do município, é um lugar que a gente quase não consegue “tá” cuidando mais dessa parte do que é servido. Quando a gente vai tem algum produto que elas nem pedem pro município e acabam utilizando do Estado; as carnes, os enlatados que vem do Estado, “é servido” pros alunos dos municípios também. (Nutricionista)

Há que se evidenciar que o Estado também participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar, e adquire alguns produtos da COOPAFI – exemplo, panificados e alface – todavia, conforme informado pela nutricionista, a quantidade é menor.

7.2.3 A relação entre os atores envolvidos na dinâmica da alimentação escolar e agricultura familiar

No município de Francisco Beltrão, percebeu-se uma atuação conjunta e uma justa distribuição de funções entre o setor de alimentação escolar, cuja responsabilidade primordial é a elaboração do cardápio e visitas nas escolas e CMEI's, para acompanhamento da qualidade dos produtos recebidos e da alimentação servida; o Serviço de Inspeção Municipal, na pessoa do Médico Veterinário, o qual orienta e fiscaliza os produtores de origem animal, a Emater, na assistência técnica aos produtores de origem vegetal, e a COOPAFI, a qual figura-se como ponte entre a alimentação escolar e os produtores familiares.

Assim, vale mencionar alguns relatos:

[...] é dessa forma que a gente entende que um sozinho não faz nada e juntos nós já temos dificuldade, ainda mais para a merenda escolar, que é um projeto muito sério que envolve segurança alimentar, então ele acontece em parceria. (Agente de ATER)

A nossa relação com a administração municipal sempre foi uma relação boa, bem amistosa, vai senta conversa, se precisar brigar a gente briga e se acerta [...] a gente tinha uma boa parceria porque na verdade os programas dão muita burocracia e eles querem se livrar da burocracia, então eles jogaram para nós fazer esse processo. Na verdade nós damos bem “mastigadinho” lá para eles, só leva a nota e eles só pagam a nota. (Presidente da COOPAFI)

Nossa! Meu Deus do céu! Muito boa, é maravilhoso [...] desde a confiança assim uma com a outra, porque a gente se tratava não porque ela é a chefe, a gente se respeita, mas o jeito de tratar a amizade, a convivência é que se fosse nós conversando aqui, não aquele receio. (Merendeira 1 escola rural)

A gente até falou nessa reunião dos pais, porque que estava melhorando, porque que a gente tinha ânimo de fazer as coisas, é porque a prefeitura “tava” dando esse suporte para nós, qualquer coisa a gente liga pras meninas, elas orientam nós muito bem [...] e o bom de tudo de trabalhar [...] é você acordar e dizer: opa! Está na hora de trabalhar [...] Porque? Porque elas dão muita credibilidade para nós dentro da cozinha. (Merendeira 2 escola rural)

Tivemos palestra com os piscicultores, quando foi para incluir o peixe na merenda escolar, agora com os agricultores é mais difícil. Com as meninas, todo o ano tem uma palestra, um seminário, no início do ano às vezes na metade de novo, com elas a gente está um pouco mais em contato [...] (Merendeira 1 escola urbana)

Nessa dinâmica, evidencia-se ainda a participação das Instituições de Ensino Superior existentes no município. A Universidade Paranaense – UNIPAR, pelos cursos de Nutrição e Educação Física, é parceira no Programa Saúde na Escola, onde realizava avaliação antropométrica (peso e altura) de todos os alunos das escolas e CMEI's. Tal parceria é fundamental, pois a Secretaria de Saúde, considerando o número de alunos no município, não conseguia atender a todos os escolares. A Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, através do curso de Tecnologia dos Alimentos, trabalhou com todas as merendeiras o tema Boas Práticas de Manipulação dos Alimentos. E por fim, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, pelo curso de Economia Doméstica, trabalhou o desenvolvimento de novas receitas, especialmente com produtos da agricultura familiar, aos quais as merendeiras apresentavam certa resistência.

No que se refere especificamente a ATER, evidenciou-se que essa é essencial para a execução do programa, principalmente para a diversificação dos produtos da agricultura familiar. Constatou-se a existência de um projeto de capacitação com os agricultores familiares, o qual é realizado de forma participativa, onde os produtores colocam as suas dificuldades e necessidades, e deste modo, visualiza-se de que forma o poder público municipal pode auxiliar. Atualmente, dos aproximados 3 mil agricultores familiares do município, o projeto atende 450, sendo que 24 são fornecedores da alimentação escolar. Todavia, verificou-se que o número de extensionistas era insuficiente para a demanda local, isto pois são cinco técnicos para todo o município.

[...] então nós limitamos os 450, para que a gente possa dar uma resposta mais satisfatória para o produtor e para nós também, você pode medir resultado com esses 450. Se nós falarmos que é suficiente, não, não é

suficiente, nós temos três mil e poucas famílias e é humanamente impossível 5 extensionistas atender. (Agente de Ater)

[...] a assistência técnica hoje no município é bem falha, tem bastantes pontos assim, faltam pessoas, na verdade, as pessoas que fazem são muito boas no que elas fazem, a responsável (nome preservado,) faz um acompanhamento ótimo com os agricultores, só que são poucas pessoas. Normalmente, ela faz sozinha nessas unidades e são muitos agricultores, então é difícil você associar “né”, pedir que eles produzam algum produto diferente justamente porque falta essa parte de assistência técnica. (Nutricionista)

Tem assistência técnica, vamos dizer assim, por amostragem, “né”? Mas assim, não lá na prática, “né”? Mais a questão de cursos, essas coisas assim, mas no dia a dia muito pouco [...] Tem uns que vão lá e pedem, eles até vão lá na propriedade dar uma olhada, mas no geral “tá” pouco [...] Hoje a questão técnica virou muito burocrática. Pra você tocar um projeto hoje, você gasta mais tempo em fazer relatório do que acompanhar o produtor, a gente sabe [...] (Presidente da COOPAFI)

É importante destacar que, no que tange a relação entre a COOPAFI e seus cooperados, diferentemente do município de Pato Branco, observou-se a existência de trabalho coletivo e o espírito cooperativista, o que por sua vez, motiva os agricultores familiares a participarem do PNAE.

[...] se você analisar, se não fosse os produtores, a cooperativa não existe se não tiver produtor. E hoje o produtor para ser associado até paga um pouco caro “né”, mas o pessoal “tá” junto “né” [...] Então, eu acho que a relação é bem boa, porque quem não “tá” contente já saiu [...]

Tal fato decorre, principalmente, de como surgiu a cooperativa. Conforme relato dos agricultores, o projeto de criação da COOPAFI iniciou em 2006, sendo concluído no ano de 2008, justamente pela impossibilidade de comercialização através das associações, o que por sua vez, demandava a criação de uma Cooperativa de Agricultores Familiares do município.

A COOPAFI era COOAFI, que era uma cooperativa de artesanato “né”, de mulheres, e em 2005 e 2006 as associações não conseguiam mais comercializar e a gente foi montar uma cooperativa, como uma necessidade, porque você não consegue comercializar nada [...] aí a gente transformou essa cooperativa de artesanato em cooperativa de produção da agricultura familiar, principalmente pros programas do PAA na época de 2006 e 2007 [...] (Presidente da COOPAFI)

O produtor tinha o produto e não tinha onde entregar, aí foi a ideia de fazer essa Cooperativa, porque não tinha como vender, tem uns que não fazem feira, não vende na rua, então [...] (Secretário da COOPAFI)

Por fim, no que se refere ao CAE, observou-se que o conselho atual, a partir de 2015, concretiza um trabalho efetivo na execução da política, especialmente em

relação à agricultura familiar, pois realizam visitas nas propriedades, nas agroindústrias, nas escolas, bem como possuem um diálogo aberto com os demais envolvidos. Todavia, o conselho anterior, até 2014, considerando o número insuficiente de conselheiros, não tinha condições de realizar atividades concretas, restringia-se às questões administrativas e burocráticas. “Nós fizemos parte do CAE, uma vez por mês estamos reunidos. O CAE é bem ativo, é uma reunião por mês e uma visita por mês ou nos produtores ou nas entidades, bem atuante.” (Presidente da COOPAFI).

7.2.4 A visão dos atores sobre a importância da lei 11.947/2009 para a agricultura familiar e para alimentação escolar

Quando questionado aos entrevistados sobre a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar para a alimentação escolar e para a agricultura familiar, constataram-se distintas opiniões entre eles. Assim, para as merendeiras e para o médico veterinário do SIM, o programa é fundamental para melhorar a qualidade da alimentação escolar, especialmente pela oferta de alimentos frescos e diversificados.

Ela é bastante válida, porque assim os alunos têm um acesso aos produtos mais recentes, mais frescos, sem conservantes, não é um produto industrializado numa escala comercial, onde às vezes, ele é suprido de alguns nutrientes adicionado muita coisa química [...] Tanto na nossa parte de origem animal, como nas questões de vegetais, panificação e frutas também, porque com essa maneira eles conseguem ser atendidos com uma variedade bem maior [...] então, a diversificação dos produtos aumentou, e podemos dizer que a qualidade na questão nutricional aumentou bastante, porque os produtos estão indo sem conservantes, são produtos mais naturais, recém produzidos [...] e mais característicos com o paladar da região [...] (Médico Veterinário do SIM)

É bom, as coisas vem mais natural, não tem produto químico. (Merendeira 1 escola rural)

A gente fala tanto de doenças isso e aquilo, e não para pra pensar que conservante, o sódio, tudo quando é demais, faz mal, e essas coisas vêm mais controlada, eu acredito, um pouco mais natural, e é bom! [...] (Merendeira 2 escola rural)

Eu acho assim, que tem criança que nem conhecia salada, vou ser bem sincera [...] então, acho que é isso, mais é pra vida das crianças, têm as frutas que “veio”. (Merendeira 1 escola urbana)

[...] às vezes eles fazem licitação num supermercado e o que vem, vem com uma aparência que você não consegue fazer uma coisa tão saborosa, e da agricultura familiar é mais fresquinhos, e do supermercado não é assim, é algo que ‘tá’ lá (Merendeiras 2 escola urbana)

Todavia, para a agente de ATER, o Programa Nacional de Alimentação Escolar é importante, especialmente, para a agricultura familiar, pela possibilidade de inserir o produtor familiar no mercado, de melhorar a sua renda e sua qualidade de vida no campo.

[...] nós temos produtores que, se não fosse a merenda escolar, ele teria dificuldade de entrega, talvez nem estariam produzindo, nós temos produtores que entregam uma quantidade grande, temos outros que entregam uma quantidade menor, mas está tendo a oportunidade de entregar, esse programa veio especificamente para agricultura familiar, e a agricultura familiar que tem que entregar esses produtos, é ela que tem condições de entregar dessa forma [...] (Agente de ATER)

De modo consoante, observou-se que, para a COOPAFI os programas institucionais são imprescindíveis, o relato do presidente da cooperativa evidenciou que o faturamento da COOPAFI é somente dos programas institucionais, sendo 50% do faturamento anual do PNAE municipal, e 50% do PNAE estadual. Enfatiza ainda, que se os programas institucionais forem interrompidos, a COOPAFI para de funcionar. Para o presidente da COOPAFI, a instabilidade do PNAE é preocupante, uma vez que, por se tratar de uma lei, na sua visão, a mesma pode ser modificada. Todavia, vale frisar que em razão de o PNAE tratar-se de um direito constitucional previsto na legislação brasileira, a interrupção do programa está condicionada a trâmites legais de ordem imperativa.

Ademais, é fundamental frisar que, no município de Francisco Beltrão, o PNAE é a única renda para alguns agricultores familiares, os quais, antes de comercializar para o programa, estavam marginalizados no campo - pela distância da cidade, pela falta de estrutura, pela impossibilidade de logística - e com o apoio da cooperativa foram inseridos no mercado, tal como relatos a seguir:

[...] ele tem um produto lá, ele planta e não sabe onde vai vender [...] ele não tem carro pra trazer, mas tem quem vai lá buscar, “né”? (Secretário da COOPAFI)

[...] alguns acertos a gente faz, porque também não tem estrutura pra pegar bastante, mas, por exemplo, eu tenho um produtor que vou todo domingo de tarde buscar [...] era um produtor que “tava” lá meio abandonado, tem um potencial grande de produção, mas “tava” lá, como ia trazer 40 km da cidade. (Presidente da COOPAFI)

Eu acho que é uma coisa boa, porque tudo que tem lá dá pra vender, não perde nada. E é mais fácil que andar na rua, vender tudo reunido. (Produtor 3 – hortifrúti)

Nesse prisma, ao questionar aos produtores quanto o PNAE representava na renda familiar anual constatou-se que para os produtores de hortifrúti o PNAE representa 30%, 30% e 60%, ao passo que a produtora de panificados não soube responder. Entretanto, vale citar que para o produtor individual (produtor de carne), apesar de o PNAE garantir uma renda fixa, esse não é o principal motivo pelo qual comercializa para o programa, conforme relato.

Eu não posso dizer só o valor, tem vezes que não compensaria pelo valor, como a gente tem um comércio fora a esse, no caso, mas eu acredito como a gente tem a produção mais focada nos produtos embutidos, muitas vezes sobraria carne porque a demanda é menor que a quantia de carne que tem [...] já une o útil ao agradável. (Produtor individual - Carne)

No que diz respeito à visão do nutricionista sobre a importância da Lei da Alimentação Escolar, verificou-se, sobretudo, a possibilidade de oferecer aos escolares produtos voltados aos hábitos e cultura local, bem como a oportunidade de estar próximo do produtor, e deste modo, conhecer a origem dos produtos adquiridos.

Eu acredito que a importância foi realmente de “tá” conseguindo comprar alimentos produzidos na região, “né”? Com maior facilidade de entrega, como é dentro do município, “né”? [...] as pessoas ligadas no processo normalmente conhecem a pessoa que produz lá na comunidade, e isso traz uma maior interação da comunidade com a questão de alimentação escolar, e facilita também pela questão de ser do município, de não ficar vindo de município de fora e auxilia na renda das famílias, e gente “tá” conseguindo visualizar mais próximo “né”, por exemplo, conhecer onde esse produto está sendo produzido na agroindústria, ter o contato com agricultores que produzem, porque muitas vezes quando vem de uma empresa de uma fábrica, a gente não consegue fazer essa visualização. (Nutricionista)

Por fim, considerando o depoimento do Secretário de Educação, observou-se que a gestão pública municipal reconhece a importância da agricultura familiar e, de fato, assume a responsabilidade de apoiar e incentivar a execução do PNAE.

Se nós somos de uma região de agricultura familiar, eu não vejo muita lógica, a gente como setor público, não dar o apoio disso. E a gente sabe que a agricultura familiar já está bem organizada, ainda talvez não o suficiente pra atender todas as demandas, enfim, mas eu acho que se a gente não valorizar aquilo que está organizado e até para que eles se organizem melhor ainda, nada melhor que nós dar todo esse apoio [...] (Secretário de Educação)

Nesse aspecto, vale citar que a prefeitura municipal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural, repassa à COOPAFI um montante mensal de aproximadamente R\$ 4.000,00, o qual, segundo o presidente de cooperativa, é essencial para manter os custos da cooperativa.

Em síntese, considerando o ponto de vista de todos os atores entrevistados, o PNAE no município de Francisco Bentrão assume significância multidimensional, o qual perpassa pela dimensão social e econômica, ao ser fonte de renda e inclusão aos agricultores familiares; pela dimensão ambiental, quando se propõe pela agente de ATER e pelos próprios a ideia de produção “mais limpa” e diversificada; pela dimensão política, ponderando as ações concretas realizadas pela gestão pública; bem como se relaciona com a dimensão cultural, ao se inferir que através do PNAE é possível valorizar os hábitos alimentares e a cultura local.

7.2.5 Compreensão dos atores acerca de alimento saudável e desenvolvimento sustentável

A compreensão que atores - agentes ativos na execução do programa – têm sobre os principais objetivos do PNAE é fator relevante para avaliar a concretização do desenvolvimento sustentável e da alimentação saudável, pois são eles que, na prática diária, implementam a política pública.

Deste modo, no que se refere ao conceito de alimentação saudável, explanam-se os seguintes relatos:

Ela é tudo, ela se relaciona diretamente com a saúde do produtor, do consumidor, com todas as pessoas envolvidas, alimentação saudável, é a vida na mesa. (Agente de ATER)

Saudável, bem preparado, bem apresentável, higiênico, eu acho que é mais isso [...] é que nem dizem “né”, às vezes os olhos enganam “né”, às vezes você olha acha que é tudo aquilo e o sabor não tem [...] apresentável, comestível [...] (Merendeira 1 escola urbana)

Qualidade, higiene sanitária, no caso das carnes que não têm a gordura, porque a gente sabe dos malefícios, a diversidade dos alimentos. (Produtor individual - carne)

Produto de qualidade, sem agrotóxico. (Produtor 3 – Hortifrúti)

Bem caprichado, bem higiênico, tipo na panificação, principalmente, que é mais ainda, tem que ter consciência “né”, que é pra bastantes pessoas que você está produzindo, então cada vez caprichar mais, “né”? (Produtor 4 – panificados)

De modo geral, pode-se perceber que, para estes atores, a alimentação saudável está relacionada à diversidade de alimentos, qualidade na produção, aos cuidados na manipulação e ao sabor.

Todavia, quando questionado ao gestor público sobre o conceito de alimentação saudável, este não soube responder, e nesse caso enfatizou a necessidade de ter profissionais capacitados para trabalhar com a temática.

A alimentação saudável é um negócio, tem que trabalhar em cima disso, porque algumas coisas - eu como leigo - posso até não entender, mas aí eu acho que a gente tem que ter as pessoas que entendem disso e que nos mostre aquilo que seria importante fazer. E claro que a gente sabe que o problema da obesidade, enfim, várias doenças podem ser evitadas com uma boa alimentação, isso eu tenho muita clareza, todo ser humano normal tem que ter, nada melhor do que na escola, eu acho que se a gente conseguir fazer isso (Secretário de Educação)

Outrossim, o nutricionista não demonstrou clareza quanto a sua concepção de alimentação saudável, enfatizando apenas a ideia de diversidade e quantidade de alimentos suficientes aos escolares.

Tem priorizado no momento da compra, então, de frutas, de hortaliças [...] frutas diferenciadas que no começo nos tínhamos somente lícitado banana, maçã e mamão, a gente tentou inserir alguns itens, na época da pokan, laranja, melancia [...] que vêm da agricultura familiar [...] não deixar nenhuma das escolas sem saladas, sem vegetais [...] e na hora do cálculo do cardápio “né”, principalmente, nas escolas e nas creches, é nunca deixar faltar o básico, arroz, feijão, complemento, a carne e dois tipos de saladas [...] (Nutricionista)

No que diz respeito à compreensão de desenvolvimento sustentável menciona-se os seguintes depoimentos:

Na verdade, um dos objetivos desse programa é fortalecer o pequeno agricultor, então se a gente conseguir, através desse desenvolvimento dele comprando e consumindo os produtos dele, onde ele tem um mercado garantido com isso, ele consiga sua agroindústria, sua produção e, conseqüentemente, a qualidade de vida dele e da família, e melhorias na propriedade; nós aí estamos vendo bem válido esse programa que está sendo feito com esses pequenos agricultores [...] (Médico Veterinário – SIM)

O desenvolvimento sustentável é utilizar os recursos naturais sabendo que eles são finitos [...] então eu acho que essa forma autossustentável, ela combina bem com esse tipo de programa, como é uma produção menor, o produtor consegue ter menos dependência de fora e pensa na propriedade como um todo de um ciclo dela mesmo, de energia, produção de adubo, de produção de combate a pragas. (Agente de ATER)

Na questão do sustentável e também da inclusão “né”, porque nós temos alguns produtores que estavam excluídos assim do processo, eles não têm condições de vir vender na cidade, aí o que acontece, eles ficam excluídos, e aí é sustentável porque o pessoal vai ficar lá na roça, vai trabalhar um pouco mais [...] Por exemplo, esse que eu falei que vou buscar, eu disse pra ele: tu planta pra quatro mil quilos de batata, eu já trouxe seis mil e ele “tá” na metade da lavoura [...] era um plantador de fumo, “tava” lá e hoje ele não vai mais plantar fumo [...] (Presidente da COOPAFI)

Tais relatos enfatizam, substancialmente, a dimensão social da sustentabilidade, a qual, no caso de Francisco Beltrão, se concretiza pela inclusão de produtores familiares no mercado.

Ademais, enfatiza-se a concepção relatada pelos agricultores familiares da COOPAFI, os quais relacionaram o desenvolvimento sustentável à “sustentabilidade das propriedades”, ou seja, a possibilidade de utilizar o que possuem em sua propriedade para a produção, todavia, esse é um forte entrave.

[...] se eu tenho ovos e leite na propriedade pra fazer as bolachas, eu não posso usar o leite que eu tenho lá, tenho que pegar no mercado das caixinhas, por causa da inspeção; tipo assim, eu tenho galinhas, tenho os ovos, a gente “tá” coletando todo dia, tem ovos fresquinhos, aqui no mercado já peguei ovos pobres várias vezes. Elas foram lá em casa, me proibiram de usar nada, o que eu tenho lá eu não posso usar. (Produtor 4 – panificadores)

E aí a sustentabilidade das nossas propriedades fica aonde? (Presidente da COOPAFI)

Por fim, evidencia-se que o nutricionista não teve uma resposta objetiva, porém, em meio a sua fala enfatizou a dificuldade de aquisição de orgânicos no município, o que se pressupõe é que, para este ator, a concretização do desenvolvimento sustentável, no âmbito do PNAE, ocorre a partir da compra de alimentos orgânicos.

7.2.6 Fatores positivos e negativos na execução do PNAE no município de Francisco Beltrão

Os fatores positivos para o desempenho do PNAE no município de Francisco Beltrão (quadro 3) são, especialmente, a diversidade de agroindústrias locais - sobretudo a oferta de produtos de origem animal, a distribuição de funções entre os envolvidos - setor de alimentação Escolar, Secretarias de Agricultura, Educação e Saúde, SIM, Emater, cooperativas, agricultores familiares, merendeiras - o diálogo assíduo, a troca de informações sobre a produção local, a parceria com as

Instituições de Ensino Superior do município, bem como, segundo relato do nutricionista, “a parceria com a cooperativa e com a Secretaria de Agricultura que são nossos maiores parceiros.” (Nutricionista).

Eu acho que o comprometimento dessas entidades, em que a gente senta junto, a gente programa junto, a importância que tem, o ponto maior é as entidades trabalhando junto com o único objetivo: desenvolver as famílias rurais, e trazer um alimento mais limpo para os consumidores [...] (Agente de ATER)

Outrossim, evidencia-se o consistente incentivo do poder público municipal à execução do programa e à valorização da agricultura familiar, o qual foi enfatizado em todos os depoimentos.

[...] eu acho importante, ao mesmo tempo, você estar estimulando o trabalho e a melhora dos teus munícipes e nós sendo setor público, nada melhor do que a própria prefeitura fazer esse trabalho [...] (Secretário de Educação)

Primeira coisa é a boa vontade “né” de quem “tá” na linha de frente hoje, porque se você for conversar até com o próprio prefeito, ele é muito fã dessa questão da agricultura familiar. Aí o pessoal das secretarias “né”, conseguem passar até a mensagem pras cozinheiras que isso é bom. Esse é um dos pontos fortes. E claro, os agricultores desafiados a produzir e vender. (Presidente da COOPAFI)

Além disso, fator positivo para a implementação do programa, diferentemente do município de Pato Branco, refere-se à organização e gestão da cooperativa municipal, visto que a COOPAFI é responsável pela construção do projeto de venda, pela organização dos seus produtores, bem como pela logística dos produtos, que, contraditoriamente, caracteriza uma das limitações do programa no município de Francisco de Beltrão.

Outras limitações observadas (quadro 3) referem-se à necessidade de maior diversificação nos produtos de origem vegetal - que por sua vez, requerem maior assistência técnica - falta de mão de obra, resistência de alguns produtores para realizações de melhorias e mudanças nas propriedades, e no modo de produção, e adversidades climáticas.

Algumas resistências com alguns produtores, que são acostumados a produzir daquela forma, para ele entender o programa. Tem que se planejar diferente, ele tem que fazer desde uma escala semanal. Para a pessoa que produziu sempre de uma forma, alguns tem um pouco mais de resistência, e isso é natural do ser humano, não é defeito deles. E outras questões são

desafios que aparecem no dia a dia, falta de mão-de-obra, a questão logística da entrega, que ainda tem que se pensar de uma forma diferente de como se esta acontecendo, hoje sobrecarrega algumas pessoas, as entidades, produtor (Agente de ATER)

[...] a gente cobra um controle de qualidade, então muitas vezes nós somos aqueles chatos que só vamos lá pra pedir melhorias [...] só que é que a gente diz, nós estamos mexendo com alimento que vai ser fornecido para pessoas, então muitas vezes nós temos que ver não tanto o lado econômico, e ver o lado qualidade [...] (Médico Veterinário)

Nós temos ainda alguns gargalos na produção porque nós temos nossas indústrias de repolho, alface, tudo a céu aberto. Que nem esses dias, dia de chuva, nós tivemos muita dificuldade depois [...] Aí, por exemplo, ficamos duas semanas sem entregar alface, porque não tinha [...] aí não entregamos, nós não recebemos. (Presidente da COOPAFI)

Quadro 3. Matriz FOFA da implementação do PNAE no município de Francisco Beltrão

FATORES INTERNOS	FORTALEZAS (potencializadas, usadas e maximizadas)	FRAQUEZAS (eliminadas ou compensadas)
	- Diversidade de produção agroindustrial local; - Existência de agroindústrias de origem animal, com Registro de Inspeção Municipal (SIM); - Facilidade de diálogo entre os atores envolvidos; - Incentivo do poder público municipal está consolidado; - Cooperativa organizada e bem gerenciada; - Agricultores familiares motivados e cooperativismo firmado; - CAE participativo; - ATER realizada com foco no atendimento das demandas dos produtores.	- Logística dos produtos não favorável aos agricultores familiares; - Instabilidade na diversidade de produtos de origem vegetal; - Falta de técnicos de ATER que atuem diretamente na propriedade; - Resistência dos produtores para melhorias nas propriedades; - Falta de produtos orgânicos certificados.
FATORES EXTERNOS	OPORTUNIDADES (aproveitadas)	AMEAÇAS (evitadas ou seus efeitos devem ser minimizados)
	- Verba transferida pelo FNDE; - Realização de parcerias com Instituições de Ensino Superior local; - Aceitação dos escolares.	- Produção afetada por condições climáticas adversas; - Escolas municipais compartilhadas com o Estado.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Por fim, no que diz respeito às estratégias planejadas para melhorar ou superar as principais dificuldades - diversidade de produção e logística - salientou-se

que o fundamental é possibilitar novas tecnologias aos agricultores - para que possam aumentar a produção sem despendar tanta mão de obra - buscar gêneros alimentícios que se adaptem à região, fortalecer o projeto de produção agroecológica realizado pela ATER, e por fim, disponibilizar aos agricultores familiares um veículo adequado para a coleta e entrega dos alimentos.

Assim sendo, considerando a realização do programa nos municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão, cuja implementação mostrou-se, em alguns aspectos, evidentemente distintas, sobretudo no que se refere ao envolvimento da agricultura familiar, sugere-se, conforme Triches e Schneider (2010), que embora os municípios cumpram as mesmas legislações, os locais ajustam a estrutura existente, demonstrando que os atores sociais e o local são capazes de criar mecanismos que modificam e intervêm no que já está pré-estabelecido, tais como as legislações e os mercados.

Nesse sentido, parte-se do princípio de que um mercado não é idealizado e planejado a priori, mas construído de forma fragmentada, contingente, combinada, e que as iniciativas locais são precursoras e, conjuntamente, com as posturas do Estado, potencializadoras das mudanças. (TRICHES; SCHNEIDER, 2010, p. 3).

Ou seja, compreende-se que a dinâmica entre a alimentação escolar e a agricultura familiar depende da atuação de cada setor e ator envolvido, tal como demonstrou o município de Francisco Beltrão, que até o ano de 2012 atingia somente os 30% de aquisição, porém, a partir de iniciativas locais, especialmente, a procura por diversidade de produtos e o apoio à agricultura familiar conseguiu elevar potencialmente o percentual de compra.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, após a homologação de Lei 11.947/2009, configurou-se como uma importante política pública de Segurança Alimentar e Nutricional e desenvolvimento local, haja vista que visa proporcionar aos escolares - regularmente - alimentação saudável, de qualidade, voltada aos hábitos alimentares e priorizando a participação da agricultura familiar.

Nesse contexto, é possível considerar o PNAE como uma política pública de alimentação escolar a qual contribui para a sustentabilidade, pois exprime - concomitantemente - o cuidado com a geração atual e futura; beneficiando tanto os escolares, como a agricultura familiar, que por sua vez usufrui de um canal curto de comercialização e incremento de renda garantido; culminando na inclusão social dos AFs, os quais tornam-se agentes ativos do desenvolvimento individual e coletivo, sendo estimulados a produzir alimentos.

Todavia, embora passados 4 anos da homologação da lei - até o momento da coleta de dados - observou-se que no Sudoeste do Paraná, no ano de 2013, parcela significativa dos municípios não atingiram o percentual mínimo de 30% de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Deste modo, pode-se ponderar que, apesar da magnitude da política, a sua operacionalização não é efetiva, ou seja, os objetivos primordiais do PNAE, a Segurança Alimentar e Nutricional - através do fornecimento de alimentos diversificados, de qualidade, voltados aos hábitos alimentares locais - e o desenvolvimento sustentável, podem estar comprometidos.

Com efeito, infere-se que a participação dos agricultores familiares no programa - mesmo nos municípios em que a aquisição foi igual ou superior aos 30% - demonstrou-se limitada, considerando que, em relação ao número total de produtores por município, o percentual médio de agricultores familiares que efetivamente comercializaram para o PNAE em 2013 foi inferior a 3%.

Desse modo, presume-se que os municípios, através de uma maior inclusão de agricultores, têm potencial para atingir além dos 30% exigidos na lei, e assim sanar a dificuldade mais acentuada: a pouca diversidade e quantidade de produtos para a demanda. Todavia, é preciso identificar, minuciosamente, quais os fatores que impossibilitam a inserção de um maior número de agricultores familiares no programa.

Outrossim, tendo em vista as fragilidades diagnosticadas, evidencia-se a necessidade de promover uma execução conjunta da política, ponderando que nos municípios onde houve maior participação de distintos setores, o percentual de aquisição foi relativamente superior.

Em suma, pode-se presumir que, no Sudoeste do Paraná, a execução do PNAE como política de alimentação escolar sustentável, não está sendo concretizada, pois grande parte dos municípios não atingiu o percentual mínimo de compra da agricultura familiar, o número de agricultores familiares inclusos por município é baixo, alimentos diversificados orgânicos e/ou agroecológicos certificados não estão sendo adquiridos, e a participação de diferentes setores, especialmente da agricultura familiar e da ATER, é pouca.

No que diz respeito ao desempenho da política e compreensão dos fatores positivos e negativos nos municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão, pode-se perceber que a descentralização de funções, diálogo constante entre os setores e atores envolvidos, incentivo do poder público municipal, protagonismo da agricultura familiar, cooperativismo firmado, diversidade de produção local - especialmente agroindustrial – articulação dos AFs com o poder público, parceria com instituições e organizações locais, são fatores que fortalecem e favorecem o desempenho do PNAE, sobretudo a aquisição de produtos da agricultura familiar, uma vez que esses fatores foram evidentes no município de Francisco Beltrão, cuja aquisição em 2013 atingiu 76%.

Em contrapartida, os fatores que possivelmente limitam a aquisição de produtos da agricultura familiar para o PNAE, no caso do município de Pato Branco, versam - especialmente - sobre a falta de organização e gestão eficiente da cooperativa local, a baixa inclusão e envolvimento de agricultores no programa, a inércia dos gestores na busca ativa e incentivo à participação dos agricultores familiares no programa, a pouca diversidade de produtos, a falta de agroindustrialização, bem como a sobrecarga de funções e atribuições para alguns profissionais, como é o caso da ATER.

Assim, em relação a pouca inclusão e envolvimento de agricultores familiares, sugere-se que se aproveite o ambiente favorável para o diálogo, e se estabeleça estratégias conjuntas para motivar os agricultores locais a participar do programa, bem como mostrar-lhes os benefícios de se trabalhar como cooperativa. Para tanto, é necessário que as ações sejam estabelecidas de modo participativo, e que os

produtores sejam visualizados de forma integralizada, buscando identificar suas limitações e expectativas.

No que tange à compreensão dos atores sobre alimentação saudável, pode-se observar que, de modo geral, a maioria considera aspectos inerentes ao termo: a diversidade de alimentos, a qualidade higiênico sanitária, e o consumo de alimentos frescos ou *in natura*, em detrimento, muitas vezes, dos fatores relativos à qualidade nutricional e biológica, ao modo de produção, bem como à atenção aos hábitos alimentares e cultura local.

Em relação ao termo desenvolvimento sustentável, observou-se que, entre os nutricionistas RT da alimentação escolar no Sudoeste do Paraná, a concepção mais citada foi o conceito internacionalizado pela ONU em 1987, o que sugere a necessidade de internalizar a discussão no cotidiano dos atores locais. Todavia, considerando os demais atores, nos municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão, verificou-se uma pluralidade de concepções, as quais se expressam conforme a prática habitual de cada indivíduo; porém, os elementos mais evidentes foram a permanência do agricultor familiar no campo e a inclusão deste no mercado, o que, por sua vez, exprime o caráter social do desenvolvimento sustentável.

Não obstante, vale citar que, apesar de fundamental para a concretização do desenvolvimento sustentável e da Segurança Alimentar e Nutricional, o modo de produção de alimentos, especialmente a agroecologia, foi pouco evidenciado. Destarte, tendo em vista a amplitude dos temas, não é possível classificar - como certa ou errada - as concepções que os atores possuem sobre alimentação saudável e desenvolvimento sustentável, pode avançar muito mais.

Por fim, conclui-se que o desempenho efetivo do PNAE contribui para a construção de práticas sustentáveis desde a produção até a utilização dos gêneros alimentícios da agricultura familiar na alimentação escolar. Porém, trata-se de uma política consideravelmente recente, a qual necessita ser consolidada, aprimorada e ampliada.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Integrar sociedade e natureza na luta contra a fome no século XXI. **Caderno de Saúde Pública**, v. 24, n. 11, p. 2704-2709, 2008.

ABREU, Kate Dayana Rodrigues. **A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios de pequeno porte**: implicações práticas e teóricas. 2014. 183f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos**. Relatório complementar relativo à segunda etapa das análises de amostras coletadas em 2012. Brasília: ANVISA, 2014.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Tecnologias Alternativas, Rio de Janeiro: FASE. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 1989. 237 p.

Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (ABESO). **Notícias**: Quase 60% dos brasileiros estão acima do peso, revela IBGE. Disponível em: <<http://www.abeso.org.br/noticia/quase-60-dos-brasileiros-estao-acima-do-peso-revela-pesquisa-do-ibge>> Acesso em: 22 ago. 2015.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **O IDHM**. 2015. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/> Acesso em 16 nov. 2015.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Consulta. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>> Acesso em: 13 nov. 2015.

BACCARIN, José Giacomo et al. Agricultura Familiar e Alimentação Escolar sob a Vigência da Lei 11.947/2009: Adequação das Chamadas Públicas e Disponibilidade de Produtos no Estado de São Paulo em 2011. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Administração Economia e Sociologia Rural, 50, 2012, Vitória. **Anais...** Vitória: SOBER, 2012.

BACCARIN, José Giacomo et al. Alimentação Escolar e agricultura familiar: alcance e dificuldades para implantação do Artigo 14 da Lei 11.947/2009 no Estado de São Paulo. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, 49, 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: SOBER, 2011.

BANCO MUNDIAL. **Population, total**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>> Acesso em: 15 jan. 2016.

BARROS, Maria Sylvia Carvalho; TARTAGLIA, José Carlos. A política de alimentação e nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas, Alimentos e Nutrição Araraquara, v. 14, n. 1, 2009, p. 109-121.

BELIK, Walter.; CHAIM, Nuria Abrahão. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. *Revista de Nutrição*, v. 22, n. 5, 2009, p. 595-607.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão. A gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar e o desenvolvimento local. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, 44, 2006, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Recife: SOBER, 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/240.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2014.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 119-129, 2001.

BLAZZO, Pedro Paulo. Campo e Rural, Cidade e Urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa, 4º, 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ENGRUP, 2008. p. 132-150. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/blazzo_p_p.pdf>. Acesso em: 24 de Mai. 2014

BLEIL, Susana Inez. O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. **Cadernos de Debate**, v. 6, n. 1, p. 1-25, 1998.

BOFF, L. Sustentabilidade: O que é – O que não é. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 200.

BRASIL. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**: de acordo com a Resolução nº 44/228 da Assembleia Geral da ONU, de 22-12-89, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas ao meio ambiente e desenvolvimento: a Agenda 21. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995.

BRASIL. **Desperdício**: o vilão de todos nós. Ideias na mesa, 1 ed., 2013.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNAE, Histórico**. 2015b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>> Acesso em: 30 mar. 2015.

BRASIL. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Dados Estatísticos**. 2015c. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/alimentacao-escolar-dados-estatisticos>> Acesso em: 10 set. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 set. 2006b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm> Acesso em: 21 de set. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. In: **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de junho de 2009.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.979 de 2 de junho de 2000. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. In: **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 de junho de 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 15 de 16 de junho de 2003. Estabelecer critérios para o repasse de recursos financeiros, à conta do PNAE, previstos na Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001. In: **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 de junho de 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 de jun. 2013.

BRASIL. Portal Brasil. Economia e Emprego. **Agronegócio exportou US\$ 5,64 bilhões em janeiro**. 2015a. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/02/agronegocio-exportou-us-5-64-bilhoes-em-janeiro>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de Agosto de 2001. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências. In: **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de agosto de 2001.

BUAINAIN, Antonio Marcio. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**: questões para debate. Brasília: IICA, 1 ed, 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, jul/set 2002. p. 70-85

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde. In: CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. (Org). **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro / São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular, 2015.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome**, Casa do Estudante do Brasil, 1952.

CHAVES, Lorena Gonçalves; BRITO, Rafaela Ribeiro. **Políticas de Alimentação Escolar**. Brasília: Centro de Educação à Distância – CEAD, Universidade de Brasília, 2006, 88 p.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2ª ed. Tradução de Our common future. 1. ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>> Acesso em: 24 ago. 2013.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: CONSEA, 2004. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/2a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/documento-de-referencia>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **I Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 1005. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/1a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>> Acesso em 13 out. 2015.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Documento de Referência. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/documentos-da-5deg-conferencia/versao-online.pdf>> Acesso em: 30 jun. 015.

COSTABEBER, Jose Antônio; CAPORAL, Francisco Roberto. “Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável”. In: Vela, Hugo. (Org.): **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

DE’CARLI, Caetano. O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 100, p. 105-130.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). **O papel dos bancos de alimentos na redução do desperdício de alimentos**. Set, 2007.

Food And Agriculture Organization of the United Nations (FAO). **Food wastage footprint Impacts on natural resources**. 2013.

Food And Agriculture Organization of the United Nations (FAO). **O Brasil sai do mapa da Fome pelo fruto de uma decisão política**. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/Bsmfpfdp.asp>> Acesso em: 10 ago. 2015.

Food And Agriculture Organization of the United Nations (FAO). **Seguridad alimentaria**. Informe de Políticas, n. 2, 2006. Disponível em: ftp://ftp.fao.org/es/esa/policybriefs/pb_02_es.pdf Acesso em 20 out. 2015.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições. **Caderno de Saúde Pública**, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008.

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. Disponível em: http://www.faser.org.br/publicacao.php?id_public=2 Acesso em: 10 jul. 2013.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: Direito ao futuro. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Dados da agricultura familiar. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar> Acesso em: 11 setembro de 2015.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Aluno por ação do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2013. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do> Acesso em: 16 set. 2015.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas S.A. 6 ed. 2008.

GLIESSMANN, Stephen Richard. **Agroecologia Processos Ecológicos em Agricultura sustentável**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GOODE, William Josiah; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1972. 488 p.

GREGOLIN, Graciela Caroline et. al. Lei 11.947/2009: a interação da alimentação escolar e a agricultura familiar no Território Sudoeste do Paraná. In: Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas – CONAPE, II., 2013, Francisco Beltrão.

GREGOLIN, Marcos Roberto Pires et al. A contribuição do projeto “Gestores de Cadeias Produtivas Rurais” no Programa De Desenvolvimento Regional Sustentável-DRS do Banco do Brasil: um estudo de caso no município de Catanduvas, Território Cantuquiriguaçu-PR. **Revista Conexão UEPG**, v. 10, n. 2, p. 238-251, 2014.

GREGOLIN, Marcos Roberto Pires et al. Os desafios da execução da Lei 11.497/09 nos municípios do Território Centro Sul do Paraná entre os anos 2010 a 2013. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia: Diversidade e Soberania na Construção do Bem Viver, IX, 2015, Belém.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A produção “invisível” na agricultura familiar. Autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 31, p. 65-79, 2010.

GUILHOTO, Joaquim J.M. et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus Estados. In: Encontro Nacional de Economia, 35, 2007, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: ANPEC, 2007. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>> Acesso em: 05 mai. 2015.

GUILHOTO, Joaquim JM et al. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus Estados**. Brasília: NEAD, 2007.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: THOMPSON, Kenneth (Org.). **Media and Cultural Regulation**. 1 ed. Inglaterra: SAGE Publications Ltd., 1997. Tradução Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. Publicado em *Educação & Realidade* com a autorização do autor.

HOFFMANN, Rodolfo. A insegurança alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate – UNICAMP**, v. 2, p. 1-11, 1994.

Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=9&uf=00>>. Acesso em: 26 de Out. 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2014/default_xls.shtm> Acesso em: 20 mar. de 201.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil: 1992-1997**. 2001. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/estudosepesquisas/n07_Mapa%20do%20Mercado%20de%20Trabalho%20no%20Brasil_1992_1997.pdf>. Acesso em: 27 de Out. 2014

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: Aquisição alimentar domiciliar per capita Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar**: PNAD 2013. Rio de Janeiro: IBGE, DPE, COREN, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000020112412112014243818986695.pdf>> Acesso em: 23 jul. 2015.

Instituto Cidadania. **Projeto Fome Zero**: Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil. Disponível em: <http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/011017/doc_sintese.pdf> Acesso em: 14 ago. 2015.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IPARDES). **Relação dos municípios segundo as regiões geográficas do Paraná**. 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_regiao_geografica_parana.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2014.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IPARDES). **Regionalizações**. 2015. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/imp.php?page=locinfpop>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Painel de Assentamentos**. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> Acesso em: 16 nov. 2015.

KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural**: uma visão interdisciplinar. Conceitos, ferramentas e vivência. Salvador: GTZ, 2007.

LEFF, Henrique. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010. 293 p.

LEVY-COSTA, Renata Bertazzi et al. Disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil: distribuição e evolução (1974-2003). **Rev Saúde Pública**, v. 39, n. 4, p. 530-40, 2005.

LEROY, Jean-Pierre. Modelos de desenvolvimento em questão. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. A luta pela terra. São Paulo: Paulus, 1997.

LONG, N. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el ator. Mexico: Colsan/Ciesas, 2007. 504 p.

LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=110>. Acesso em: 24 de Mai. 2014.

MALUF, Renato; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana Bleil. Caderno "Segurança Alimentar". **Fórum social mundial**, v. 1, 2001. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0q934vgwlj72d2.pdf> Acesso em: 20 mai. 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARSDEN, Terry; BANKS, Jo; BRISTOW, Gillian. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, n. 19 p. 95-112 jul./dez., 2002

MARTÍN, José Carpio. Desarrollo local en los espacios rurales. **Polis: Revista Latinoamericana**, n. 2, p. 1-12, 2002.

MARTÍN, José Carpio. Los retos por una sociedad a escala humana: el desarrollo local. In: SOUZA, M. A. **Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: CEDESP, 1999. p. 169-177.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, p. 51-59, 2002.

MELO, Maria Edna. **Os números da obesidade no Brasil: VIGITEL 2009 e POF 2008-2009**. 2012. Disponível em: <
<http://www.abeso.org.br/uploads/downloads/17/552fe9fd73248.pdf>> Acesso em: 20 out. de 2015.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set., 1993.

MONDINI, Lenise; MONTEIRO, Carlos A. Mudanças no padrão de alimentação da população urbana brasileira. **Revista de Saúde Pública**, v. 28, n. 6, p. 433-439, 1994.

MONTEIRO, Carlos Augusto; MONDINI, Lenise; COSTA, Renata BL. Mudanças na composição e adequação nutricional da dieta familiar nas áreas metropolitanas do Brasil (1988-1996). **Revista de Saúde Pública**, v. 34, n. 3, p. 251-8, 2000.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à revolução verde. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 15, p. 39-52, out., 2000.

MORGAN, Kevin; SONINNO, Roberta. Repensando a Alimentação Escolar: O Poder do Prato Público. In: The Worldwatch Institute. **Estado do Mundo**: Transformando culturas do consumismo a sustentabilidade. Washington: WWI/UMA, 2010, p. 298.

MORGAN, Kevin; SONINNO, Roberta. **The school food revolution**: public food and the challenge of sustainable development. London: Earthscan, 2008.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa social**: introdução às suas técnicas. 4 ed. São Paulo: Nacional, 1977. 209 p.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>> Acesso em: 20 set. 2015.

Pan American Health Organization (PAHO). **Ultra-processed food and drink products in Latin America**: Trends, impact on obesity, policy implications. Washington, DC: PAHO, 2015.

PAULUS, G.; SCHLINDWEIN, S. L. AGRICULTURA sustentável ou (re)construção do significado de agricultura? **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul./set. 2001. p. 44-52.

PERISATO, Emília B. **Projetos de reforma agrária no noroeste do Paraná**: disparidades estruturais e impactos. Maringá: UEM, 2009

RODRIGUES, N. Almanaque histórico Josué de Castro: por um mundo sem fome. **São Paulo: Mercado Cultural**, 2004, 64 p.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, 95 p.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**; includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, 151 p.

SACHS, Ignacy. Experiências internacionais de um cientista inquieto: Entrevista com Ignacy Sachs. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18 n. 52, set./dez., 2004, p. 353-372

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília, DF: IPEA, p. 75-104, 2014.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. **História Questões & Debates**, v. 42, 2005.

SANTOS, Lígia Amparo da Silva et al. O nutricionista no programa de alimentação escolar: avaliação de uma experiência de formação a partir de grupos focais. **Revista de Nutrição**, v. 25, n. 1, p. 107-117, 2012.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARAIVA et. al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-936, 2013.

SCARPARO, A. L. S. et al. Formação para nutricionistas que atuam no programa nacional de alimentação escolar: uma avaliação da efetividade. **Ciência e Saúde**

Coletiva, v. 18, n. 4, p. 1001-1008, 2013. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000400013&script=sci_arttext> Acesso em: 10 jan. 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2010.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Trad. De Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SELLTIZ, Claire; MALUFE, José Roberto; GATTI, Bernardete A. (Coord.); KIDDER, Louise H. (Org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**: delineamentos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1974. 687 p.

SOUZA, Luciana Rosa; ALMEIDA FILHO; Niemeyer. FOME ZERO: evolução desde o conceito de segurança alimentar até o projeto (versão de 2001). In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural "Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento", XLIV, 2006, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: SOBER, 2006. Disponível em:
<<http://www.sober.org.br/palestra/5/383.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2015.

STEFANINI, Maria Lúcia Rosa. **Merenda escolar**: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança. 1997. 101 p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo. Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 1997.

TRICHES, Rozane Marcia. **Reconectando a produção ao consumo**: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar. 2010. 297 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2012.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sérgio. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá (Colômbia), 12 (75), Jan./Jun. 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Reconstruindo o "elo perdido": a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 1, p. 115, 2010.

TRICHES, Rozane Marcia; GERHARDT, Tatiana Engel; SCHNEIDER, Sergio. Políticas alimentares: interações entre saúde, consumo e produção de alimentos. **Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 1, jan./jun. 2014, p. 109-120.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

VALENTE, Flavio Luiz Schieck. Segurança alimentar e nutricional: transformando natureza em gente. **Direito à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, p. 103-136, 2002.

VILLAR, Betzabeth Slater et al. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 16, n. 1, p. 223-226, 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, p. 87-145, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 46-61, 2003.

WESZ JUNIOR, Valdemar João; TRENTIN, Iran Carlos Lovis; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Sul do Brasil. **Cuadernos Desarrollo Rural, Bogotá (Colombia)**, v. 6, n. 63, p. 59-85, Jul./Dez. 2009.

ZONIN, Wilson. **Transição Agroecológica**: modalidades e estágios na região metropolitana de Curitiba. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Curitiba, 2007.

APÊNDICE A - Formulário de pesquisa aplicado aos 42 municípios

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO SUDOESTE DO PARANÁ

O presente questionário foi desenvolvido para subsidiar a pesquisa para elaboração da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável da UNIOESTE Campus Marechal Cândido Rondon. Pretende-se com este estudo compreender a execução da Lei 11.947/2009 no ano de 2013, especialmente no que se refere à participação da agricultura familiar na composição do cardápio da alimentação escolar do Território Sudoeste Paraná.

Ainda objetiva-se compreender a percepção do nutricionista sobre a importância dessa política pública para o desenvolvimento local.

Solicitamos gentilmente que todas as questões sejam respondidas, bem como conste O MÁXIMO de informações possíveis nas questões discursivas. Após preenchimento deste, basta clicar em "Enviar".

Evidencia-se que a identidade dos respondentes será mantida em sigilo.

*Obrigatório

Município *

Nutricionista Responsável Técnico pela Alimentação Escolar *

Nome / Contato / Há quanto tempo está na função?

1- Qual o seu conhecimento sobre a Lei 11.947/2009? *

Na escala de 1 a 5, considere 1 como nenhum conhecimento e 5 como muito conhecimento.

2- Qual a importância da Lei 11.947/2009 para a Alimentação Escolar? *

Na escala de 1 a 5, considere 1 como nada importante e 5 como muito importante.

3- Qual a importância da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar? *

Na escala de 1 a 5, considere 1 como nada importante e 5 como muito importante.

4- No seu entendimento o que é "alimentação saudável"? *

5- Para você, o que significa "desenvolvimento sustentável"? *

6- Em 2013, foi realizado levantamento da produção local antes de realizar a chamada pública para aquisição de alimentos da agricultura familiar? *

a) Se sim, como?

b) Se não, porquê?

7- Em 2013, houve mais de uma proposta de venda por parte dos agricultores, associações ou cooperativas?*

a) Se sim, quantas?

b) Qual critério de escolha/desempate?

8- Em 2013, quantos agricultores familiares (individualmente ou organizados em grupos informais/formais) efetivamente forneceram para a alimentação escolar? *

Em caso de grupos formais e informais, discriminar quantos grupos e quantos agricultores.

- 9- Em 2013, foi realizado o projeto de compra de produtos orgânicos e/ou agroecológicos da agricultura familiar? *
- a) Se sim, quais foram os produtos orgânicos e/ou agroecológicos adquiridos?
- b) Qual o valor (em reais) dessa aquisição?
- c) Quantos agricultores familiares forneceram produtos orgânicos?
- d) Se não houve aquisição de orgânicos, porquê?
- 10- Quais setores envolvidos na elaboração do cardápio? *
- 11- Quais setores envolvidos na elaboração da lista de produtos para chamada pública: *
- 12- Quais setores envolvidos na elaboração da chamada pública: *
- 13- Quais setores envolvidos na divulgação da chamada pública: *
- 14- Quais setores envolvidos no julgamento da proposta vencedora: *
- 15- Quais setores envolvidos na elaboração do contrato: *
- 16- Quais setores envolvidos no transporte e recebimento dos produtos: *
- 17- Quais setores envolvidos no acompanhamento do cronograma de entrega dos produtos: *
- 18- Quais as dificuldades encontradas no processo de compra da agricultura familiar? *
- (na elaboração do cardápio, da lista de produtos, da chamada pública, julgamento das propostas, elaboração do contrato, entrega e recebimento dos produtos, cronograma de entrega, etc.)
- 19- Quais os fatores que favoreceram a compra de produtos da agricultura familiar em seu município? *
- (na elaboração do cardápio, da lista de produtos, da chamada pública, julgamento das propostas, elaboração do contrato, entrega e recebimento dos produtos, cronograma de entrega, etc.)
- 20- Qual o valor (em reais) investido na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar com o recurso investido pelo FNDE, no ano de 2010, 2011, 2012 e 2013? *
- OBS: SEM A CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO.

21- CONSIDERAÇÕES GERAIS

APÊNDICE B - Carta de apresentação

Prezado(a) Nutricionista,

Conforme conversa via telefone, eu Graciela Caroline Gregolin, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da UNIOESTE, estou desenvolvendo um estudo referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, especialmente no que se refere à interação da agricultura familiar e a alimentação escolar no Território Sudoeste Paraná. A sua participação é muito importante!

Deste modo, solicito gentilmente que o senhor (a) responda este questionário on-line, o qual é composto por questões abertas e de múltipla escolha de fácil entendimento e rápido preenchimento.

A proposta deste questionário também foi encaminhada para os demais municípios que integram o Território Sudoeste do Paraná.

Para acessar o questionário, basta clicar no link abaixo:

<http://goo.gl/forms/2hjV5yKlKB>

Obs: Peço, se possível, que o mesmo seja respondido até o final deste mês.

Certa de vossa colaboração, agradeço e fico a disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

Graciela Caroline Gregolin

Mestranda em Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE

(46) 9108-9871 / (46) 9918-8219

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista nutricionista

Data: ____ / ____ / ____ / Horário do início: _____ Horário do término: _____

Entrevistado:

Município:

Entidade:

Função:

Tempo de atuação

- 1) Como ocorre o processo de compra (elaboração do cardápio, da lista de produtos, elaboração do edital, acesso ao edital, elaboração da proposta, assinatura do contrato, seleção dos produtos, entrega)?
 - 2) Acontece (periodicamente) diálogo, discussão e atuação conjunta com os outros envolvidos?
 - 3) Como é essa relação dos atores envolvidos na realização do programa ((nutricionistas, Sec. Educação/Agricultura/Finanças, agricultor, cooperativa/associação, ATER, merendeiras, CAE)?
 - 4) Como é o CAE, é ativo, faz reuniões frequentes, tem atuação satisfatória?
 - 5) O que é produzido no seu município e região (os principais)?
 - 6) Quais os produtos são adquiridos pelo PNAE?
 - 7) Considera de qualidade os alimentos que são produzidos e comercializados para o PNAE?
 - 8) O que considera como alimento de qualidade?
 - 9) Para você qual a importância da agricultura familiar e do PNAE para a alimentar escolar?
 - 10) Para você qual a importância da ATER em todo esse processo?
 - 11) Para você o que está relacionado ao desenvolvimento sustentável?
 - 12) O que compreende como alimentação saudável?
 - 13) Os alunos estão satisfeitos com os produtos? Ainda existe rejeição? Se, sim como agir?
 - 14) São realizadas atividades de EAN? Quais? Com que frequência? Quem realiza?
 - 15) As merendeiras estão capacitadas para manipular os alimentos?
 - 16) São realizadas capacitações?
 - 17) Existe alguma resistência pelas merendeiras aos produtos da AF?
 - 18) As escolas estão estruturadas (física e funcional) para receber, manipular, armazenar os produtos da AF?
 - 19) Quais os fatores que favorecem a execução do PNAE?
 - 20) Quais as dificuldades encontradas?
 - 21) O que foi/está sendo feito para sanar as dificuldades?
- O que pode melhorar?

APÊNDICE D - Roteiro de entrevista gestor público

Data: ____ / ____ / ____ / Horário do início: ____ Horário do término: ____

Entrevistado:

Município:

Entidade:

Função:

Tempo de atuação

- 1) Como ocorre o processo de compra (elaboração do cardápio, da lista de produtos, elaboração do edital, acesso ao edital, elaboração da proposta, assinatura do contrato, seleção dos produtos, entrega)?
- 2) Acontece (periodicamente) diálogo, discussão e atuação conjunta com os outros envolvidos?
- 3) Como é essa relação dos atores envolvidos na realização do programa (nutricionistas, Sec. Educação/Agricultura/Finanças, agricultor, cooperativa/associação, ATER, merendeiras, CAE)?
- 4) As escolas estão estruturadas (física e funcional) para receber, manipular, armazenar os produtos da AF?
- 5) A prefeitura presta algum apoio as entidades e grupos da AF? Qual?
- 6) Considera de qualidade os alimentos que são produzidos e comercializados para o PNAE?
- 7) O que considera como alimento de qualidade?
- 8) Para você qual a importância da agricultura familiar e do PNAE para a alimentar escolar?
- 9) Para você qual a importância da ATER em todo esse processo?
- 10) Para você o que está relacionado ao desenvolvimento sustentável?
- 11) O que compreende como alimentação saudável?
- 12) Quais os fatores que favorecem a execução do PNAE?
- 13) Quais as dificuldades encontradas?
- 14) O que foi/está sendo feito para sanar as dificuldades?
- 15) O que pode melhorar?
- 16) Qual o papel da Secretaria na execução do PNAE?

APÊNDICE E - Roteiro de entrevista assistência técnica

Data: ____ / ____ / ____ / Horário do início: ____ Horário do término: ____

Entrevistado:

Município:

Entidade:

Função:

Tempo de atuação:

- 1) Quantas famílias atende?
- 2) Como ocorre a ATER? (periodicidade, atividades desenvolvidas, etc.)
- 3) Como ocorre o processo de compra/comercialização (elaboração da lista de produtos, elaboração do edital, acesso ao edital, elaboração da proposta, assinatura do contrato, seleção dos produtos, entrega)?
- 4) Acontece diálogo, discussão e atuação conjunta com os outros envolvidos?
- 5) Como é a relação dos atores envolvidos na realização do programa (nutricionistas, Sec. Educação/Agricultura/Finanças, agricultor, cooperativa/associação, ATER, merendeiras, CAE)?
- 6) O que é produzido no seu município e região (os principais)?
- 7) Considera de qualidade os alimentos que são produzidos e comercializados para o PNAE?
- 8) O que considera como alimento de qualidade?
- 9) Para você qual a importância da agricultura familiar e do PNAE para a alimentar escolar?
- 10) Para você qual a importância da ATER em todo esse processo?
- 11) Para você com ao que está relacionado o desenvolvimento sustentável?
- 12) O que compreende como alimentação saudável?
- 13) Quais os fatores que favorecem a execução do PNAE?
- 14) Quais as dificuldades encontradas?
- 15) O que foi/está sendo feito para sanar as dificuldades?
- 16) O que pode melhorar?

APÊNDICE F - Roteiro de entrevista merendeiras

Data: ____ / ____ / ____ / Horário do início: _____ Horário do término: _____

Entrevistado:

Município:

Entidade:

Função:

Tempo de atuação:

- 1) Você participa de momentos de diálogo, discussão e atuação conjunta com os outros envolvidos? Com que frequência? Se não, por quê?
- 2) Como é essa relação dos atores envolvidos na realização do programa ((nutricionistas, Sec. Educação/Agricultura/Finanças, agricultor, cooperativa/associação, ATER, merendeiras, CAE)?
- 3) A escola tem estrutura (física e funcional) para receber, manipular, armazenar os produtos da AF?
- 4) Os alunos estão satisfeitos com os produtos? Ainda existe rejeição? Se, sim como agir?
- 5) Recebem capacitação? Com que frequência?
- 6) Considera de qualidade os alimentos que são entregues para o PNAE?
- 7) O que considera como alimento de qualidade?
- 8) Para você qual a importância da agricultura familiar e do PNAE para a alimentar escolar?
- 9) Para você ao que se relaciona o desenvolvimento sustentável?
- 10) O que compreende como alimentação saudável? Ao que está relacionado?
- 11) O que mudou na escola, na sua atividade, no seu dia-a-dia depois do PNAE? Depois dos produtos da agricultura familiar?
- 12) Quais as dificuldades encontradas?
- 13) O que foi/está sendo feito para sanar as dificuldades?
O que ainda pode melhorar?

APÊNDICE G - Roteiro de entrevista produtores

Data: ____ / ____ / ____ / Horário do início: ____ Horário do término: ____

- 1) Como conheceu o programa?
- 2) Por que comercializa para o PNAE?
- 3) Qual importância do PNAE para a família?
- 4) Considera de qualidade os alimentos que produz e comercializa?
- 5) O que considera como alimento de qualidade?

- 6) Como ocorre o processo de comercialização (acesso ao edital, elaboração da proposta, assinatura do contrato, seleção dos produtos, entrega)?
- 7) Acontece diálogo, discussão e atuação conjunta com os outros envolvidos?
- 8) Como é a relação dos atores envolvidos na realização do programa ((nutricionistas, Sec. Educação/Agricultura/Finanças, agricultor, cooperativa/associação, ATER, merendeiras, CAE)?
- 9) Recebe assistência técnica regular? Quem faz? É suficiente?
- 10) A prefeitura presta algum outro tipo de apoio?

- 11) Para você qual a importância da agricultura familiar e desse programa para a alimentar escolar?
- 12) Para você o que está relacionado ao desenvolvimento sustentável?
- 13) Para você o que está relacionado à alimentação saudável?

- 14) Quais os fatores que favorecem a participação no PNAE?
- 15) Quais as dificuldades encontradas?
- 16) O que foi/está sendo feito para sanar as dificuldades?
- 17) O que pode melhorar?

APÊNDICE H - Roteiro de entrevista cooperativa

Data: ____ / ____ / ____ / Horário do início: _____ Horário do término: _____

Entrevistado:

Município:

Instituição:

Nº produtores:

Nº produtores PNAE: Produtos:

Orgânico ()

Convencional ()

Parcial ()

Certificação

() Sim

() Não

Qual ()

- 1) Tempo de atividade da Instituição?
- 2) Há quanto tempo a cooperativa participa do PNAE?
- 3) Por que comercializam para o PNAE?
- 4) Qual importância do PNAE para a Instituição?
- 5) Quanto o PNAE representa no faturamento total da Instituição?
- 6) Quais produtos comercializam?
- 7) Considera de qualidade os alimentos que produzem e comercializam?
- 8) O que considera como alimento de qualidade?
- 9) Como ocorre o processo de comercialização (acesso ao edital, elaboração da proposta, assinatura do contrato, seleção dos produtos, entrega)?
- 10) Acontece diálogo, discussão e atuação conjunta com os outros envolvidos?
- 11) Como é a relação dos atores envolvidos na realização do programa ((nutricionistas, Sec. Educação/Agricultura/Finanças, agricultor, cooperativa/associação, ATER, merendeiras, CAE)?
- 12) Recebem assistência técnica regular? Quem faz? É suficiente?
- 13) Para você qual a importância da agricultura familiar e desse programa para a alimentar escolar?
- 14) Para você ao que está relacionado o desenvolvimento sustentável?
- 15) O que você compreende por alimentação saudável? Ao que se relaciona?
- 16) Quais os fatores que favorecem a participação no PNAE?
- 17) Quais as dificuldades encontradas?
- 18) O que foi/está sendo feito para sanar as dificuldades?
- 19) O que pode melhorar?

APÊNDICE I - Ficha de identificação dos produtores

Nome:

Município:

Comunidade:

Orgânico ()

Convencional ()

Parcial ()

Certificação

() Sim

() Não

Qual ()

Produção:

- 1) Há quanto tempo trabalha na agricultura
- 2) Há quanto tempo participa do PNAE?
- 3) Quanto o PNAE representa na renda anual total da família?
- 4) Quais produtos comercializa?

APÊNDICE J - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Projeto: A participação da agricultura familiar na alimentação escolar no Sudoeste do Paraná.

Pesquisador responsável: Prof. Dr. Wilson João Zonin - PPGDRS – UNIOESTE – Marechal Candido Rondon.

Colaborador(a): Graciela Caroline Gregolin - Aluna Regular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE - Marechal Candido Rondon (46) 9102-9871.

Convidamos o Sr.(a) a participar da presente pesquisa que tem o objetivo de **COMPREENDER A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE NA MERENDA ESCOLAR NO SEU MUNICÍPIO**, com finalidade didático-científica para elaboração da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Para isso será realizado um tratamento a sua pessoa, que consiste na realização de um entrevista para levantar os dados pertinentes à pesquisa. A entrevista será gravada em áudio para posterior transcrição dos dados. O sujeito não pagará e não receberá nada, monetariamente, para participar. O trabalho realizado beneficiará os participantes no que tange ao reconhecimento e fortalecimento de ações estratégicas que poderão realizar em sua localidade. Durante a execução do projeto não haverá risco direto para os pesquisados, não objetiva-se causar danos e desconforto aos mesmos, deste o modo o participante pode, a qualquer momento, recusar-se a responder e fornecer alguma informação. Para qualquer esclarecimento, dúvida ou relato de algum acontecimento os pesquisadores poderão ser contatados a qualquer momento.

Tendo em vista que objetivo do trabalho é educativo, solicita-se vossa permissão para que a experiência possa ser conhecida e divulgada em meio acadêmico e científico. Evidencia-se que sua privacidade será preservada, e caso as informações forem publicadas, obedecerão às normas científicas e ao consentimento esclarecido do sujeito informante. O presente termo será em duas vias, sendo uma para o participante da pesquisa e outra para o pesquisador.

Declaro estar ciente do exposto, e concordo em participar do projeto.

Eu, _____, declaro que forneci espontaneamente as informações ao pesquisador.

Assinatura

Responsável pela pesquisa: _____

Município, _____, _____ de 2015.

APÊNDICE K – População Urbana e Rural por municípios no Sudoeste do Paraná

Município	População total	Pop. Urbana	%Pop. Urbana	Pop. Rural	%Pop. Rural
Ampére	17.308	13.257	76,59	4.051	23,41
Barracão	9.735	7.008	71,99	2.727	28,01
Bela Vista da Caroba	3.945	1.041	26,39	2.904	73,61
Boa Esperança do Iguaçu	2.764	953	34,48	1.811	65,52
Bom Jesus do Sul	3.796	933	24,58	2.863	75,42
Bom Sucesso do Sul	3.293	1581	48,01	1.712	51,99
Capanema	18.526	11.150	60,19	7.376	39,81
Chopinzinho	19.679	12.508	63,56	7.171	36,44
Clevelândia	17.240	14.758	85,6	2.482	14,4
Coronel Domingos Soares	7.238	1.753	24,22	5.485	75,78
Coronel Vivida	21.749	15.445	71,01	6.304	28,99
Cruzeiro do Iguaçu	4.278	2.623	61,31	1.655	38,69
Dois Vizinhos	36.179	28.095	77,66	8.084	22,34
Enéas Marques	6.103	2.126	34,84	3.977	65,16
Flor da Serra do Sul	4.726	1.644	34,79	3.082	65,21
Francisco Beltrão	78.943	67.449	85,44	11.494	14,56
Honório Serpa	5.955	1.988	33,38	3.967	66,62
Itapejara do Oeste	10.531	6.987	66,35	3.544	33,65
Manfrinópolis	3.127	652	20,85	2.475	79,15
Mangueirinha	17.048	8.394	49,24	8.654	50,76
Mariópolis	6.268	4.469	71,3	1.799	28,7
Nova Esperança do Iguaçu	5.098	1.744	34,21	3.354	65,79
Nova Prata do Iguaçu	10.377	6.067	58,47	4.310	41,53
Palmas	42.888	39.795	92,79	3.093	7,21
Pato Branco	72.370	68.091	94,09	4.279	5,91
Perola do Oeste	6.761	3.187	47,14	3.574	52,86
Pinhal de São Bento	2.625	1.166	44,42	1459	55,58
Planalto	13.654	6.068	44,44	7.586	55,56
Pranchita	5.628	3.605	64,05	2.023	35,95
Realeza	16.338	11.796	72,2	4.542	27,8
Renascença	6.812	3.485	51,16	3.327	48,84
Salgado Filho	4.403	2.254	51,19	2.149	48,81
Salto do Lontra	13.689	7.431	54,28	6.258	45,72
Santa Izabel do Oeste	13.132	7.421	56,51	5.711	43,49
Santo Antônio do Sudoeste	18.893	13.711	72,57	5.182	27,43
São João	10.599	6.735	63,54	3.864	36,46
São Jorge do Oeste	9.031	5.214	57,73	3.817	42,27
Saudade do Iguaçu	5.028	2.503	49,78	2.525	50,22
Sulina	3.394	1.390	40,95	2.004	59,05
Verê	7.878	3.281	41,65	4.597	58,35
Vitorino	6.513	3.988	61,23	2.525	38,77

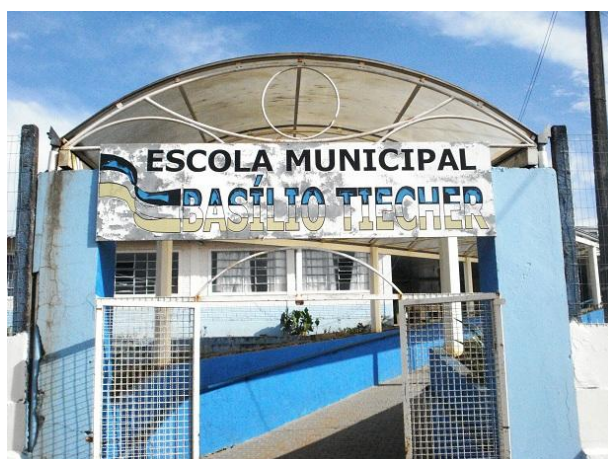
Fonte: IBGE (2010) Org. pelo autor

APÊNDICE L – Setor de alimentação escolar no município de Pato Branco



APÊNDICE M – Feira do produtor no município de Pato Branco



APÊNDICE N – Escola rural do município de Francisco Beltrão

ANEXO A - Aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
OESTE DO PARANÁ/



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Execução da Lei 11.947/2009 no Território Sudoeste do Paraná

Pesquisador: WILSON JOÃO ZONIN

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 37030214.8.0000.0107

Instituição Proponente: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde CCBS - UNIOESTE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 988.655

Data da Relatoria: 26/02/2015

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa refere-se ao estudo para a construção da dissertação de mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável. Visa estudar a alimentação escolar nos 42 municípios do Território Sudoeste do Paraná, especialmente a participação da agricultura familiar como alternativa de uma alimentação saudável para os alunos e uma ação para o desenvolvimento local e sustentável.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender a implementação da Lei da Alimentação Escolar no Território Sudoeste do Paraná.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foram sanadas as pendências. Estão adequados aos objetivos da pesquisa

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

É importante para a área e para os envolvidos

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão em conformidade com as adequações solicitadas

Recomendações:

Sem novas recomendações

Endereço: UNIVERSITARIA

Bairro: UNIVERSITARIO

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3272

CEP: 85.819-110

E-mail: cep.prppg@unioeste.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
OESTE DO PARANÁ/



Continuação do Parecer: 988.655

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem novas pendências

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

As solicitações feitas foram atendidas pelo pesquisador.

CASCADEL, 17 de Março de 2015

Assinado por:

João Fernando Christofoletti
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIA

Bairro: UNIVERSITARIO

UF: PR

Município: CASCADEL

Telefone: (45)3220-3272

CEP: 85.819-110

E-mail: cep.prpgg@unioeste.br

ANEXO B - Nota explicativa do Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação referente aos dados de aquisição da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar

Nota explicativa



O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE disponibiliza aqui, para consulta pública, os dados da aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Os dados apresentados são preliminares, extraídos do Sistema de Gestão de Contas – SigPC – Contas Online do FNDE, em funcionamento a partir de 2011. Os registros do SigPC são realizados pelos gestores públicos municipais e estaduais responsáveis pela execução local do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para fins de prestação de contas.

São registros no SigPC considerados válidos para o monitoramento da aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar, nos anos de 2011 e 2012: 1) a inclusão do valor pago a cada DAP física ou Jurídica, declarado pelo gestor.

São registros no SigPC considerados válidos para o monitoramento da aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar, a partir do ano de 2013 – com a inclusão das notas fiscais para a informação das despesas –, e sem repetição: 1) registros de documentos de despesa em que o campo DAP foi preenchido; 2) registros de documentos de despesa com autorizações de despesas identificadas na modalidade dispensa de licitação com base no § 1º do artigo 14 da Lei 11.947/09; 3) registros de documentos de despesas de aquisições que contenham os CNPJ's identificados pelo MDA como organizações com DAP jurídicas ativas nos respectivos anos da aquisição.

Registre-se que as prestações de contas ainda estão sob análise, portanto, os dados aqui apresentados são preliminares e passíveis de alteração.

Ciente

ANEXO C - Controle de recebimento e check list dos produtos da agricultura familiar do município De Pato Branco



**MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO**
Secretaria de Educação e Cultura - Divisão de Alimentação Escolar

1000

CONTROLE DE RECEBIMENTO E CHECK LIST DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

PRODUTOR:

DATA:

Descrição	Unid.	Peso Liq.	PAA	30%	Avaliação				APROVADO/ REPROVADO
					EMBALAGEM	SANIDADE	INTEGRIDADE	LIMPEZA	

O = ÓTIMO / B = BOM / R = RUIM

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Embalagem: Limpa, transparente, atóxica e com rótulo.

Integridade: Produto inteiro, firme, isento de batidas e no ponto de maturação adequado.

Sanidade: Produto livre de pragas, manchas, doenças e podridões.

Limpeza: Produto livre de terras, umidades, bolor, etc.

 Responsável pelo recebimento

 Produtor